

Todos os actos que envolvem tempo e meios escassos para alcançar um objectivo implicam o sacrifício da sua utilização para conseguir outro(s) objectivo(s). Eles têm um aspecto económico”.

A sua definição de ciência económica é, pois, perante uma *definição analítica*: a ciência económica “não procura escolher certos géneros de comportamentos, mas incide especialmente num *aspecto* particular do comportamento, a forma de que ele se reveste sob a influência da escassez”.

Para que a actividade humana se apresente sob um aspecto económico, i.é, para que assuma a forma de uma escolha, são necessários certos requisitos, que Robbins explica assim:

“Do ponto de vista do economista, as condições da existência humana possuem quatro características fundamentais. Os objectivos são múltiplos. O tempo e os meios para os atingir são limitados e susceptíveis de utilizações alternativas. Ao mesmo tempo, os objectivos têm importâncias diversas. Eis-nos criaturas sensíveis, com múltiplos desejos e aspirações, com uma gama enorme de tendências instintivas, todas estimulando-nos à acção por diferentes vias. Mas o tempo em que estas tendências podem ser expressas é limitado. O mundo exterior não oferece plena oportunidade à sua completa realização. A vida é breve. A natureza é avara.

Os nossos companheiros têm outros objectivos. E todavia nós podemos utilizar as nossas vidas para realizar coisas diferentes, podemos utilizar os nossos materiais e os serviços de outros para alcançar diversos objectivos. Ora a multiplicidade dos objectivos não tem em si, necessariamente, interesse para o economista. Se eu tenho necessidade de fazer duas coisas e disponho de tempo e de meios suficientes para fazê-las a ambas, não me sendo necessários o tempo e os meios para outras coisas, então a minha conduta não assume nenhuma das formas que constituem o objecto da ciência económica. O nirvana não é necessariamente uma simples beatitude. Constitui nada mais nada menos do que a satisfação completa de todas as necessidades.

Nem a simples limitação dos meios é por si suficiente, para dar origem a fenómenos económicos. Se os meios de satisfação não tiverem um uso alternativo, podem ser escassos, mas não podem ser economizados. O maná que chovia do céu podia ser escasso, mas, na medida em que era impossível trocá-lo por qualquer outra coisa ou adiar o seu uso⁵²⁹, não era objecto de nenhuma actividade que revestisse um aspecto económico.

529 Em nota de rodapé (p. 13), Robbins escreve que “vale talvez a pena pôr em relevo o significado desta qualificação. A aplicação de meios tecnicamente idênticos para a prossecução de objectivos qualitativamente idênticos em tempos diferentes constitui uma forma de uso alternativo desses meios. Se isto não for claramente

Também a aplicabilidade alternativa dos meios escassos não é, por si só, condição suficiente para a existência do género de fenómenos que estamos a analisar. Se o sujeito económico tiver dois objectivos e apenas um meio para os satisfazer, e se os dois objectivos tiverem a mesma importância, a sua posição será igual à do asno da fábula, incapaz de se mover entre dois feixes de feno igualmente apetecíveis.

Mas quando o tempo e os meios para conseguir os objectivos são limitados e susceptíveis de aplicação alternativa, e os objectivos podem ser diferenciados segundo uma ordem de importância, então a conduta assume necessariamente a forma de uma escolha. Todos os actos que envolvem tempo e meios escassos para alcançar um objectivo implicam o sacrifício da sua utilização para conseguir outro(s) objectivo(s). Eles têm um aspecto económico".⁵³⁰

5.3. A CIÊNCIA ECONÓMICA É NEUTRA EM RELAÇÃO AOS FINS

Ao afirmar que toda a actividade humana pode constituir objecto de análise económica desde que se trate de actividade que se traduza numa *escolha*, i.é., numa "renúncia a outras actividades desejadas" - o que acontece sempre que a actividade humana decorre "sob a influência da escassez" -, Lionel Robbins está a rejeitar o entendimento daqueles que, na esteira de John Stuart Mill, consideram que só uma parcela da actividade humana é *actividade económica* e que só desta se ocuparia a ciência económica, cujo objecto seria exactamente o estudo daquela parcela da actividade humana que tem como fim directo e principal a obtenção de uma vantagem pecuniária.

Também deste ponto de vista Robbins integra a linha de pensamento que vem da 'revolução marginalista', a qual concebe a *actividade económica* como aquela que consiste em maximizar um resultado a obter com meios dados. Daí que, segundo tal linha de pensamento, toda a actividade humana - e não apenas uma parte dela - é relevante para a ciência económica, uma vez que, na óptica da filosofia utilitarista, toda a actividade humana é *actividade económica*, na medida em que toda a actividade prática se explica pela busca do (máximo) interesse individual, do (máximo) prazer individual.

Ao rejeitar uma definição de tipo classificativo, Robbins estava a rejeitar a concepção então corrente na Inglaterra, que identificava a ciência económica com

compreendido, será desprezado um dos mais importantes tipos de acção económica".

É ainda Robbins quem esclarece (*últ. ob. cit.*, 21) que "é verdade que a escassez de bens materiais é uma das limitações da conduta humana. Mas a escassez do nosso próprio tempo e dos serviços de outros é exactamente tão importante como aquela".

o estudo das causas do bem-estar material. Na verdade, esta *concepção classificatória* pressupõe a classificação como *factos económicos* (por oposição aos *factos não-económicos*) daqueles que conduzem ao bem-estar material.

É que, segundo Robbins, não é possível definir (nem medir) rigorosamente o bem-estar material. Por um lado, a comparabilidade interpessoal de sacrifícios e satisfações é mera convenção: nas palavras de Jevons, “cada mente é imprescritível para todas as outras mentes e não parece possível nenhum denominador comum do sentimento”. Por outro lado, a proposta de Pareto segundo a qual o bem-estar material de uma comunidade melhora se, permanecendo constantes todos os gostos, se verificar uma alteração que melhore a posição de um indivíduo ou grupo de indivíduos sem piorar a posição de nenhum dos outros é considerada por Robbins um claro *juízo de valor* e, como tal, inteiramente à margem do campo científico da economia.

Tanto Robbins como os autores que se reclamam do pensamento utilitarista e hedonista sustentam que toda a conduta humana pode ser objecto de análise económica.

Mas há uma diferença substancial para lá desta uniformidade aparente de pontos de vista.

Com efeito, para os hedonistas toda a actividade humana é *actividade económica*, porque, de acordo com a filosofia utilitarista, é pautada pelo critério do prazer individual, da utilidade individual, isto é, pelo *critério económico*. Por isso mesmo o *juízo económico* traduz-se em verificar em que medida uma dada acção consegue realizar o objectivo de maximização do prazer ou da utilidade (este é o *único fim admissível* da actividade humana).

Diferentemente, Robbins sustenta que “a escassez de meios para satisfazer fins de importância diferente é uma condição quase omnipresente do comportamento humano” e defende que as acções humanas podem ser objecto de análise económica sempre que se trate de “formas assumidas pelo comportamento humano ao dispor de meios escassos”, i.é, sempre que se apresentem como um *problema de escolha* entre alternativas possíveis, com sacrifício de uma (ou algumas) delas. Assim se compreende que, para Robbins, o *juízo económico* consista em averiguar se a acção em causa realiza a melhor escolha, na perspectiva do fim próprio daquela acção, fim relativamente ao qual a ciência económica nada tem a dizer, porque *a ciência económica é neutra em relação aos fins*.

“A ciência económica - escreve Robbins - ocupa-se daquele aspecto do comportamento que resulta da escassez dos meios para atingir fins dados. Daqui resulta que a Economia é absolutamente neutra relativamente aos fins e que, na medida em que a obtenção de *um qualquer* fim depende da escassez dos meios,

ela diz respeito às preocupações dos economistas. A Economia não se preocupa com os fins enquanto tais.

(...) Os economistas preocupam-se com o modo segundo o qual a obtenção de fins é limitada. Os fins podem ser nobres ou podem ser vis. Podem ser 'materiais' ou 'imateriais' - se é lícito descrever os fins deste modo. Mas se o alcançar um conjunto de fins implica o sacrifício de outros, então tal circunstância assume um aspecto económico.

(...) De modo nenhum a Economia se preocupa com quaisquer fins *enquanto tais* - acentua Robbins. Ela preocupa-se com fins na exacta medida em que eles afectam a disposição de meios. Ela toma os fins como dados em escalas de valorização relativa e investiga quais as consequências que se seguem tendo em conta certos aspectos do comportamento.

(...) Não há fins económicos - esclarece, Robbins, por outro lado. Há apenas vias económicas e não-económicas de alcançar fins dados. Não podemos dizer que a prossecução de fins dados é não-económica porque os fins são não-económicos; podemos apenas dizer que ela é não-económica se os fins são prosseguidos com um dispêndio desnecessário de meios.

Assim - conclui Robbins - não é legítimo dizer que é não económico ir para a guerra, se, tendo em conta todas as consequências e todos os sacrifícios necessariamente envolvidos, se decide que o resultado previsto justifica o sacrifício. Só é legítimo descrever as coisas assim se se procurar alcançar esse fim com um grau de sacrifício não-necessário".⁵³¹

No artigo já referido de 1981, Robbins reafirma a sua posição, esclarecendo, porém, que ela não compreende a ideia de que "os economistas não devem discutir questões éticas ou políticas, assim como a posição de que a botânica não é parte da estética não significa que os botânicos não devem ter opiniões sobre o arranjo dos jardins". O essencial é que se distingam os dois tipos de proposições, as que implicam uma discussão científica de factos ou possibilidades e as que implicam uma discussão política ou ética:

"as proposições da Economia - escreve Robbins -, tal como ela se tem desenvolvido como ciência, são positivas e não normativas. Ocupam-se, *inter alia*, de valores; mas abordam-nos como factos individuais ou sociais. As generalizações que assim emergem são declarações de existência ou de possibilidade. Usam as palavras é ou pode ser e não deve ou deveria ser. Elas podem ser eventos ou instituições que apresentam um aspecto económico que nós consideramos eticamente aceitáveis ou inaceitáveis. Mas, na medida em que as

531 Cfr. L. ROBBINS, *Essay...*, cit., 15, 24, 25, 30 e 145.

explicações das suas causas ou consequências são científicas, elas são neutras a este respeito".⁵³²

5.4. A ECONOMIA COMO "CIÊNCIA DA ESCOLHA"

Ao considerar a ciência económica como o estudo do comportamento humano enquanto comportamento que é condicionado pela escassez e que se traduz numa escolha, a concepção de Robbins aproxima-se do entendimento da ciência económica como a *teoria geral* (= lógica formal) *da escolha racional* por parte dos agentes económicos. A ciência económica identifica-se, de algum modo, com a *praxeologia*, enquanto "teoria geral da acção eficaz", indo ao encontro da tese de Von Mises, segundo a qual "a ciência económica torna-se um ramo - o mais perfeito que hoje temos ao nosso dispor - de uma ciência mais universal, a praxeologia".⁵³³

Em conformidade com todas as teorias subjectivistas sobre a ciência económica, Robbins considera o sistema económico como "uma série de relações interdependentes, mas conceitualmente distintas, entre homens e bens económicos", fazendo da ciência económica - ao contrário da perspectiva clássica-marxista - a ciência que estuda as *relações entre homens e bens económicos*.

É, sem sombra de dúvida, a identificação da ciência económica com um *ramo da praxeologia*, transformando-a numa *ciência formal*, a *ciência da escolha*, a *teoria geral da escolha racional*, que se aplica tanto ao homem isolado como ao homem em sociedade, qualquer que seja o tipo de sociedade (ou mesmo a uma colmeia, como pretende Samuelson).

532 Cfr. L. ROBBINS, *ob. cit.* (1981), 4. A propósito destas considerações de Robbins, vale a pena recordar aqui a conhecida distinção conceitual entre teoria, política e doutrina (cfr. J. J. TEIXEIRA RIBEIRO, *Economia Política*, cit., 17-19).

A *teoria* é constituída pelas hipóteses (juízos de existência formulados com base em relações supostas entre fenómenos, o que significa que ainda não são ciência) e pelas leis científicas (aquelas que exprimem, sob a forma de juízos de existência, relações reais entre fenómenos). Apresentando a teoria um carácter essencialmente dedutivo, a teoria económica é integrada apenas pelas leis lógicas ou leis tendenciais (enunciados de conexões lógicas que se obtêm extraíndo, das premissas inicialmente admitidas e colhidas da realidade por via dedutiva, as suas consequências ou tendências), ficando de fora as leis impíricas ou leis estatísticas (que exprimem apenas uniformidades observadas no lugar e durante o período considerados, as quais não passam de meras hipóteses de leis, ou de 'leis' cuja validade se restringe necessariamente ao período em causa, nada provando que as uniformidades durante ele verificadas se repetirão sempre no futuro).

Se as leis económicas forem aplicadas à prossecução de determinado fim, transformam-se em regras. E chama-se *política* económica ao conjunto de regras (principalmente formuladas para serem aplicadas pelo estado) conducentes ao mesmo fim.

Finalmente, a *doutrina* é um conjunto de juízos de valor que qualificam actos ou factos em relação a um fim. Em, resumo: "a teoria diz o que é; a política, o que pode ser; a doutrina, o que deve ser".

533 Sobre estas questões, cfr. O. LANGE, *Economia Política*, ed. cit., 147-222 e UNESCO, *A Ciência Económica*, ed. cit., 50ss.

“Uma coisa é afirmar que a análise económica tem *interesse e utilidade máximos* numa economia de troca. Outra - escreve Robbins⁵³⁴ - é afirmar que o seu objecto se limita a estes fenómenos. Que esta última asserção é injustificada pode ser demonstrado de uma forma concludente por duas considerações. Em primeiro lugar, é evidente que a conduta fora da economia de troca é condicionada pela mesma limitação dos meios relativamente aos objectivos que condiciona a conduta dentro daquela economia, podendo subsumir-se nas mesmas categorias fundamentais. As generalizações da teoria do valor são aplicáveis tanto à conduta do homem isolado como ao poder executivo de uma sociedade comunista, como à do indivíduo numa economia de troca, ainda que não sejam tão esclarecedoras nestes contextos. A relação de troca é um incidente técnico, um incidente técnico, é certo, que dá origem a quase todas as complicações interessantes, mas que nem por isso deixa de ser subsidiário do facto principal da escassez.

Em segundo lugar, é evidente que os fenómenos da própria economia de mercado só podem ser explicados *atendendo ao que está por detrás* das relações de troca e invocando a acção das leis da escolha, que se observam melhor quando se contempla o comportamento do indivíduo isolado”.

Robbins explica, aliás, o aspecto económico da conduta humana (isto é, a perspectiva em que esta interessa à ciência económica) a partir do “caso do homem isolado que divide o seu tempo entre a produção de rendimento real e o gozo do ócio”. Em que consiste então o aspecto económico dessa divisão do tempo enquanto recurso escasso? Vejamo-lo, nas palavras de Robbins:

“A resposta tem que ser encontrada na formulação das condições exactas que tornam tal divisão necessária. Elas são quatro. Em primeiro lugar, o homem isolado tem necessidade tanto de rendimento real como de lazer. Em segundo lugar, ele não tem o suficiente de qualquer deles para satisfazer plenamente a sua necessidade de cada um. Em terceiro lugar, ele pode gastar o seu tempo a aumentar o rendimento real ou pode gastá-lo disfrutando de mais ócio. Em quarto lugar, pode presumir-se que, salvo em casos muito excepcionais, a sua necessidade de diferentes elementos integrantes do rendimento real e do ócio será diferente. Por isso mesmo ele tem que escolher. Ele tem que economizar. A disposição do seu tempo e dos seus recursos relaciona-se com o seu sistema de necessidades. Ela apresenta um aspecto económico”.

A ciência económica aparece assim, claramente, como o estudo da conduta do homem colocado perante situações de escassez, a qual é sempre orientada por um princípio universal de *racionalidade económica* (ou de *cálculo económico*), que se traduz,

como vimos, na economia de meios. Nas suas próprias palavras, Robbins concebe “the subject-matter of Economics as the *rational* disposal of goods”, acrescentando que as generalizações da Economia se baseiam no postulado fundamental das *valorações relativas* (“relative valuations”) e no postulado psicológico mais geral de uma *conduta inteiramente racional*, não no sentido de *conduta eticamente adequada*, mas no sentido de *acção logicamente consistente*. O próprio Robbins considera “perigoso equívoco” o entendimento segundo o qual “as generalizações da Economia são essencialmente *histórico-relativas*, sendo a sua validade limitada a certas condições históricas fora das quais elas não têm qualquer relevância para a análise dos fenómenos sociais”.⁵³⁵

A ciência económica assim concebida assume uma *perspectiva a-histórica*, na medida em que a *conduta económica* que constitui o objecto da análise científica obedece sempre ao mesmo princípio de racionalidade, seja qual for o contexto histórico e institucional em que se desenvolva.

5.5. A ECONOMIA CONFIGURADA COMO CIÊNCIA DEDUTIVA

Em conformidade com todas as teorias subjectivistas sobre a ciência económica, Robbins considera o sistema económico como “uma série de relações interdependentes, mas conceitualmente distintas, entre homens e bens económicos”, fazendo da ciência económica - ao contrário da perspectiva clássica-marxista - a ciência que estuda as *relações entre homens e bens económicos*.

Pretendendo que a sua ‘ciência’ é uma “ciência pura” ou “ciência positiva”, Lionel Robbins assume-a também como “ciência dedutiva”, consistindo a natureza da análise económica “em deduções de uma série de postulados, dos quais os principais são factos quase universais da experiência presente sempre que a actividade humana assume um aspecto económico”.⁵³⁶ A análise económica reduz-se ao “esclarecimento das implicações de escolher em circunstâncias várias assumidas inicialmente”. Assim como “na Mecânica pura exploramos a implicação da existência de certas propriedades dadas os corpos”, assim também - escreve Robbins⁵³⁷ - “na Economia pura examinamos a implicação da existência de meios escassos com usos alternativos”.

Como escreve Claudio Napoleoni⁵³⁸, a economia pura “não é mais do que o desenvolvimento de todas as deduções que é possível tirar da circunstância inicial-

535 Cfr. L. ROBBINS, *Essay...*, cit., 80 e 90/91.

536 Cfr. L. ROBBINS, *Essay...*, cit., 99/100. Entre os postulados qualitativos fundamentais da teoria económica refere Robbins “a persistência do fenómeno da escassez, a multiplicidade de factores de produção, a ignorância do futuro” (*ibidem*, 115).

537 Cfr. L. ROBBINS, *Essay*, cit., 83.

538 Cfr. C. NAPOLEONI, *A Teoria Económica...*, ed. cit., 41.

mente admitida de que fins múltiplos e de importância diversa podem ser obtidos com meios escassos, aplicáveis a usos alternativos”.

Outros autores põem em relevo que, na sequência das concepções de Lionel Robbins, a ciência económica emerge não como “uma ciência social que estuda a realidade objectiva”, mas como “um sistema de proposições dedutivas que não podem ser empiricamente verificadas”, como uma “teoria com características de conhecimento *a priori*, do mesmo modo que a matemática, que não pode originar verificações empíricas (quer estatísticas, quer históricas)”.⁵³⁹

Esta é, porém, uma conclusão que parece não coincidir com os pontos de vista expressamente defendidos pelo próprio Robbins. Para ele, “o objectivo do economista é a interpretação da realidade. (...) É verdade que nós [os economistas] deduzimos muito de definições. Mas não é verdade que as definições sejam arbitrárias”.

Uma característica das generalizações científicas - continua Robbins - reside em que “elas referem-se à realidade” e, por isso mesmo, quer se apresentem como hipóteses, quer se apresentem como categorias “elas são distintas das proposições da lógica pura ou da matemática pelo facto de, em certo sentido, a sua referência ser ao que existe, ou ao que pode existir, e não a relações puramente formais”. As proposições da Economia “são deduções de postulados simples que reflectem factos muito elementares da experiência corrente. Se as premissas se referem à realidade, as deduções obtidas a partir delas têm que ter um ponto de referência semelhante”. Daí, em conclusão, ser incorrecto dizer que a Economia “é um mero sistema de inferências formais que não têm uma relação necessária com a realidade”.⁵⁴⁰

5.6. A ECONOMIA ESTUDA RELAÇÕES ENTRE HOMENS E BENS ECONÓMICOS

Uma última nota. De acordo com a concepção de Robbins, o sistema económico é considerado como “uma série de relações interdependentes, mas conceitualmente distintas, entre homens e bens económicos”.⁵⁴¹

O que interessa, pois, à Economia e aos economistas como objecto de estudo não são relações entre homens, mas entre homens e bens económicos. Não admira, por isso, que as categorias de *valor de uso e utilidade* assumam uma posição central entre os autores que aceitam os pressupostos das correntes subjectivistas em que Robbins se integra. Tais concepções apartam-se claramente da posição de

539 Cfr. UNESCO, *Ciência económica*, cit., 34 e 51.

540 Cfr. L. ROBBINS, *Essay*, cit., 105/105.

541 Cfr. L. ROBBINS, *últ. ob. cit.*, 68.

Marx, o qual, considerando que o *valor de uso* indicia uma relação entre o consumidor e o objecto consumido, defende que “o valor de uso como tal está fora da esfera de investigação da Economia Política”⁵⁴², já que, sendo esta uma *ciência social* (uma ciência que se ocupa de relações entre homens), tal implica que as categorias nela utilizadas sejam *categorias sociais*, i.é., categorias que se reportam a relações entre pessoas.

6. A CRÍTICA DO MARGINALISMO

A ‘escola’ marginalista suscitou, naturalmente, múltiplas críticas. Vamos considerar aqui apenas quatro aspectos dessa crítica: 1) o âmbito da ciência económica marginalista; 2) as limitações de uma ciência económica centrada na análise do comportamento do *homo oeconomicus*; 3) a possibilidade de uma pura ciência dos meios; 4) a (im)possibilidade de compreensão do capitalismo.

6.1. O ÂMBITO DA ECONOMIA MARGINALISTA

Uma observação muito frequente é a de que a definição de Robbins atribui à ciência económica um âmbito demasiado vasto, permitindo incluir na alçada da disciplina todos os domínios em que é aplicável o *cálculo marginal* e o princípio da *racionalidade económica* que lhe subjaz à gestão ou afectação de recursos escassos, domínios que podem estar tão afastados da economia como a estratégia e a tática militares, o desporto de competição, ou a resolução de problemas de circulação automóvel.

Von Mises - que escreveu um livro a que chamou *A acção humana. Tratado de Economia* - advertira já que “a esfera da actividade económica coincide com a esfera da acção racional”. Mas, deste modo, a ciência económica transformou-se em “ciência universal da actividade humana”, em “teoria geral da acção eficaz”, noção que torna difícil o correcto enquadramento da disciplina numa classificação das ciências e que coloca os economistas perante problemas que eles não dominam.

Em Portugal, foi Teixeira Ribeiro quem levou mais longe o esforço no sentido de tornar operativa a noção de Robbins, definindo a nossa disciplina como “a ciência que estuda as escolhas que se traduzem em trocas de bens ou as afectam”. Em seu entender, a ciência económica ocupar-se-ia apenas das *escolhas* que implicam relações entre os homens ou as afectam; e, de entre estas, apenas das que se traduzem na *transmissão de bens*, desde que se trate de *transmissões voluntárias* (as *transmissões coercivas* constituiriam o objecto das Finanças Públicas), e - finalmente - desde que se trate de transmissões de bens a *título oneroso*.

Creio que estamos perante um ponto de vista tributário da concepção liberal da separação estado/economia e estado/sociedade civil, com o inerente entendimento da actividade económica como assunto que diz respeito aos privados (à sociedade civil). Mas a limitação do objecto da Economia Política parece resultar também, nesta proposta de Teixeira Ribeiro, do entendimento (comum aos marginalistas) de que a análise económica deve deixar de fora o *poder* e as *relações de poder*.

Por outro lado, diz-se que à *Economia Política* pertence o estudo das transmissões voluntárias de bens, enquanto transmissões efectuadas entre indivíduos livres e iguais em direitos. É o próprio Teixeira Ribeiro quem dá este exemplo de *transmissão voluntária*: “foi por sua vontade que o operário transmitiu ao patrão a força de trabalho e foi por sua vontade que o patrão lhe transmitiu o salário. Ambos, pois, fizeram escolhas que se traduziram em transferências voluntárias de bens”.

A nosso ver, também neste aspecto a concepção de Teixeira Ribeiro merece reparos, por deixar de lado um aspecto fundamental das economias capitalistas, para o qual Teixeira Ribeiro chama, aliás, a atenção nas suas *Lições* de 1959: “a diferenciação social entre os que, por serem proprietários, podem viver sem trabalhar e os que, por não o serem, têm de trabalhar para viver”.

6.2. O SIGNIFICADO DO *HOMO OECONOMICUS*

A ciência económica marginalista centra-se no estudo do comportamento do *homo oeconomicus*, entidade concebida e programada para actuar sempre de acordo com princípios universais de racionalidade económica.

A - A partir destas premissas, é lógica - como salienta Claudio Napoleoni - “a intenção de produzir uma ciência económica de carácter universal, isto é, capaz de apreender, na sua generalidade, um aspecto específico da conduta humana, um aspecto que fosse próprio do homem enquanto tal e não meramente do homem desta ou daquela sociedade particular e historicamente delimitada”.

As categorias económicas do capitalismo surgem, assim, como *categorias universais*, independentes das condições sociais próprias de cada período histórico, aparecendo ‘justificadas’ enquanto corolários lógicos daqueles princípios universais de racionalidade económica. E será tanto mais assim quanto mais se aproximar a ciência económica da *praxeologia*, vendo nela a ciência da actividade humana racional. “A apologia das relações de produção capitalistas dissimula-se, então - escreve Oskar Lange -, no modo de tratar as categorias económicas do capitalismo como categorias praxeológicas universais (...), como categorias da actividade humana racional”.

B - Sustentam outros que uma ciência económica centrada na análise do comportamento do *homo oeconomicus* nega-se enquanto *ciência social*. Como Hilferding escreveu em 1904 criticando Böhm-Bawerk, “esta teoria económica é a negação da economia; em última análise (...) é a autoliquidação da economia política”. Com efeito, esta *ciência praxeológica* não passa de um “raciocínio circular” (Joan Robinson), reduzida a uma “ciência apriorística”, a um mero “sistema tautológico” (são expressões de Maurice Dobb), cujas proposições são verídicas (como na lógica e na matemática) desde que não sejam contraditórias com as hipóteses de partida, sem necessidade de verificação empírica. A ciência económica assim entendida “não é mais do que o desenvolvimento de todas as deduções que é possível tirar da circunstância inicialmente admitida de que fins múltiplos e de importância diversa podem ser obtidos com meios escassos, aplicáveis a usos alternativos”. (C. Napoleoni)

O que está em causa é a validade de um paradigma que reduz os homens de carne e osso - que na vida se integram em grupos ou classes sociais interdependentes e interrelacionadas - aos *tolos racionais* (“rational fools”) de que fala Amartya Sen, e concebe a sociedade como um somatório de *indivíduos isolados*, identificando cada um deles com o *homo oeconomicus perfeitamente racional*, o “ser abstracto sem paixões nem sentimentos” (Pareto), que actua num espaço vazio, à margem da história, do ambiente cultural, social e institucional, do quadro legal, político e económico.

C - O comportamento deste *homo oeconomicus* obedece sempre aos mesmos princípios de *racionalidade*, independentemente da sua inserção na história e da sua inserção social. O *homo oeconomicus* actua através de actos de escolha efectuados de acordo com a mesma lógica operativa, informados por um critério universal e intemporal de *racionalidade económica*, quer se trate de Robinson na sua ilha, de um produtor ou de um comprador, de um trabalhador assalariado ou do seu empregador capitalista, de uma pequena mercearia de bairro pobre ou de um poderoso conglomerado transnacional.

Como salienta Maurice Godelier, uma limitação relevante da teoria económica assente em tais pressupostos consiste, precisamente, no facto de “o princípio de racionalidade ser apresentado como um dado invariante da natureza humana, como um facto quotidiano e banal da experiência, que remete para um *a priori* não histórico ou trans-histórico”.

Ora, o comportamento segundo o princípio da racionalidade económica (ou do *cálculo económico*), longe de ser um dado invariante da natureza humana, é o produto de um longo processo de desenvolvimento histórico das relações de produção, que culminou com o advento do capitalismo como modo de produção autónomo.

Nas épocas anteriores à civilização capitalista, “no centro de todo o esforço e preocupação estava o homem, medida de todas as coisas” (Werner Sombart). Nesta fase da ‘economia natural’ são múltiplos os fins da actividade económica, que se desenvolve segundo critérios costumeiros, tradicionais.

Com o desenvolvimento da produção de mercadorias para vender no mercado (que Marx sintetizou na fórmula ‘D-M-D’), a actividade produtiva (distinta da actividade para a economia doméstica) passa a prosseguir um objectivo homogéneo, quantificável e mensurável, o *ganho monetário*. Sendo uma grandeza monetária, este ganho é comparável com os custos de produção (D pode comparar-se com D’). Nasce, historicamente, a categoria do *lucro capitalista*. O *homem natural* foi substituído (como diria Sombart) pelo *homem capitalista*, que “busca o lucro racional e sistematicamente” (Max Weber). E, sobretudo, surgiu a *empresa capitalista* como realidade separada da *economia doméstica* do seu proprietário, o que aconteceu, fundamentalmente, com o desenvolvimento das sociedades comerciais e, acima de todas, das sociedades anónimas.

Só então se realizaram as condições indispensáveis para a aplicação plena do *princípio da racionalidade económica*, que corresponde a um certo estágio de desenvolvimento das relações de produção. Para a empresa capitalista, a maximização do lucro é o *único objectivo* a prosseguir e a adopção dos princípios do *cálculo económico* é uma exigência vital para evitar o perigo último da concorrência entre as empresas (a falência) e para conseguir aquele objectivo. Como Marx observou, o princípio da racionalidade económica surge como “uma força inerente ao capital e como um método próprio e característico do modo de produção capitalista”.

D - O conceito de *homo oeconomicus* como *agente racional maximizador* traz consigo, implícito, um certo *entendimento normativo* acerca da natureza humana, representando, por isso mesmo, a afirmação de um *ideal* como se ele fosse uma *realidade*. Este é um procedimento que utiliza a atitude ‘científica’ (a afirmação *do que é*) para ‘justificar’ o ideal que se proclamou como facto, a pretexto de que se está a *explicar a realidade*. E este é um procedimento que não é ‘inocente’, num ambiente cultural caracterizado pela secundarização da filosofia e da teologia perante a ciência, que assim emerge como a única fonte da verdade (cognitiva e normativa).

E é por isso que o conceito de *homo oeconomicus* pode ser entendido como um *conceito normativo*, utilizado para ‘justificar’ e ‘legitimar’ as instituições económicas existentes (o mercado livre e a propriedade privada), o que confirmaria a tese de que a ciência económica não-marxista (e anti-marxista) sempre inseriu nas suas construções *pressupostos filosóficos acerca da natureza humana*, os quais, consciente ou inconscientemente, forneceram a necessária *justificação moral* do sistema económico e do comportamento que ele exige dos seus agentes.

E - Os modelos e as teorias que se baseiam no comportamento do *homo oeconomicus* enquanto *agente racional maximizador* têm provado bastante mal como instrumentos analíticos e de predição. No entanto, a *mainstream economics* continua fiel a esta premissa básica, apesar das críticas de que tem sido objecto.

Creio que Robert Heilbroner tem razão quando sustenta que esta atitude se explica pelo facto de os economistas precisarem de um qualquer tipo de pressupostos acerca do comportamento dos agentes económicos, para poderem dar corpo às suas teorias. O nível da teoria só se atinge com base na adopção de uma qualquer concepção filosófica acerca da natureza do homem e do seu comportamento.

A teoria económica marginalista parte de "behavioral assumptions" que não reflectem a *incerteza fundamental* que caracteriza o comportamento dos homens e que dificulta o enunciado de *leis absolutas e universais* neste domínio. Mas esta visão reducionista do *homo oeconomicus* como *animal egoísta maximizador*, embora fazendo dele "a bit of a fool" (na expressão de Amartya Sen), oferece à teoria económica marginalista a 'vantagem' de poder contar com sujeitos económicos que se comportam com a *regularidade* e a *previsibilidade* dos objectos do mundo físico (o que ajuda a aproximar a *Economics* das ciências da natureza, como é pretensão dos defensores da *teoria económica pura*).

Com base no seu 'código genético de racionalidade' (a *escala de preferências* com que é *dotado* à partida o 'homem racional' do marginalismo), o *homo oeconomicus* adopta (necessariamente) um comportamento perfeitamente previsível, que se desenvolve de acordo com uma *lei universal* (como as da física) aplicável a todos os agentes económicos (consumidores, trabalhadores, empresários), e que se traduz no facto de todos procurarem maximizar o resultado pretendido, em coerência com o 'código de racionalidade' que se adopta como premissa (os consumidores maximizam a sua utilidade; os trabalhadores maximizam o seu salário; os empresários maximizam os seus lucros).

Este artifício do *homo oeconomicus* permite aos que sobre ele fundam a 'ciência económica' aproximar o comportamento dos homens e das instituições por eles criadas e nas quais se integram do *comportamento das agulhas magnéticas* (para utilizarmos o paralelismo feito por Heilbroner). Assim se prossegue o ideal de fazer da *Economics* uma ciência tão rigorosa e tão objectiva como as ciências da natureza.

6.3. A CIÊNCIA ECONÓMICA PODE SER UMA "CIÊNCIA DOS MEIOS"?

Robbins é muito claro na afirmação de que a sua ciência económica é uma *ciência positiva*, uma *ciência pura*, *neutra* em relação aos fins. Mas será possível uma pura "ciência dos meios"?

Terá sido Nassau Senior quem pela primeira vez distinguiu a *economia positiva* (“uma ciência pura e estritamente positiva”) da *economia normativa* (“uma arte da economia impura e inerentemente normativa”).

Também David Hume e, depois, John Stuart Mill apresentaram propostas semelhantes. A afirmação de Hume, segundo a qual “não se pode deduzir o dever ser do ser”, ficou conhecida por *guilhotina de Hume*, porque ela estabelece uma separação radical entre positivo e normativo, entre ser e dever ser, entre factos e valores, entre objectivo e subjectivo, entre ciência e arte, entre juízo de verdadeiro ou falso e juízo de bom ou mau.

No final do séc. XIX, a questão da *Wertfreiheit* (i.é, a possibilidade de uma ciência económica isenta de valores, imune à interferência de juízos de valor) esteve presente na famosa *luta dos métodos* (“Methodenstreit”), uma controvérsia entre os adeptos da Escola Histórica Alemã (representada por Gustav Schmöller) e os representantes da Escola Subjectivista de Viena (encabeçada por Carl Menger). Os primeiros valorizavam a *perspectiva histórica* e a *compreensão* da economia e da sociedade, com a inerente *valoração* da evolução verificada, considerando-se esta valoração como um elemento indispensável do estudo ‘objectivo’ da economia e da sua ‘essência’; os segundos defendiam uma teoria estritamente empírica, analítica e dedutiva.

Mas foi com a “revolução marginalista”, a partir do início da década de 70 do século XIX, que a nova economia começou a defender sistematicamente, como verdade indiscutível (‘científica’), o seu carácter *científico, objectivo, neutro* em relação a valores éticos ou políticos, com o objectivo de separar a sua ‘ciência’ das ‘doutrinas’ socialistas (em especial o marxismo) que tinham surgido a partir da Economia Política clássica.

A própria afirmação da sua *neutralidade* e do seu carácter ‘científico’ e ‘apolítico’ não é alheia a objectivos de natureza ideológica e política. A reivindicação para a *nova ciência económica* subjectivista-marginalista (depois consagrada sob a designação de *Economics*) dos métodos e dos padrões de validade científica aplicados às ciências físicas buscava para ela a ‘credibilidade’ que o *cientismo* da época outorgava às ciências da natureza. Ao mesmo tempo, a adopção de uma *perspectiva a-histórica* orientada para a descoberta de princípios de comportamento, categorias teóricas e *leis de validade absoluta e universal* foi um meio de subtrair ao estudo da ciência económica os grandes temas da Economia Política clássica que, com Marx, começaram a pôr em causa a aspiração da ‘ordem burguesa’ à eternidade.

Actualmente, muitos economistas - entre os quais dois prémios Nobel, Milton Friedman e Georges Stigler - defendem a distinção entre *Economia Positiva* e *Economia Normativa*, querendo significar que só pode falar-se de ciência (= ciência

positiva) quando o cientista, enquanto cientista, se limita a analisar *o que é*, sem se ocupar do que *deve ser* (a análise do dever ser vem apontada como necessariamente tributária de valores e, portanto, não científica).

Milton Friedman defende que a *Economia Positiva* é “uma ciência ‘objectiva’, precisamente no mesmo sentido de qualquer das ciências físicas”, uma ciência que “é, em princípio, independente de qualquer particular posição ética ou de juízos normativos”.

Poderá surpreender que este purismo ‘cientista’ a respeito da ciência económica venha de um autor que assenta o fundamental dos seus trabalhos em postulados como estes: as economias capitalistas são essencialmente estáveis; o *melhor caminho* para assegurar o máximo de crescimento económico e o melhor nível de vida para todos é o funcionamento, sem entraves, do *mercado livre* (tanto nos países ‘desenvolvidos’ como nos países ‘subdesenvolvidos’); a intervenção do estado na economia e a regulação das relações económicas pelo estado e pelo direito é sempre um *mal* (salvo quando propõe que seja a constituição a impor a sua “constant growth rate rule” no que se refere à oferta de moeda); a inflação é um *mal* muito *pior* que o desemprego, porque a inflação é uma ameaça à “economia de livre mercado” (assumida como um *valor a defender*) e à liberdade individual no plano político (esta equivalência entre economia de mercado e democracia política não é propriamente um *facto*).

Quem pode negar que o *economista positivo* Milton Friedman é um economista profundamente tributário de *juízos de valor* e de *concepções ideológicas*? E não é de admirar que assim seja, se tivermos presente a lição de autores tão importantes como Gunnar Myrdal, Maurice Dobb e Joan Robinson. Escreveu o primeiro que, “do ponto de vista das suas origens ideológicas, a Economia Política é uma grandiosa tentativa de demonstrar, em termos científicos, o que deve ser”. Dobb sustenta que “a Economia Política nasceu como uma apologética de certa ordem social e continua a ser uma apologética”. E a Sr^a. Robinson não quer significar coisa diferente quando defende que a Economia “foi sempre em parte um veículo da ideologia dominante em cada período e em parte um método de investigação científica”.

Com a sua defesa do *princípio da Wertfreiheit*, Max Weber pretendia evitar, no fim de contas, que nos trabalhos científicos se misturassem opiniões de natureza ética ou política com afirmações de carácter ‘técnico’ e, sobretudo, que se promovesse a aceitação daquelas sob a capa de proposições de índole científica, avaliadas pelo ‘prestígio’ de quem as emite enquanto especialista.

Não se contesta o mérito desta preocupação. Mas a verdade é que os cientistas são também - e acima de tudo - seres humanos “cujo pensamento e cuja linguagem são influenciados por elementos cognitivos e emocionais que não são facilmente separáveis” (Kurt Rothschild).

Esta circunstância é que leva vários autores - com particular destaque para Gunnar Myrdal - a defender a impossibilidade de uma *Wertfreiheit absoluta* e a admitir que elementos ético-valorativos entrem na análise económica (o que, em certos casos, pode até ser desejável), imputando aos investigadores o dever (ético e científico) de esclarecer aberta e explicitamente as premissas de que partem, no plano dos valores, as quais, seja qual for o grau de consciência ou a intenção de cada investigador, influenciam a escolha dos temas a investigar e levam à inserção de elementos normativos nas teorias elaboradas. Só deste modo não se corre o risco de se fazer passar as concepções filosóficas de que se parte por resultados obtidos através da análise científica.

A este respeito, Gunnar Myrdal (Prémio Nobel da Economia) não hesita em afirmar que “nunca existiu uma ciência social ‘desinteressada’ e, por razões lógicas, nunca poderá existir”. Na sua opinião, a “única forma de podermos atingir a ‘objectividade’ na actividade teórica consiste em expor claramente as valorações, torná-las consistentes, bem definidas e explícitas, permitindo que os seus efeitos condicionem a nossa investigação, mas de uma forma clara”.

E o economista sueco explica: “A elucidação das nossas visões e a definição das nossas específicas premissas de valor são mais obviamente imperativas e ao mesmo tempo mais fáceis se não compreendermos que não devemos esperar ingenuamente que as nossas ideias, mesmo no domínio da investigação científica, não são condicionadas por nenhum outro elemento que não seja o nosso anseio de buscar a verdade”.

Um outro crítico do princípio de uma *Wertfreiheit absoluta*, Robert Heilbroner, defendeu (num importante ensaio publicado na revista *Social Research*) que, dada a especial relação do investigador com o objecto da investigação no âmbito da ciência económica, a interpretação da realidade será sempre impregnada de valores, tornando-se a defesa de valores um *elemento inseparável* - na verdade, um *elemento desejável* - da investigação científica, qualquer que seja o grau de consciência dos investigadores relativamente a este ponto. Segundo Heilbroner, “a Economia não é e não deve ser isenta de valores”. Por isso ele defende que os economistas não devem definir como objectivo uma análise isenta de valores. A sua obrigação enquanto cientistas traduz-se no dever de esclarecer os seus leitores acerca dos *presupostos filosóficos* da sua análise, e no dever de explicitar os *juízos de valor* que os inspiram, em vez de os fazerem passar por *leis inerentes à natureza das coisas* ou por *verdades científicas inatacáveis*.

Seria talvez redundante acompanhar aqui o raciocínio e os argumentos de vários outros autores cujas conclusões não andam longe das que ficam enunciadas. Recordaremos Schumpeter, Joan Robinson, Maurice Dobb, Homa Katouzian, Kurt Rotschild, Mark Blaug, entre outros. A propósito desta questão de saber se é

possível atingir uma ciência económica que seja uma *pura ciência dos meios, neutra em relação aos fins*, referiremos apenas François Perroux, o autor em que mais frontalmente vimos defendido o ponto de vista de que “é impossível uma ciência humana dos meios puros, separados dos objectivos e dos valores”, porque “uma ciência dos meios não pode estudá-los com precisão e exactidão deixando de lado as finalidades que eles revelam”.

A pretexto da distinção entre os *dados* e as variáveis, o que se pretende - escreve Perroux num ensaio sobre *Poder e Economia* - é deixar de fora da análise do economista elementos como “o regime de propriedade e as regras do jogo social, as relações entre poderes sociais”. Deste modo, o economista elabora *conceitos implicitamente normativos*, “sendo a norma, neste caso, a combinação das regras do jogo que servem a ‘parte superior’ da sociedade, os seus interesses económicos e a duração do seu poder”. A lógica moderna - conclui François Perroux - condena a distinção simplista segundo a qual a economia é uma *ciência dos meios* e não uma *ciência dos fins*: “se os fins estão de fora do alcance dos economistas, eles poderão ficar reduzidos à aceitação da ordem social existente (...), confundida com a *ordem social* sem epítetos”. Como corolário, espreita o risco - denunciado por Samuel Bowles - de os economistas se verem transformados nos “novos servidores do poder”.

A pretensa *neutralidade* da ciência (ou dos cientistas) é, aliás, contestada por alguns autores no próprio plano da metodologia científica.

Homa Katouzian admite que os investigadores podem ser indiferentes relativamente a certos problemas. Mas defende que a *indiferença*, a *neutralidade (hoc sensu)* é ela própria uma *posição moral*, significa um *juízo de valor*, sendo certo que a neutralidade (a indiferença, a imparcialidade) não é, em si mesma, sem ter em conta o respectivo contexto, nem necessariamente correcta nem necessariamente superior a um empenhamento consciente.

Robert Heilbroner e Homa Katouzian mostram, por outro lado, que o *pressuposto maximizador* em que assenta a construção subjectivista-marginalista é a negação da *neutralidade* que se invoca.

Este pressuposto casa-se perfeitamente com o ponto de vista dominante de que *mais é melhor*. Nestes termos, o pressuposto da maximização confere uma certa autoridade ‘científica’ às afirmações correntes nos manuais da *mainstream economics* segundo as quais o consumidor que atinge o cume da sua curva de indiferença fica mais (melhor) satisfeito do que aquele que se queda num ponto mais abaixo, ou segundo as quais uma economia com uma taxa de crescimento elevada oferece necessariamente melhor nível de bem-estar do que outra com uma taxa de crescimento mais baixa.

Deste modo, o comportamento maximizador transforma-se numa *norma de conduta*, num *padrão de comportamento*. E, para quem aceite que *mais não significa necessariamente melhor* (ponto de vista que parece impor-se cada vez mais), este tipo de comportamento não passa da última versão do benthamismo, segundo a qual “alfinetes, poesia e poluição é tudo a mesma coisa, desde que sejam contabilizados no PNB”. (Heilbroner)

Em todo o caso, parece irrecusável a conclusão de R. Heilbroner de que a adopção do *pressuposto da maximização* significa, inequivocamente, a penetração de *juízos de valor* na teoria económica que o adopta como ponto de partida.

O facto de a “teoria económica ortodoxa” adoptar o pressuposto maximizador como critério da *eficiência na afectação dos recursos* significa que aquele critério e este objectivo são os únicos *escolhidos* por esta perspectiva da teoria económica. E a escolha do objectivo da afectação racional (eficiente, maximizadora da utilidade) de *recursos dados* como único objectivo social é o argumento utilizado por Homa Katouzian para afirmar que a teoria económica ortodoxa, longe de ser neutra em relação aos fins - como faz gala em se afirmar -, é selectiva, parcial e influenciada por juízos éticos.

Ao eleger o objectivo da afectação *eficiente* dos recursos produtivos, a teoria económica marginalista está a ignorar arbitrariamente outros objectivos sociais (v.g., a garantia de um nível de vida mínimo *decente*; a estabilidade do emprego; uma distribuição do rendimento *justa*; condições de trabalho *agradáveis*; um ambiente *saudável*) indiscutivelmente relevantes e, para certos grupos sociais, mais importantes que quaisquer outros. Ao desvalorizá-los perante o único objectivo tido em conta, a Economia marginalista está a adoptar (implicitamente) o *juízo ético* segundo o qual a sociedade *deve valorizar* este objectivo *mais* que os outros, ou deve considerá-lo *preferível* aos outros (subtraídos, em nome desse juízo ético, à esfera da investigação ‘científica’ e relegados para o domínio sem dignidade das ‘opiniões pessoais’).

6.4. A ECONOMIA MARGINALISTA NÃO PODE COMPREENDER O CAPITALISMO

Veremos, finalmente, se a economia marginalista será capaz de compreender o capitalismo.

O marginalismo coloca-se na óptica da utilização dos *recursos existentes*, no pressuposto de que todos serão utilizados o mais eficientemente possível. A subutilização ou a não-utilização de recursos escassos perante necessidades e desejos não satisfeitos não cabe na lógica da teoria marginalista: o equilíbrio é o *equilíbrio de pleno emprego*.

Acontece que o ensaio de Robbins, que associa a natureza e o significado da ciência económica à lei da escassez, foi publicado em 1932, em plena *crise geral de sobreprodução*, num momento em que milhões de pessoas em todo o mundo capitalista não encontravam um posto de trabalho e em que milhares e milhares de empresas faliam por não conseguirem escoar a sua produção. É esta circunstância é por vezes apontada como sinal da incapacidade da 'ciência económica' assim entendida de compreender a lógica de funcionamento do capitalismo e de diagnosticar, explicar e ajudar a resolver os problemas que ele coloca.

Compreende-se, por isso, a conclusão de um estudo editado pela Unesco sobre a "ciência económica": "As massas de desempregados e as capacidades de produção não utilizadas durante a grande crise fizeram compreender a numerosos economistas que a teoria ortodoxa excluiu do seu campo os mais importantes problemas económicos, e que os microinstrumentos da 'lógica da escolha' eram totalmente inadapta-dos para a análise dos problemas que então se punham à sociedade".

6.4.1. - A Economia marginalista assume-se como a *ciência das relações de troca*, reduzindo-se a esta classificação formal os actos de escolha relevantes para a ciência económica.

Este é um dos pontos sobre que tem incidido a crítica, sobretudo por parte dos autores de inspiração marxista. Uma vez instalada como classe dominante, a burguesia passou a considerar as relações de produção capitalistas como algo de definitivo, inalterável e indiscutível. As concepções burguesas da Economia voltaram as costas à orientação da Economia Política clássica - que fazia do estudo das relações de produção o objecto principal da sua análise - e ignoraram deliberadamente a Economia Política marxista, que faz das relações de produção o elemento essencial de cada modo de produção.

Morto o interesse pelo estudo das relações de produção, a Economia Política burguesa passou a concentrar a sua atenção no problema da formação dos preços no mercado. A este respeito, é elucidativa a noção de *Economia Pura* (por oposição à *Economia Política* clássica) defendida por Walras: "a economia pura é, na sua essência, a teoria da determinação dos preços nas condições de um *hipotético* regime de concorrência livre e perfeita". [sublinhámos *hipotético*]

A *cadeia de trocas* em que intervêm os *homens económicos racionais*, "nas condições de um *hipotético* regime de concorrência perfeita", desenvolve-se até que se atinja a *posição de equilíbrio das trocas*, resolvendo-se, através da troca, todos os problemas da produção, da distribuição e do consumo, com a maximização dos resultados em todas as esferas.

A crítica põe em relevo que esta identificação da ciência económica como *ciência das relações de troca* (ou *catalaxia*) encobre a apologia do capitalismo. Reduzindo o seu estudo à análise das relações de troca que se concretizam no mercado, realça-se que as trocas são *trocas de equivalentes* (de outro modo não teriam lugar...), o que significa que as *trocas voluntárias* permitem ultrapassar eventuais conflitos entre interesses divergentes, proporcionando o máximo de utilidade a todos os que delas participam.

“Esta apologia - escreve Oskar Lange - dissimula os interesses de classe contrapostos inerentes às relações de produção capitalistas, apresentando-as como um conjunto harmonioso de relações de troca do qual todas as classes sociais tiram vantagem”. Entre nós, Jacinto Nunes escrevia em 1988, num artigo de opinião sobre “Hayek e o novo liberalismo”, que a catalaxia equivale à ressurreição da mão invisível, com muito de ‘crença’ aceitável num acrescido volume de produção, mas esquecendo que a sua distribuição passa muito a depender do jogo da ‘habilidade’ e ‘sorte’ dos agentes económicos.

6.4.2. - Uma outra crítica fundamental a esta *ciência das trocas* põe em relevo o facto de não se enquadrar no conceito marginalista de *acto de troca* a ‘troca’ fundamental, no quadro das relações de produção capitalistas, que se verifica entre o trabalhador assalariado e o seu empregador capitalista através do *contrato de trabalho*.

Na verdade, a perspectiva marginalista concebe a vida económica como uma sucessão de *múltiplos actos de troca isolados*, realizados entre indivíduos ‘racionais’. Ora a ‘troca’ que se realiza através dos contratos de trabalho (mesmo que se trate de contratos individuais de trabalho) não é *um acto de troca* a que vão sucedendo *outros actos de troca*: os contratos de trabalho destinam-se, em regra, a produzir efeitos ao longo de um determinado período de tempo, durante o qual o trabalhador deve cumprir a sua obrigação de trabalhar sob a direcção do patrão-empregador e este deve cumprir a sua obrigação de pagar o salário ao trabalhador.

A concepção ‘atomística’ das relações económicas como uma *sequência de actos de troca isolados* desvirtua, pois, desde logo, a natureza do regime do salariado.

6.4.3. - Para o marginalismo, por outro lado, as relações entre o empregador capitalista e os trabalhadores assalariados são entendidas como *meros actos de troca*, idênticos a quaisquer outros actos de troca, os quais concretizam *escolhas feitas livremente* pelo empregador capitalista e pelo trabalhador assalariado, de acordo com o mesmo princípio de *racionalidade*, escolhas que traduzem a *livre vontade* do trabalhador assalariado de transferir a sua força de trabalho para o seu empregador e a *livre vontade* deste de transferir para o operário assalariado o respectivo salário.

Ao afastar a preocupação de apurar a verdadeira natureza da 'troca' efectuada através do contrato de trabalho, admite-se que o trabalhador pode *escolher* entre utilizar o seu tempo a trabalhar para um patrão ou pura e simplesmente não trabalhar. E admite-se que esta *escolha* é da mesma natureza da *escolha* do empregador capitalista entre, v.g., contratar o operário ou não contratar, entre contratar mais operários ou adquirir máquinas novas.

Fora da análise fica o facto fundamental que caracteriza as relações de produção nas sociedades capitalistas: o facto de os *capitalistas* serem os proprietários dos meios de produção e de os *trabalhadores assalariados* estarem excluídos da propriedade dos meios de produção.

E daqui derivam os críticos a incapacidade desta *teoria pura* para compreender os mecanismos de funcionamento e as categorias económicas próprias de sociedades caracterizadas pela "diferenciação social entre os que, por serem proprietários, podem viver sem trabalhar e os que, por não o serem, têm de trabalhar para viver" (Teixeira Ribeiro), e pela natureza conflituante das relações entre os grupos ou classes sociais em que tais sociedades se estruturam.

Uma tal concepção - claramente reflectida no ensaio de Robbins - é herdeira directa do individualismo dos séculos XVIII e XIX, que, a pretexto de se ocupar dos *indivíduos em abstracto*, esquecia os *homens em concreto* e as estruturas sociais em que eles se integram. Este é um entendimento que vai contra a lição de Adam Smith, que pôs em relevo a *diferenciação social* acima referida e compreendeu perfeitamente que o *contrato de trabalho* não resulta de *escolhas livres* de ambas as partes e não é um *contrato entre iguais*, dando-se conta de que o *regime do salariado* é uma categoria própria do capitalismo, inserido na sua lógica, na sua 'racionalidade' específica.

Mas a *ciência das trocas* marginalista, ao conceber as trocas como *trocas de equivalentes* (outra coisa não seria conforme à *racionalidade* dos agentes económicos), e ao considerar que é igual a qualquer outra aquela 'troca' que os marginalistas descobrem por detrás do contrato de trabalho, esconde o facto - posto em relevo desde Smith e Marx - de esta ser uma *troca desigual*.

Em primeiro lugar, os trabalhadores não são livres para contratar ou não contratar (o que chama a atenção para a especificidade deste 'contrato', tão específico que, em regra, não é hoje celebrado entre o *indivíduo-trabalhador* e o *indivíduo-patrão*, mas entre o sindicato representativo dos trabalhadores e a associação representativa dos patrões), pela simples mas decisiva razão de que, sendo juridicamente livres de dispor contratualmente da sua força de trabalho, os trabalhadores são também "livres de tudo - como sublinha Marx -, completamente desprovidos das coisas necessárias à realização da sua potência de trabalho". E esta

última circunstância transforma aquela *liberdade de contratar* em *necessidade de contratar*: os trabalhadores são economicamente obrigados a trabalhar para sobreviver, ao contrário dos patrões, que podem viver sem trabalhar. Não estão, pois, em *posição de igualdade* os dois permutantes deste tipo de 'trocas' (sem dúvida as mais importantes no seio das sociedades capitalistas, as que constituem a essência do modo de produção capitalista). Adam Smith já tinha mostrado isto mesmo. E, utilizando as suas palavras, poderemos dizer que quem não se dá conta deste aspecto "é tão ignorante do mundo como deste assunto".

Em segundo lugar, sempre poderá dizer-se, com Adam Smith (não é necessário invocar Marx), que "o trabalho de um operário acrescenta geralmente, ao valor das matérias-primas a que se aplica, o valor da sua própria manutenção e o lucro do patrão". Esta 'troca' cria, como se vê, um *excedente* (que os marginalistas eliminaram), o *lucro do patrão* (A. Smith) ou a *mais-valia* (K. Marx).

Em conclusão: esta *ciência das trocas* 'encobre', a nosso ver, aspectos essenciais das relações sociais de produção que caracterizam as sociedades capitalistas.

6.4.4. - Os puristas da *mainstream economics* - entre os quais Lionel Robbins - baseiam as suas propostas teóricas em pressupostos individualistas e atomicistas, que concebem a realidade como se ela se conformasse com a arquitectura harmoniosa da concorrência perfeita.

No entanto, desde os anos 30 que a teoria económica vem dando conta da existência de vários níveis de 'liberdade de mercado', reconhecendo a existência de elementos geradores de verdadeiro *poder de mercado*. Joan Robinson e Edward Chamberlin elaboraram a teoria da *concorrência imperfeita* e da *concorrência monopolista*. Hoje, não pode deixar de se reconhecer que, nos principais mercados do "sistema industrial" (J.K. Galbraith), os grandes operadores que os dominam são *price-makers* e não *price-takers*. A *mão invisível* do mercado foi substituída pela *mão(muito)visível* das grandes empresas 'monopolistas', dos cartéis internacionais, dos poderosos conglomerados transnacionais, das grandes empresas públicas, do estado e suas agências.

Vários autores sublinham que, nas condições actuais, quem, verdadeiramente, decide da utilização dos recursos disponíveis não é o mercado mas as grandes empresas multinacionais.

Isto significa que os problemas que se perfilam a este respeito não podem equacionar-se nem obter respostas à margem do sistema político e social que envolve a vida económica. O que quer dizer que uma ciência que põe no centro de tudo o *homo oeconomicus* inventado para o efeito não tem nada a ver com a realidade social e é incapaz de equacionar e de compreender os problemas que se levam-

tam acerca da utilização dos recursos disponíveis (que não pode deixar de se considerar um problema social).

6.4.5. - As concepções subjectivistas partem da existência de *necessidades individuais* e tomam como objecto da ciência económica a luta contra a escassez, com vista à *satisfação dessas necessidades*.

Ora a verdade é que, nas economias capitalistas, a produção não visa a satisfação das necessidades. "A finalidade da economia capitalista - como escreve Teixeira Ribeiro - resume-se à transformação de certa soma de dinheiro em uma soma de dinheiro maior". Como sublinha este mesmo autor, "na economia capitalista a satisfação das necessidades é um meio, e não um fim", o que significa que, "sempre que seja conveniente, sacrifica-se o meio à realização do fim, procurando alcançar-se mais lucro, mesmo à custa de satisfazer menos necessidades".⁵⁴³

Não admira, por isso, que os críticos do marginalismo considerem a ciência económica subjectivista incapaz de enquadrar as questões fundamentais que se colocam no quadro do capitalismo, nomeadamente a problemática da chamada *sociedade de consumo*, no seio da qual as necessidades humanas se transformam em "puro produto do sistema.". A análise da *sociedade de consumo* - comenta Hubert Brochier - "é um escândalo para os economistas, desde sempre habituados a raciocinar em termos de funcionalidade, de utilidade. É um desafio às categorias mais incontestadas do pensamento económico e em primeiro lugar à noção de utilidade sobre a qual se encontra alicerçado todo o edifício do marginalismo e do equilíbrio paretiano".

A Economia entendida como *ciência da escolha* caracteriza o capitalismo como *economia de mercado livre*, na qual a *soberania do consumidor* (a *liberdade para escolher* de que fala Milton Friedman) determina todas as escolhas feitas *livremente* no mercado por *cada um dos indivíduos* que nele actuam, os quais decidem, em último termo, à escala da economia como um todo, *o quê, como e para quem* se vai produzir.

No fundo, o mito da *soberania do consumidor* é um reflexo do mito liberal do contratualismo, que reduz toda a vida em sociedade - nomeadamente a vida económica - a *relações contratuais* livremente assumidas por indivíduos livres, independentes e iguais em direitos, cada um dos quais dispõe de informação completa sobre todas as alternativas possíveis e sabe perfeitamente o que quer.

A *soberania do consumidor* é invocada também para 'legitimar' os resultados do funcionamento das *economias de mercado livre* no que toca à distribuição da riqueza e do rendimento. A sua 'legitimação' deriva da ideia de que eles são *livremente*

543 Cfr. J.J. TEIXEIRA RIBEIRO, *Sobre o Socialismo*, cit., 49.

queridos e assumidos por todos e por cada um, através da *livre escolha individual*. Von Mises defende expressamente que, “numa sociedade capitalista, a riqueza só pode adquirir-se e conservar-se mediante uma atitude que corresponda às exigências dos consumidores. Assim, a riqueza de prósperos comerciantes é sempre o resultado de um plebiscito dos consumidores e, uma vez adquirida, a riqueza só pode conservar-se se for utilizada da forma que os consumidores considerem mais benéfica para eles”.

Em sentido contrário, invoca-se toda a lógica da *sociedade de consumo*, em que as necessidades são um mero pretexto para vender aquilo que se produz (se não há *necessidades*, inventam-se, e os *desejos* ‘produzem-se’ ao mesmo tempo que os bens). O peso crescente da moda e da publicidade na determinação do comportamento dos consumidores dá razão aos que defendem (como Alvin Hansen) que “os desejos dos consumidores deixaram de ser uma questão de escolha individual”, tendo-se tornado “uma produção de massa”. A realidade quotidiana mostra que, para além de um certo grau de inter-actividade, as grandes empresas criam necessidades e desejos, fabricam as modas, modificam os hábitos de consumo, praticamente à escala do planeta.

Os defensores das virtudes do mercado sustentam que, dando a todos iguais possibilidades de participar na orientação da vida económica, o mercado é a base de um autêntico *governo democrático da economia*, indo outros ao extremo de afirmar que “a economia de livre empresa é a outra face da democracia”: “nesta grande e contínua eleição geral da economia livre - escreveu Enoch Powel -, ninguém, nem mesmo o mais pobre, é privado do seu direito de voto: estamos todos a votar a todo o momento”.

Contra a ‘leitura’ do significado da ‘votação’ efectuada no mercado parece decisivo, porém, o argumento de Mark Blaug, segundo o qual um tal ponto de vista ‘esquece’ o facto essencial de que no mercado se efectua “uma eleição em que alguns eleitores podem votar mais do que uma vez”, porque, no mercado livre, o peso (a influência) do voto de cada consumidor depende do que cada um gasta no mercado, o que, por sua vez, depende da riqueza e do rendimento de cada um.

Os marginalistas dirão que os rendimentos de cada pessoa correspondem à ‘contribuição’ de cada uma para o rendimento da comunidade. Os críticos da teoria da produtividade marginal negam que assim seja. E se não houver uma ‘justificação moral’ para as *diferenças de rendimento* e para a *diferença de natureza* dos rendimentos dos trabalhadores e dos rendimentos dos capitalistas, é inevitável a conclusão de que a ‘votação’ do mercado está viciada à partida e conduz a resultados injustos, que reflectem e ajudam a perpetuar as estruturas (de poder) que geram e mantêm as diferenças de rendimentos. Esta conclusão será ainda mais evidente

quando se toma em consideração a riqueza herdada por alguns e o rendimento que dela resulta para os seus titulares pelo simples facto de o serem.

É indesmentível que o volume e a estrutura da procura de bens de consumo são fortemente influenciados pela distribuição do poder de compra entre as famílias (unidades de consumo). Mas as teorias subjectivistas-marginalistas do equilíbrio de mercado afastam esta questão, pressupondo sempre, numa *perspectiva estática*, que as escolhas dos 'indivíduos racionais' acontecem sempre nas condições da concorrência perfeita ("uma situação em que - esclarece Oskar Morgenstern - ninguém exerce qualquer influência sobre nada, em que não há nem ganho nem perda, em que cada um enfrenta *condições fixas, preços dados*, tendo apenas que se adaptar a eles de modo a obter o máximo individual"), traduzindo-se em saber como gastar, em *dado momento*, perante uma *dada dotação de bens*, um *poder de compra dado*.

Com boas razões, poderá mesmo dizer-se que, afinal, este *rational choosing agent* inventado pelo marginalismo é, nas condições do mercado livre, "um homem sem escolhas". Se quer evitar a morte (falência), ele tem que produzir ao custo mais baixo a que os outros produzem e tem que vender ao preço (dado) do mercado e não pode permitir-se quaisquer motivações (ou fins) não-económicas (a amizade, a compaixão, a responsabilidade social). A sua 'conduta racional' não passa de uma conduta de adaptação às condições *dadas* pelo mercado, com vista ao fim único da *maximização do ganho* (a utilidade ou o lucro). É um *homem unidimensional*, que mais parece um *robot* do que um *homem livre*, capaz de assumir *escolhas morais*.

Joan Robinson põe o dedo na ferida quando escreve que a *mainstream economics*, "ao aclamar a 'soberania do consumidor', acaba por perder de vista o problema da distribuição do poder de compra entre a população". É, mais uma vez, a fuga à realidade social e aos seus problemas, também neste aspecto ao arrepio da atitude dos economistas que integram a linhagem Fisiocratas-Smith-Ricardo-Marx, todos empenhados, a seu modo, em compreender a sociedade em que viveram.

J. K. Galbraith é um dos autores que, desde a década de 50, mais lucidamente contribuiu para a crítica desta "economics as a system of belief", desta "sedative economics" que persiste na defesa do dogma da *soberania do consumidor*.

Segundo Galbraith, o consumidor não é hoje 'soberano' em qualquer sentido útil. A soberania do consumidor só existe no "mundo dos livros de texto" da *mainstream economics*. Nas sociedades que assentam no "sistema industrial" encontramos *economias planificadas*, nas quais prevalece a *soberania do produtor*. Por isso ele propõe que a ciência económica substitua a perspectiva da *soberania do consumidor* pela perspectiva da *soberania do produtor*, considerando que os produtores são, nas sociedades modernas, grandes e poderosas *organizações produtivas*.

A *soberania do produtor* significa, para Galbraith, a capacidade das grandes organizações empresariais para 'planificar' a economia. E sustenta que "a planificação é inerente ao sistema industrial", porque planificar significa 2 "exercício sistemático da previsão" e a necessidade deste exercício (i.é, o exercício da *soberania do produtor*) resulta de circunstâncias inerentes à moderna sociedade industrial.

J. K. Galbraith põe em relevo aspectos fundamentais em que a adopção da lógica da *soberania do produtor* conduziria a leituras da realidade e a políticas muito diferentes daquelas que resultam da ciência económica que, persistindo na defesa do postulado da soberania do consumidor, não contribui para esclarecer os fenómenos sociais, antes "oculta a realidade", com "o propósito de suprimir conclusões e acções sociais inconvenientes" e de ajudar a reforçar a *soberania do produtor* que faz por ignorar.

Nestes termos, é esta a alternativa que, segundo Galbraith, se coloca à ciência económica: "A Economia pode permanecer fiel à soberania do consumidor e ser confortável, não controversa, cada vez mais sofisticada nos seus modelos e cada vez mais, e talvez mesmo dramaticamente, separada da vida. Ou pode aceitar as implicações do poder do produtor, da soberania das grandes organizações. Então ela será controversa, politicamente perigosa e, durante longo tempo, talvez intelectualmente deselegante nos seus modelos. Mas, em compensação, será relevante para as mais imediatas e importantes questões que se levantam na sociedade industrial".

6.4.6. - Na medida em que pressupõe o funcionamento da economia nas condições da concorrência perfeita, a *mainstream economics* ignora o *poder de mercado*. Mas fora da análise económica ficam igualmente todas as outras formas de *poder* (nomeadamente o *poder político*), bem como as *estruturas do poder* e as *relações de poder* que caracterizam a economia e a sociedade capitalistas.

Já os fisiocratas tinham afirmado que "o governo [o estado] deriva da propriedade" e que o primeiro dever do estado é o de "garantir a propriedade, defendê-la contra os usurpadores", "punir, pelo magistério dos magistrados, o pequeno número de pessoas que atentam contra a propriedade de outrem".

A Economia Política clássica deixava transparecer as estruturas do poder implícitas nas relações de produção capitalistas. A natureza e a função do estado capitalista aparecem com nitidez na conhecida reflexão de Adam Smith acerca do *Civil Government*: "Na medida em que é instituído com vista à segurança da propriedade, ele é, na realidade, instituído com vista à defesa dos ricos em prejuízo dos pobres, ou daqueles que possuem alguma propriedade em detrimento daqueles que nada possuem".

Com Ricardo, a sociedade capitalista é caracterizada por uma dinâmica conflitual baseada na distinção entre as classes sociais. Mas é sobretudo com Marx que

fica claro que as relações sociais de produção são essencialmente *relações de poder*, se entendermos a dimensão económica do poder como “a capacidade que tem um grupo social de forçar a formação de um excedente e/ou de se apropriar dele” (na formulação de Celso Furtado). Neste sentido, a apropriação do excedente surge, em Marx, como expressão do *poder* de que disfruta a classe capitalista enquanto detentora dos meios de produção.

O *poder* começou a ser ‘esquecido’ como objecto de análise económica com as primeiras representações matemáticas da economia (Walras e Pareto), acabando por ser banido de todas as concepções da ciência económica que a identificam como uma ciência da escolha, uma teoria das trocas ou uma teoria da formação dos preços em (supostos) mercados de concorrência.

Actualmente, as relações económicas, quer no quadro de cada economia nacional quer no plano das relações económicas internacionais, tendem a configurar-se cada vez mais como *relações de poder*. Nestas condições, ganha redobrada força a posição de François Perroux ao condenar a tese dos que excluem da teoria económica a análise do *poder*. Tal tese “coloca-se numa posição *objectivamente e cientificamente* insustentável relativamente às outras ciências sociais. O esquema de base da relação social trata o poder como um factor omnipotente e ineliminável”.

6.4.7. - Um dos pressupostos da Economia marginalista é a consideração do mercado como o *mecanismo* mais eficiente de afectação de recursos escassos a usos alternativos, sendo o sistema de preços o critério de avaliação dessa eficiência. Mais: na medida em que nele se realiza o princípio universal de racionalidade inerente à natureza humana, o mercado é, para os marginalistas, o único instrumento racional de afectação de recursos escassos a usos alternativos.

Mas a adopção deste critério implica, desde logo, que se afastem da análise todas as motivações que não possam ser avaliadas através do padrão de medida da moeda.

Por outro lado, “a afectação eficiente de recursos escassos entre fins alternativos não pode ser efectuada sem um padrão de avaliação. E o facto de o sistema de preços ser um padrão de avaliação particular, nomeadamente aquele que avalia cada dólar do mesmo modo, independentemente da forma que ele tem, não nos deveria cegar - observa M. Blaug - quanto ao facto de a aceitação dos resultados do sistema de preços concorrenciais ser um juízo de valor”. E isto porque “o sistema de preços é uma eleição em que alguns eleitores podem votar mais do que uma vez, e a única forma de votar é gastando dinheiro”.

Os críticos desta concepção sustentam, ao invés, que o mercado não é um puro *mecanismo natural* de afectação *eficiente e neutra* de recursos escassos e de regulação automática da economia. Para quem assim pensa, o mercado deve antes conside-

rar-se, como o estado, uma *instituição social*, um produto da história, uma *criação histórica* da humanidade (correspondente a determinadas circunstâncias económicas, sociais, políticas e ideológicas), que veio servir (e serve) os interesses de uns (mas não os interesses de todos), uma *instituição política* destinada a regular e a manter determinadas *estruturas de poder* que asseguram a prevalência dos interesses de certos grupos sociais sobre os interesses de outros grupos sociais.

Segundo este outro ponto de vista, o mercado e o estado são ambos instituições sociais ("longe de serem 'naturais', os mercados são políticos" - David Miliband), que não só coexistem como são interdependentes, construindo-se e reformando-se um ao outro no processo da sua inter-acção.

Nesta óptica, a questão fundamental não é a de saber se deve escolher-se o mercado ou o estado, ou mesmo a de saber qual o peso do mercado e qual o peso do estado (sendo certo que *bom estado* significa algo mais do que *menos estado*). A questão fundamental é a de saber "que espécie de mercados desejamos criar e que espécie de estado queremos desenvolver". (D. Miliband).

À luz do que fica dito, resulta que a *defesa do mercado* como mecanismo de regulação automática da economia, por oposição à *intervenção do estado* neste domínio e com este objectivo, não representa apenas um *ponto de vista técnico* sobre um *problema técnico*.

A defesa do mercado é a defesa de uma certa concepção do mundo, expressa na doutrina liberal, que vê no mercado uma instituição natural, autónoma, soberana, capaz de uma arbitragem neutral dos conflitos de interesses, uma instituição que - nas palavras de Hayek - "não pode ser justa nem injusta, porque os resultados não são planeados nem previstos e dependem de uma multidão de circunstâncias que não são conhecidas, na sua totalidade, por quem quer que seja"⁵⁴⁴.

E é a defesa da concepção liberal do estado, entendendo este como instância separada da *economia* e da *sociedade civil* e considerando a *não-intervenção* do estado na economia como corolário da *natureza do estado* enquanto pura instância política.

Uma concepção que - deixando de lado o entendimento dos fisiocratas, de Locke e de Adam Smith - deliberadamente ignora a 'compreensão' da natureza de

544 Hayek entende que só faria sentido falar de justiça ou injustiça acerca da distribuição dos benefícios e dos ônus operada pelos mecanismos do mercado se essa distribuição fosse o resultado da acção deliberada de alguma pessoa ou grupo de pessoas, o que não é o caso. Por isso ele defende que a expressão *justiça social* deveria ser abolida da nossa linguagem. "A expressão 'justiça social' não é, como a maioria das pessoas provavelmente sente — escreve ele —, uma expressão inocente de boa vontade para com os menos afortunados, (...) tendo-se transformado numa insinuação desonesta de que se deve concordar com as exigências de alguns interesses específicos que não oferecem para tanto qualquer razão autêntica" (*apud* D. GREEN, *ob. cit.*, 127). No limite, a confiança nas virtudes do mercado e da *free society* poderá levar mesmo à conclusão de que "a pobreza é o fruto da preguiça" (William Simon, citado por P. ROSANVALLON, *ob. cit.*, 89).

classe do estado (para o dizermos em linguagem marxista), revelando-se incapaz de compreender que a *não-intervenção* do estado na economia é apenas - como os diversos tipos de *intervenção* - uma das formas de o *estado capitalista* cumprir a sua função essencial de garantir as condições gerais indispensáveis ao funcionamento do modo de produção capitalista e à manutenção das estruturas sociais que o viabilizam (no fundo, a *manutenção e consolidação da autoridade e subordinação* a que se referia Adam Smith).

A esta luz, a *defesa do mercado* veicula uma concepção acerca da *ordem social* que se considera *desejável* e configura uma atitude de *defesa da ordem social* que tem no mercado um dos seus pilares. Tal como a *crítica do mercado* (por parte de marxistas, keynesianos, radicais ou ecologistas) veicula um *propósito de introduzir mudanças na ordem social estabelecida ou de a substituir por uma outra ordem social*.

Estamos, pois, no domínio da *filosofia política e social*. E, se bem virmos, tem sido esta a matriz da discussão travada nas últimas décadas entre 'keynesianos' e 'monetaristas' (divididos quanto à questão de saber se as economias capitalistas são estáveis ou não; quanto à capacidade do estado para pôr de pé adequadas políticas de estabilização; quanto à conveniência ou funcionalidade destas políticas, à luz de diferentes concepções do homem, da justiça social e da organização social e política da sociedade).

6.4.8. - Para quem parte do pressuposto de que as economias capitalistas podem compreender-se e explicar-se através da análise do comportamento dos 'homens económicos' que actuam sempre de acordo com princípios universais de racionalidade económica, é lógica a conclusão de que *o capitalismo é o único sistema racional possível*. E esta foi uma tese defendida nas décadas de 20 e 30 do nosso século por autores como Von Mises, Friedrich Hayek e Lionel Robbins, entre outros. Igualmente lógica é a conclusão de que substituir o capitalismo por um outro sistema equivaleria a renunciar à racionalidade económica. O capitalismo surge, por isso, como *o fim da história*.

De todo o modo, qualquer que seja a resposta que se dê ao problema da racionalidade do socialismo e à validade do socialismo como alternativa ao capitalismo, a verdade é que, dentro dos cânones da ortodoxia dominante, à ciência económica é vedado qualquer juízo específico sobre o modo como a actividade económica decorre nos vários sistemas económicos historicamente realizados, em termos de se podem comparar uns com os outros, nem mesmo no que se refere à sua eficiência.

O facto de o capitalismo ter gerado um desenvolvimento das forças produtivas muito superior ao registado durante o feudalismo (e que teria sido impossível nas condições deste) não é susceptível, segundo a concepção de Robbins, de qualquer juízo económico. À ciência económica só será lícito apreciar em que medida as

regras por que se pautava a vida económica no modo de produção feudal eram ou não adaptadas aos fins que então se ligavam à actividade económica.

Só uma apreciação desta natureza é possível relativamente ao capitalismo. Não há lugar, portanto, para qualquer juízo comparativo sobre a *racionalidade* (*eficiência*) dos dois sistemas e sobre o significado económico da passagem de um a outro. Quer dizer: a ciência económica nada pode dizer acerca do significado económico da passagem do capitalismo ao socialismo. O único juízo económico admissível consiste tão só na definição dos meios mais adequados para conseguir certos fins que se proponham no âmbito de um ou de outro dos sistemas considerados.

Esta é, se bem vemos, uma limitação importante imposta à ciência económica pelas concepções que aceitam os princípios fundamentais da definição de Robbins. E não faltam os autores que contrariam abertamente este tipo de limitações à análise económica, mesmo autores não marxistas.

É o caso, v.g., de François Perroux, o qual sustenta que “ninguém tem o direito, a pretexto de fazer ciência, de subtrair à análise científica o exame das consequências económicas, favoráveis ou desfavoráveis, da mudança da ordem social”. E isto tanto mais quanto é certo que (é ainda Perroux quem sublinha) “lutar contra a escassez não é apenas aperfeiçoar o mercado (...), é também modificar o regime de mercado e, mais latamente, rectificar as instituições de que o mercado é apenas um aspecto”.

A verdade é que a Economia Política surgiu e afirmou-se como disciplina científica no contexto da passagem da velha ordem feudal para a nova ordem capitalista e - como fica dito acima - a Economia Política de Adam Smith e de Ricardo foi uma ciência *empenhada em transformar o mundo*, em acelerar a dissolução da sociedade feudal, e os conceitos e categorias teóricas da Economia Política clássica não se furtaram à comparação de formas económicas e sociais alternativas, antes evidenciaram a superioridade das relações de produção capitalistas em confronto com as relações de produção feudais e com a regulamentação e os monopólios do mercantilismo.

6.4.9. - Nos dias de hoje, com a entrada em cena dos problemas do *ambiente*, parece irrecusável a consideração de modelos alternativos de organização económica e de crescimento económico.

A *mainstream economics* assume a escassez como um *dado fundamental* da vida, faz da *escassez* a sua categoria identificadora como ciência cujo objecto é identificado com o estudo do *comportamento do homem condicionado pela escassez*.

Mas é incapaz de se aperceber de que *o planeta é hoje o primeiro bem escasso*. O que indicia que problemas como o da poluição não cabem na lógica da análise marginalista, que compara *custos e benefícios privados*, mas não é sensível aos *custos sociais* de um crescimento baseado na maximização dos lucros, nem é capaz de comparar *custos sociais e benefícios sociais*.

É que estes não são ponderados no comportamento do *homo oeconomicus* nem podem captar-se através do sistema de preços. Por isso mesmo é que não faz sentido procurar resolver o problema da poluição através do sistema do poluidor-pagador: há bens que não têm preço, bens cuja perda não é recuperável e não é, por isso, em termos sociais, compensável ou indenizável.

Os bens postos em causa pela poluição não são bens que possam deixar-se entregues à lógica do mercado. A vida não pode transformar-se numa 'mercadoria' cuja sorte fique à mercê das leis 'cegas' do mercado. Creio que a preservação da vida humana exige cada vez mais uma sociedade diferente da que hoje conhecemos, um tipo de desenvolvimento radicalmente diferente deste "senseless cancerous growth" (W. Weisskopf), um sistema económico que rejeite em absoluto a "mercantilização da vida" (Heilbroner), e que assuma como meta um paradigma de desenvolvimento que não identifique o *mais* com o *melhor*.

6.4.10. - Queremos com isto significar que a ciência económica capaz de equacionar e de resolver os problemas colocados pela poluição não pode ser uma 'ciência positiva' que se limita à análise das leis do mercado e que reduz os problemas económicos a problemas de escassez resolvidos pela lei da oferta e da procura através do mecanismo dos preços. Perante problemas como os da poluição, a economia não pode ser uma pura *ciência dos meios*. O desaparecimento da vida humana não pode ser um *fim* aceitável à luz de qualquer critério científico. A ciência não pode ser a negação do homem, antes deve estar ao serviço do bem-estar e da felicidade dos homens. A ciência económica tem que assumir-se como *ciência social*, como *economia política*, como *ciência que parte dos homens* (e não de fantasmas como o *homo economicus*) e se coloca ao serviço dos homens.

Creemos também que certos problemas relacionados com o desenvolvimento científico e tecnológico não são equacionáveis nem resolúveis no quadro de uma teoria económica que coloca no princípio e no fim das suas equações o *homo oeconomicus* concebido como *agente racional maximizador condicionado pela escassez* e que adopta o *princípio maximizador* como critério único de racionalidade e de eficiência.

Já em 1960 Alvin Hansen escrevia que "a automação pode conduzir a produção de bens materiais a um ponto em que a massa da nossa energia produtiva poderá ser consagrada a satisfazer as necessidades do espírito".

Mais recentemente, Ralf Dahrendorf veio falar da necessidade de "transferência de alguns ganhos de produtividade para tempo, em vez de dinheiro, para tempo livre, em vez de mais rendimento".

Esta é uma das questões nucleares que estão em aberto neste tempo de contradições. O desenvolvimento da produtividade resultante do progresso científico e tecno-

lógico permite que se disponha de mais tempo para as actividades do espírito, para as actividades libertadoras do homem, em vez de o afectar a produzir cada vez mais bens para ganhar cada vez mais dinheiro para comprar cada vez mais bens. O que está em causa, nos países capitalistas industrializados, é a necessidade de encontrar outro modo de organizar a economia e a sociedade, num quadro histórico em que o trabalho, se ainda não é, “ele próprio, a primeira necessidade vital”, começa a não ser somente “um meio de viver” (parafrazeando o Marx da *Crítica do Programa de Gotha*).

A ciência económica não pode adiar por muito mais tempo a necessidade de encerrar a busca de um outro padrão de racionalidade, que admita, por exemplo, resolver o problema do desemprego a partir da redução do horário de trabalho e do aumento dos tempos livres, em vez de pretender atrasar duzentos anos o relógio da história, agitando o papão dos “tigres asiáticos” e sacrificando tudo no altar da sacrossanta competitividade. Esta é, porém, uma tarefa que a ciência económica marginalista não está em condições de levar a cabo e para a qual não pode dar qualquer contributo.

6.4.11. – Já dissemos que a *escassez* é o centro de gravidade da *mainstream economics*. Resta saber, então, se o *problema da escassez* será o problema central que hoje se coloca à humanidade, apesar dos milhões de miseráveis que a ‘civilização da abundância’ gerou e continua a gerar. Basta pensarmos nos gastos astronómicos da União Europeia para retirar os *excedentes* agrícolas de circulação (e, se possível, para os ‘destruir’ como bens aptos para a sua função normal de bens capazes de satisfazer necessidades das pessoas) ou no famoso *take aside* da nova PAC: a UE paga para que se deixem terras incultas e se reduza a produção, *para evitar os excedentes...*, não para resolver *problemas suscitados pela escassez*.

Se a fome existe (e até vai aumentando), não é porque os meios naturais, humanos e técnicos disponíveis não permitam a produção de alimentos suficientes para alimentar todos os habitantes do nosso planeta. O problema é outro. E faz todo o sentido a resposta de Amartya Sen quando defende que o facto de haver pessoas que passam fome – e que morrem de fome –, apesar da abundância de bens (ou pelo menos da existência de quantidades suficientes de bens), só pode explicar-se pela *falta de direitos* e não pela *falta de bens*. O problema fundamental não é, pois, a *escassez*, mas a *organização da sociedade*.

Comentando este ponto de vista de Sen, pergunta Dahrendorf: “Porque é que os homens, quando está em jogo a sua sobrevivência, não tomam simplesmente para si aquilo em que supostamente não devem tocar mas que está ao seu alcance? Como é que *o direito e a ordem* podem ser mais fortes que *o ser ou não ser?*” [sublinhados nossos. AN]

Para os que reduzem os homens ao fantasma do *homo oeconomicus* enquanto *ser capaz de escolhas racionais*, dir-se-ia que os homens, mesmo quando está em causa a

sua *sobrevivência*, quando está em causa *ser* ou *não ser*, *escolhem*, *racionalmente*, não fazer nada, i.é, escolhem não tomar para si aquilo de que carecem em absoluto e que está ao seu alcance.

Mas é claro que o absurdo desta resposta deixa antever que a questão é outra. Não é uma questão de *falta de bens*, é uma questão de *falta de direitos* (ou de *falta de poder*). A organização económica das sociedades capitalistas representa uma determinada *estrutura de poder* (a *autoridade e subordinação* de que falava Smith), assente na *propriedade burguesa*. Esta é uma propriedade perfeita e excludente, consagrada pelo direito e garantida pelo estado, que exclui os não proprietários do acesso ao que *está ao seu alcance* mas que *não têm o direito (o poder...)* de tocar. Porque o estado “não tem qualquer outro objectivo que não seja a preservação da propriedade” (John Locke), e é instituído “com vista à defesa dos ricos em prejuízo dos pobres, ou daqueles que possuem alguma coisa em detrimento daqueles que nada possuem”, cabendo-lhe a missão fundamental de “manutenção e consolidação dessa autoridade e subordinação” que surgiu nas sociedades humanas com o aparecimento da propriedade privada (de “propriedades valiosas e vastas”) e a “desigualdade de fortuna”.

São palavras de Adam Smith, estas últimas. E assim o liberal Adam Smith dá a resposta à pergunta do liberal Dahrendorf: a fome não resulta da escassez de bens, mas de uma organização sócio-económica garantida pelo poder político e militar de um estado que existe para “defesa dos ricos em prejuízo dos pobres”. O *problema do poder* - completamente afastado da análise económica pelos marginalistas e por todos os que se integram na *mainstream economics* - parece ser o problema decisivo, não o *problema da escassez*.

Ao equacionar esta problemática, é natural a pergunta de Dahrendorf: “o que seria preciso para *modificar as estruturas de direitos*, de modo a que mais ninguém tivesse fome?” [sublinhado nosso] Esta é uma pergunta que a teoria económica de raiz marginalista não faz, porque não se consente analisar as consequências de uma mudança de ordem social. Mas a própria pergunta parece encerrar a ideia de que é necessário *modificar as estruturas de direitos* (i.é, as estruturas do poder económico e do poder político).

Se assim é, poderemos concluir que a *Economia* marginalista não tem qualquer resposta para este tipo de questões, por deixar de fora da análise o *poder*, as *relações de poder* e as *estruturas do poder*. E, se assim é, têm igualmente de afastar-se, por inadequadas, respostas como a de Milton Friedman: tudo o que a humanidade precisa é de um *mercado livre*, o resto vem por si. É que o *mercado livre* é precisamente um dos mecanismos fundamentais da estrutura de direitos e poderes que se admite ser necessário modificar.

CAPÍTULO XIII

DA 'REVOLUÇÃO KEYNESIANA' À CONTRA-REVOLUÇÃO MONETARISTA

2. KEYNES: A OPÇÃO PELA POLÍTICA BANCÁRIA

A necessidade de ultrapassar as situações de estagnação da produção levou Keynes a defender a opção de uma política bancária mais ampla e de um emprego maior, de modo a evitar a situação de estagnação da produção e a consequente redução do nível de vida.

1. A GRANDE DEPRESSÃO: O FIM DO *LAISSEZ-FAIRE*

A Grande Depressão veio deitar por terra os mitos liberais e pôr a nú as limitações da política monetária. Os mais optimistas passaram a defender que a política monetária poderia talvez sustentar a inflação, mas não poderia parar a depressão. É o que se costuma exprimir através do aforismo “you can lead a horse to water but you can not make it to drink.”

Keynes mostrou que a Grande Depressão não poderia explicar-se em termos monetários, defendendo que são as *forças reais da economia* (os planos do governo, dos empresários e dos consumidores), e não a *oferta de moeda*, os factores determinantes do comportamento do nível dos preços. A crise só podia entender-se como o reflexo de um colapso no investimento privado e/ou de uma situação de escassez de oportunidades de investimento e/ou de um excessivo espírito de economia por parte do público, o que legitimava a sua conclusão de que a política monetária era inadequada para contrariar a depressão.

A rejeição da *lei de Say* e do mito do pleno emprego constituem pontos fulcrais da obra de Keynes e encerram o núcleo central da crítica keynesiana dos economistas “clássicos”. Defendendo que nas economias capitalistas a circulação se faz segundo o modelo marxista ‘D-M-D’, Keynes sustenta que as situações de equilíbrio com *desemprego involuntário* são situações inerentes às economias que funcionam segundo a lógica do lucro e não segundo a lógica da satisfação das necessidades.

Para explicar as situações de *desemprego involuntário* - que considera o problema mais grave das economias capitalistas - Keynes lança mão do conceito de *procura efectiva*, o montante das despesas que se espera a comunidade faça - *por ter capacidade para as pagar* - em consumo e em investimento novo. Se esta procura efectiva não for suficiente para absorver toda a produção a um preço compensador, haverá desemprego de recursos produtivos.

Este desemprego será *desemprego involuntário*, no sentido de que há pessoas sem emprego desejosas de trabalhar por um salário real inferior ao praticado. Isto significa que, ao contrário do que defendiam os “clássicos”, o nível de emprego não depende do jogo da oferta e da procura no mercado de trabalho, antes é determinado por um factor exterior ao mercado de trabalho, a *procura efectiva*. E significa também que é o volume do emprego que determina, de modo exclusivo, o nível dos salários reais, e não o contrário.

2. KEYNES: A OPÇÃO PELA POLÍTICA FINANCEIRA

A necessidade de ultrapassar as situações de *insuficiência da procura efectiva* para combater o desemprego exigia, na óptica de Keynes, uma intervenção mais ampla

e mais coordenada do estado. A *fiscal policy* (baseada no controlo das receitas e das despesas do estado) foi considerada como o instrumento fundamental para estabilizar as flutuações da economia, para promover o crescimento económico e para prosseguir os objectivos do pleno emprego, da estabilidade dos preços e do equilíbrio da balança de pagamentos, a par da redistribuição do rendimento em benefício dos mais pobres (i.é, em sentido favorável à *propensão ao consumo*, e, portanto, ao *aumento da procura efectiva*), objectivos que os governos passaram a assumir na sequência da 'revolução keynesiana'.

Defendendo que a compreensão das economias capitalistas não se confina ao estudo do 'comportamento racional' de um imaginário *homo oeconomicus*, antes exige a análise das instituições sociais e políticas enquanto expressão das forças económicas em presença, Keynes sublinhou a importância do estado e a necessidade do alargamento das suas funções para salvar da "completa destruição as instituições económicas actuais" [leia-se: capitalistas]. E como as crises e os seus efeitos perniciosos se fazem sentir a curto prazo, Keynes veio defender que a política económica tem que adoptar uma perspectiva de curto prazo: "in the long run we are all dead", como escrevia em 1923.

Desde a famosa conferência de 1924 sobre *The End of Laissez-faire*⁵⁴⁵ que Keynes advogou a necessidade de uma certa coordenação pelo estado do aforro e do investimento de toda a comunidade.

Por duas razões fundamentais: em 1º lugar, porque as questões relacionadas com a distribuição do aforro pelos canais nacionais mais produtivos "não devem ser deixadas inteiramente à mercê de juízos privados e dos lucros privados"; em 2º lugar, porque "não se pode sem inconvenientes abandonar à iniciativa privada o cuidado de regular o fluxo corrente do investimento".

Dáí a necessidade de "uma acção inteligentemente coordenada" para assegurar a utilização mais correcta do aforro nacional, a necessidade de "uma ampla expansão das funções tradicionais do estado", a necessidade da "existência de órgãos centrais de direcção" e de uma certa *socialização do investimento*, nota fundamental do pensamento keynesiano tal como resulta da *General Theory*.⁵⁴⁶

Com base nos ensinamentos de Keynes, a *Curva de Phillips* funcionou, até final da década de 1960, como um "menu for policy choice": se se queria combater o desemprego e promover o emprego, bastava aceitar um pouco mais de inflação, 'aquecendo' a economia através de políticas expansionistas; se se queria travar a

545 Cfr. J. KEYNES, *The End...*, cit., 2991/292.

546 Cfr. *Notas Finais* com que encerra a *General Theory*, em J. KEYNES, *The General Theory...*, cit., 379. Cfr. também A. J. AVELÃS NUNES, *O Keynesianismo...*, cit., 81/82.

inflação, havia que aceitar um pouco mais de desemprego, 'arrefecendo' a economia através de políticas contracionistas.

Sobretudo na Europa, esta política assegurou, durante os *trinta anos gloriosos* (1945-1975), um bom ritmo de crescimento económico sem oscilações significativas da actividade económica, com baixas taxas de desemprego e taxas aceitáveis de inflação. Alguns chegaram mesmo a falar de "obsolescência dos ciclos económicos" (Arthur Okun).⁵⁴⁷

3. A FUNDAMENTAÇÃO ECONÓMICA DO ESTADO-PROVIDÊNCIA

Perante o descalabro da Grande Depressão e a conseqüente miséria de milhões de pessoas em todo o mundo, Keynes veio defender que as situações de desequilíbrio e de crise são inerentes às economias capitalistas, nas quais as situações de pleno emprego são "raras e efémeras".⁵⁴⁸ Por isso estas economias precisam de ser equilibradas e podem ser equilibradas, o que implica que o estado assuma funções complexas no domínio da promoção do desenvolvimento económico, do combate ao desemprego e da promoção do pleno emprego, da redistribuição do rendimento e da segurança social.

No seu tempo, uma das medidas propostas por Malthus para combater as situações de depressão e de desemprego foi o *aumento da procura efectiva*, com base no estímulo ao consumo dos ricos. Se o luxo dos ricos faz a felicidade dos pobres (ideia largamente aceite nos séculos XVIII e XIX), deixem-se os ricos consumir sem limitações (por exemplo, reduzindo os impostos sobre os rendimentos dos proprietários rurais e revogando as leis sumptuárias).

Na era da 'sociedade de consumo', perante uma *produção em massa*, o consumo dos ricos (mesmo que esbanjador) não consegue assegurar o escoamento de toda a produção. O aumento do consumo dos pobres (entre eles os trabalhadores), o *consumo de massas* é uma necessidade, resultante do próprio desenvolvimento tecnológico proporcionado pela 'civilização burguesa'.

Parece que Henry Ford se terá apercebido disto mesmo ao afirmar que precisava de que os seus operários pudessem comprar os automóveis saídos das linhas de *produção em série* das suas fábricas. Um dos méritos de Keynes foi ter compreendido e enquadrado teoricamente esta problemática. Para assegurar mais estabilidade às economias capitalistas, de modo a evitar sobressaltos como o da Grande Depressão, é necessário que os desempregados não percam todo o seu poder de

547 Cfr. J. KEYNES, *The General Theory...*, cit., 249/250.

548 Apud J. STEIN, *Monetarism*, cit., 1.

compra (daí o subsídio de desemprego), que os doentes e inválidos recebam algum dinheiro para gastar (subsídios de doença e de invalidez), que os idosos não percam o seu rendimento quando deixam de trabalhar (daí o regime de aposentação, com a correspondente pensão de reforma).⁵⁴⁹

Na *General Theory* Keynes identifica os dois “vícios” que considera mais marcantes das economias capitalistas: a possibilidade da existência de *desemprego involuntário*, e o facto de que a “repartição da riqueza e do rendimento é arbitrária e carece de equidade.” E defende que a correcção destes ‘vícios’ constitui a principal responsabilidade do estado.

Keynes reconhece que a propriedade privada e o aguilhão do lucro possam ser factores estimulantes do progresso económico.

Mas entende, por um lado, que “a sabedoria e a prudência exigirão sem dúvida aos homens de estado autorizar a prática do jogo sob certas regras e dentro de certos limites”.

E defende, por outro lado, que a acentuada desigualdade de rendimentos contraria mais do que favorece o desenvolvimento da riqueza, negando assim uma das principais justificações sociais da grande desigualdade de riqueza e de rendimento: “Podem justificar-se, por razões sociais e psicológicas, desigualdades significativas de riqueza, mas não - sublinha o professor de Cambridge - desigualdades tão marcadas como as que actualmente se verificam”.⁵⁵⁰

Ficava assim legitimada a intervenção do estado na busca de maior justiça social, de maior igualdade entre as pessoas, os grupos e as classes sociais. A ‘equação keynesiana’ foi uma tentativa de conciliar o progresso social e a eficácia económica. E o discurso keynesiano tornou claro que a conciliação destes dois objectivos (em vez da proclamação da sua natureza conflituante) é uma necessidade decorrente das estruturas económicas e sociais do capitalismo contemporâneo.

A esta necessidade respondeu, a partir dos anos trinta, e, mais acentuadamente, a partir da Segunda Guerra Mundial, a criação do *estado-providência*, assente na intervenção do estado económico, na redistribuição da riqueza e do rendimento, na regulamentação das relações sociais, no reconhecimento de direitos económicos e sociais aos trabalhadores, na implantação de sistemas públicos de segurança social.

549 Sem querer minimizar a influência da teorização de Keynes, cremos que o estado-providência e os ganhos que ele trouxe para os trabalhadores se devem sobretudo às lutas dos próprios trabalhadores, no plano sindical e no plano político, e à emulação que exerceu, na generalidade dos países capitalistas (perante a falência da ‘solução’ nazi-fascista), o simples facto da existência da URSS e da comunidade socialista europeia e mundial constituída no após-guerra.

550 Cfr. J. KEYNES, *The General Theory...*, cit., 372-374.

As bases (keynesianas) do *welfare state* são, pois, essencialmente, de natureza económica, ligadas à necessidade de reduzir a intensidade e a duração das crises cíclicas próprias do capitalismo, e motivadas pelo objectivo de salvar o próprio capitalismo.

Na verdade, estes novos *agenda* do estado não pretendiam subverter (nem subverteram) o sistema, nem visavam promover (nem promoveram) nenhuma revolução social (apesar de se falar de “revolução keynesiana”), antes se enquadram na lógica do capitalismo e da sua racionalidade intrínseca.⁵⁵¹

Daí que eles não tenham resolvido o problema do ‘subdesenvolvimento’; não tenham impedido o alargamento do fosso entre ‘países desenvolvidos’ e ‘países subdesenvolvidos’; não tenham acabado com as crises cíclicas do capitalismo; não tenham posto cobro à desigualdade na distribuição do rendimento, cujo agravamento leva a que se fale já da necessidade de incluir no elenco dos direitos fundamentais o *direito a uma igualdade razoável*; não tenham acabado, evidentemente, com o regime do salariado e com a relação de exploração que lhe é inerente.

Os neo-keynesianos, embora não escondendo alguma frustração acerca dos resultados das políticas de redistribuição do rendimento e mesmo algumas críticas ao desempenho do estado-providência, mantêm-se fiéis ao *princípio da responsabilidade social colectiva*, que inspira o estado de bem-estar, sobretudo na Europa. Trinta e cinco anos depois de Keynes, James Tobin sustentava que “a *welfare-economics* continua a ser um tema relevante e estimulante. Atrevo-me a acreditar - acrescenta Tobin⁵⁵² - que ela tem um brilhante futuro”. Paul Samuelson e William Nordhaus reconhecem que “o humanitarismo tem os seus custos”, mas defendem que o estado de bem-estar não permitirá que os trabalhadores regressem ao século XIX: “são poucos aqueles que propõem que o relógio da história volte para trás, de regresso ao regime sem compaixão do capitalismo puro”.⁵⁵³

4. A ESTAGNAÇÃO E A “ASCENSÃO DO MONETARISMO”

No início da década de 1970, porém, começaram a verificar-se situações caracterizadas por um ritmo acentuado de subida dos preços (inflação crescente), a par de (e apesar de) uma taxa de desemprego relativamente elevada e crescente e de taxas decrescentes (por vezes nulas) de crescimento do PNB. Começava a era da *estagnação*.

Em Agosto de 1971, os EUA romperam unilateralmente o compromisso assumido em Bretton Woods de garantir a conversão do dólar em ouro à paridade de

551 Ver A. J. AVELÃS NUNES, *Do capitalismo...*, cit.

552 Cfr. J. TOBIN, *Inflation...*, cit., 18.

553 Cfr. SAMUELSON/NORDHAUS, *ob. cit.*, 313.

35 dólares por onça troy de ouro. Daqui resultou a adopção do *sistema de câmbios flutuantes* (uma velha reivindicação dos monetaristas), primeiro entre os EUA e os seus parceiros comerciais, e logo de imediato aplicado em todo o mundo. Esta circunstância marcou um ponto de viragem a favor das correntes neoliberais. Pode dizer-se que começa então, na prática, a “ascensão do monetarismo”, a “contra-revolução monetarista”.⁵⁵⁴

Os neoliberais souberam aproveitar o desnorte dos keynesianos, surpreendidos com o “paradoxo da estagflação” (J. Stein), confusos perante o “dilema da estagflação” (Samuelson). Hayek veio proclamar que a inflação é o caminho para o desemprego (“The Path to Unemployment” é o título de um conhecido artigo de Hayek⁵⁵⁵) e, parafraseando o título de um célebre opúsculo de Keynes, colocou o keynesianismo no banco dos réus, sustentando que a inflação e o desemprego são “the economic consequences of Lord Keynes”.⁵⁵⁶ O “ideological monetarism” começou a ser “sistematicamente difundido a partir do outro lado do Atlântico por um crescente grupo de entusiastas que combinam o fervor dos primeiros cristãos com a delicadeza e a capacidade de um executivo de Madison Avenue.” (Nicholas Kaldor)⁵⁵⁷

Abandonado há muito o padrão-ouro sem qualquer hipótese de recuperação e esgotado o sistema monetário internacional saído dos Acordos de Bretton Woods (1944), a “irmandade dos bancos centrais” (James Tobin)⁵⁵⁸ colou-se à ortodoxia monetarista, na esperança de encontrar nas suas receitas instrumentos de defesa perante as pressões políticas dos governos, o que ajudou ao êxito da “contra-revolução”.

A inflação surgiu como o inimigo público número um, inimigo perante o qual se deveria actuar como perante o terrorismo: não ceder nem um milímetro. O desemprego deixou de constar das preocupações dos responsáveis, até porque, segundo a nova/velha teoria, as economias se encaminhariam espontaneamente para a situação de pleno emprego, desde que se deixassem funcionar livremente os mecanismos do mercado.

5. A CONTRA-REVOLUÇÃO MONETARISTA: DO “ESTADO MÍNIMO” À “MORTE DA POLÍTICA ECONÓMICA”

As concepções dos monetaristas e dos neoliberais em geral diferem das propostas de Keynes também no que concerne ao entendimento da economia e da

554 Cfr. M. FRIEDMAN, *The Role...*, cit. e H. G. JOHNSON, “The Keynesian...”, cit. e *Inflation...*, cit.

555 Cfr. J. HAYEK, “Inflation...”, cit.

556 Ver F. HAYEK, *Studies...*, cit.

557 Cfr. N. KALDOR, *ob. cit.*, 1.

558 Cfr. J. TOBIN, “The monetarist...”, cit., 30/31.

sociedade e, de modo particular, no que tange ao papel do estado perante a economia e perante a sociedade.

Fiéis ao ideário liberal do *laissez-faire*, da *mão invisível* e da *lei de Say*, os neoliberais dos nossos dias defendem que as economias capitalistas tendem espontaneamente para o equilíbrio de pleno emprego em todos os mercados, pelo que não precisam de ser equilibradas, sendo desnecessárias as políticas anti-cíclicas e sendo desnecessárias e inconsequentes as políticas de combate ao desemprego, que não conseguem eliminá-lo e geram inflação.

No plano da economia, o liberalismo de Milton Friedman assenta na confiança absoluta no mercado livre e no mecanismo dos preços, justificando, também neste aspecto, o retrato que dele fez Galbraith: "é um economista do século XVIII".

Pois este "economista do século XVIII" defende o seguinte: "O sistema de preços permite que as pessoas cooperem pacificamente numa fase da sua vida enquanto cada uma trata daquilo que lhe interessa. A ideia luminosa de Adam Smith foi reconhecer que os preços que emergiam de transacções voluntárias entre compradores e vendedores - em resumo, um mercado livre - podiam coordenar a actividade de milhões de pessoas, cada uma à procura dos seus próprios interesses".⁵⁵⁹

Em coerência com o seu projecto de sociedade, Milton Friedman considera que se deve impedir que o estado controle, sob qualquer forma, a actividade económica, pois tal não é mais do que uma forma de impedir a concentração de mais poder nas mãos do estado. Ao invés, deve assegurar-se a sua disseminação por grande número de pessoas, que assim ficarão mais livres, compensando de algum modo o poder político do estado.

O radicalismo de Milton Friedman vai ao ponto de considerar demasiado permissivo o critério de Adam Smith para delimitar a esfera de acção do estado:

"Quase não há nenhuma actividade - escreveu ele em 1976 - que não se tenha considerado adequada à intervenção do estado de acordo com os argumentos de Smith. É fácil afirmar, como o faz Smith mais de uma vez, que há 'efeitos externos' que colocam uma actividade ou outra na esfera do 'interesse público', e não na esfera do 'interesse de algum indivíduo ou algum número pequeno de indivíduos'. Não há critérios objectivos amplamente aceites para avaliar tais asserções, para medir a grandeza dos efeitos externos, para identificar os efeitos externos das acções governamentais e compará-los com os efeitos externos que se produziriam se se deixassem as coisas em mãos privadas. A análise superficialmente científica de custo-benefício erigida com base em Smith transformou-se numa formidável Caixa de Pandora".⁵⁶⁰

559 Cfr. M. e Rose FRIEDMAN, *Liberdade para escolher*, cit., 42.

560 Apud G. FEIWEL, "Equilibrium...", cit., 146.

Estamos longe da visão de Keynes, que, em "The End of Laissez-Faire", doze anos antes da publicação da *General Theory*, escreveu este 'discurso' contra os princípios "metafísicos" em que se fundamenta o *laissez-faire*:

"*Não é verdade que os indivíduos disponham de uma inquestionável 'liberdade natural' nas suas actividades económicas. Não existe nenhum 'contrato' que confira direitos perpétuos aos que têm ou aos que adquirem. O mundo não é governado a partir de cima de modo que os interesses privados e os interesses sociais sempre coincidam. E não é gerido a partir de baixo de modo que, na prática, eles coincidam. Não é uma dedução correcta dos princípios da economia que o interesse próprio esclarecidamente entendido opere sempre no interesse público. Nem é verdade que o interesse próprio seja em regra esclarecidamente entendido; a maior parte das vezes os indivíduos que actuam isoladamente para prosseguir os seus próprios objectivos são demasiado ignorantes ou demasiado fracos, mesmo para atingir estes objectivos. A experiência não mostra que, quando os indivíduos formam uma unidade social, sejam sempre menos esclarecidos do que quando actuam separadamente*".⁵⁶¹

Mais longe ainda vão os *monetaristas da segunda geração* ("monetarists mark II", como lhes chama James Tobin), defensores da chamada *teoria das expectativas racionais*. Segundo eles, os agentes económicos privados dispõem da mesma informação que está ao alcance dos poderes públicos, e, comportando-se como agentes económicos racionais, antecipam plena e correctamente quaisquer políticas públicas. As políticas económicas sistemáticas deixariam, pois, de ter qualquer efeito sobre a economia, restando aos governos 'enganar' os agentes económicos através de *medidas de surpresa*, incompatíveis com o cientismo e a programação de que se reclama a política económica.⁵⁶²

Desta *neutralidade da política económica* passa-se, quase sem solução de continuidade, à defesa da *morte da política económica*, porque esta seria desnecessária, pernicioso e sem sentido. Assim estamos de regresso ao velho mito liberal da separação estado/economia e estado/sociedade: a economia seria coisa exclusiva dos privados (da sociedade civil, da sociedade económica), cabendo ao estado tão somente garantir a liberdade individual (a liberdade económica, a liberdade de adquirir e de possuir sem entraves), que proporcionaria igualdade de oportunidades para todos.

561 Cfr. J. KEYNES, *The End...*, cit., 287/288.

562 Para maiores desenvolvimentos, cfr. A. J. AVELÃS NUNES, *O Keynesianismo...*, cit., 125ss.

6. A TESE DO "DESEMPREGO VOLUNTÁRIO"

Os monetaristas vieram recuperar a velha *lei de Say*. E vieram relançar também a tese de que o desemprego é sempre *desemprego voluntário*⁵⁶³: se o mercado de trabalho funcionar sem entraves, quando a oferta de mão-de-obra for superior à sua procura o preço da mão-de-obra (salário) baixará até que os empregadores voltem a considerar rentável contratar mais trabalhadores. As economias tenderiam para uma determinada *taxa natural de desemprego*, que traduziria o equilíbrio entre a oferta e a procura de força de trabalho, qualquer que fosse a taxa de inflação.

Os monetaristas sustentam que as variações conjunturais do nível de desemprego nas actuais economias capitalistas são explicáveis fundamentalmente através das variações da procura voluntária de emprego (trabalho) e de lazer (não-trabalho) por parte dos trabalhadores e não através das variações da oferta de postos de trabalho por parte das empresas.

Uma noção importante a este respeito é a noção de *desemprego temporário* ("search unemployment"), noção que pretende designar o conjunto de trabalhadores que deixaram (ou perderam) um emprego e se encontram à procura de outro emprego ("searching for a better job").

Parte-se do princípio de que um trabalhador assalariado pode *escolher livremente* entre aceitar uma redução do seu salário e deixar o seu actual posto de trabalho. Colocado nesta situação, se ele pensar que a baixa do salário real não é geral e que ele pode encontrar trabalho em outras empresas à anterior taxa de salário, *escolherá* a segunda alternativa e lança-se numa actividade de procura de emprego. Assim sendo, estas situações não representariam verdadeiro desemprego (resultante da deficiente criação de postos de trabalho por parte da economia), antes reflectiriam um maior grau de mobilidade dos trabalhadores.

Nesta óptica, o desemprego é *desemprego voluntário* mesmo nos casos em que os trabalhadores estão desempregados por razões independentes da sua vontade, uma vez que eles podem determinar livremente o tempo de procura de um novo posto de trabalho, e que a eles cabe decidir entre procurar e não procurar um novo posto de trabalho. Se o não procuram, isso significa, para os monetaristas, que preferem o lazer ao rendimento real que poderiam receber se trabalhassem.

É o regresso às concepções pré-keynesianas, que identificavam a parte substancial do desemprego como *desemprego voluntário*, no sentido acima referido de que a existência de trabalhadores não empregados significa que, perante uma situação de salários reais demasiado elevados, os trabalhadores não aceitam uma re-

dução do salário real suficiente para que a sua remuneração iguale a produtividade marginal do seu trabalho e os empregadores tenham interesse em os contratar. Por outras palavras: quem não tiver emprego poderá sempre encontrar um posto de trabalho, se aceitar um salário mais baixo que o corrente. Se o não aceitar é porque prefere continuar sem emprego, optando por procurar um novo posto de trabalho (*voluntary searching for a better job*).

Um dos teóricos do *desemprego voluntário* vai mesmo ao ponto de afirmar que os despedimentos são um 'véu' cuja aparência é enganadora: os trabalhadores que são despedidos perdem o emprego por, implicitamente, rejeitarem a opção que lhes seria oferecida de continuarem a trabalhar por um salário mais baixo. Antecipando a objecção de que estas situações são muito raras na prática, A. L. Alchian alega que tal acontece porque a experiência ensinou aos empregadores que não teriam êxito quaisquer propostas e negociações com esse objectivo...⁵⁶⁴

Se fosse caso para fazer ironia, dir-se-ia que Milton Friedman quase sugere que só estarão empregados os trabalhadores que não se comportarem racionalmente. Na verdade, ele defende que "muitas pessoas podem ter, estando desempregadas, um rendimento em termos reais tão elevado como o que poderiam ter estando empregadas". Sendo assim, se "o desemprego é uma situação com muitos atractivos", como Friedman sustentava em 1976, compreender-se-á que os trabalhadores optem por estar desempregados... E compreender-se-á também que o estado não se preocupe em remediar as situações de desemprego (consideradas, nas palavras mordazes de Modigliani, uma espécie de epidemia de "preguiça contagiosa"), antes devendo deixar correr, como insinua o humor azedo de S.-C. Kolm, para "respeitar a livre escolha das pessoas" de entrar em período, mais ou menos longo, de "férias voluntárias" (Robert Solow).⁵⁶⁵

7. O PROBLEMA DO EMPREGO VISTO COMO PROBLEMA DE SALÁRIOS

Assim desvalorizado o problema do desemprego, compreende-se que as políticas de inspiração monetarista concedam prioridade absoluta ao combate à inflação, secundarizando o objectivo do pleno emprego (ou da redução do desemprego). Por

564 A. L. Alchian, *apud* J. R. SHACKLETON, *ob. cit.*, 7.

565 Cfr. F. MODIGLIANI, *The Monetarist...*, cit., 6; R. SOLOW, *ob. cit.*, 7-10 e S. KOLM, *ob. cit.*, 106. À ideia de que, se não optar por não procurar um novo emprego (ou por não trabalhar), o trabalhador que perde o seu emprego sempre encontrará um posto de trabalho em um qualquer ponto da economia apetece mesmo reagir deste modo: "Na óptica de Lucas, uma pessoa despedida de um emprego pode, presumivelmente, engraxar sapatos numa estação de caminho de ferro ou vender maçãs numa esquina" (A. BLINDER, *ob. cit.*, 131).

entenderem que a inflação é sempre e em qualquer lugar um fenómeno exclusivamente monetário (resultante de um aumento da quantidade de moeda em circulação em maior medida que o aumento da produção), procuram combater a inflação essencialmente com base na redução do crescimento da oferta de moeda.

Esta política anti-inflacionista opera através da contracção da actividade económica e do aumento do desemprego, esperando os seus defensores que daqui resulte uma redução dos salários reais capaz de assegurar às empresas uma taxa de lucro suficientemente elevada para estimular o aumento dos investimentos privados e o relançamento posterior da economia, com o consequente aumento do volume do emprego. Essencial é que se entregue a economia ao livre jogo das 'leis do mercado', se reduza a intervenção do estado na economia e se anulem os "monopólios sindicais."

Em consonância com o seu conceito de inflação, o monetarismo teórico não culpa *directamente* os sindicatos pela inflação.⁵⁶⁶ Mas considera-os responsáveis pelo desemprego, dada a resistência que oferecem à baixa dos salários nominais.

A verdade, no entanto, é que os monetaristas entendem que o aumento da taxa média de desemprego se explica, não como consequência de quaisquer modificações tecnológicas ou estruturais da actividade económica que se traduzissem numa insuficiente criação de postos de trabalho, mas, essencialmente, pelo aumento da *taxa natural de desemprego*.⁵⁶⁷ E, ao menos no contexto da economia e da sociedade americanas, este aumento da taxa natural de desemprego (uma taxa de desemprego que não varia com as variações da taxa de inflação) explicar-se-ia em virtude de factores inerentes à evolução demográfica e às condições do mercado de trabalho, os quais teriam sido suficientemente influentes para se sobreporem à acção de algumas circunstâncias que podem ter contribuído para a baixa daquela taxa (v. g., a melhoria da mobilidade dos postos de trabalho, a melhor informação acerca dos empregos alternativos disponíveis, etc.).⁵⁶⁸

De entre aqueles factores, os monetaristas destacam, fundamentalmente, dois.

Em primeiro lugar, a modificação da estrutura da população activa, com maior peso dos jovens, das mulheres e dos trabalhadores a tempo parcial.

Há, no entanto, quem invoque os estudos empíricos realizados para concluir exactamente ao invés: as mulheres e os jovens são estratos menos dispostos a dei-

566 Cfr. F. HAYEK, "Unions...", cit., 281/282.

567 No plano político, a aceitação deste aumento é muito clara: os conselheiros económicos de Truman consideravam *natural* (= pleno emprego) uma taxa de desemprego entre 1,5 % e 2,5 %; os de Eisenhower apontaram como tal uma taxa de 2,5% a 3,5%; os de Nixon referiram uma taxa entre 4,5 % e 5,5 %; em 1982, a administração Reagan considerou a taxa de 6,5 % como nível de pleno emprego; em 1986, tendia-se para aceitar como tal uma taxa à volta dos 7%. Cfr. SHERMAN/EVANS, *ob. cit.*, 245 e A. BLINDER, *ob. cit.*, 123.

568 Cfr. M. FRIEDMAN, "Inflation and Unemployment...", cit., 15.

xar o emprego do que os homens adultos, precisamente porque estão menos seguros de encontrar outro emprego.⁵⁶⁹

Em segundo lugar, o fortalecimento do 'poder monopolista' dos sindicatos, a legislação que impõe o salário mínimo, a instituição dos subsídios de desemprego e outras contribuições da segurança social em benefício dos desempregados, e/ou a sua aplicação a categorias mais amplas de trabalhadores, o aumento do seu montante e da sua duração.

Mas há quem responda, com inteira razão, que a existência de subsídios de desemprego e de outras prestações da segurança social, bem como do salário mínimo garantido e de outros factores do mesmo tipo, explicam apenas uma reduzida percentagem do aumento da taxa natural de desemprego. E há quem lembre o que história ensina: aquelas medidas constituem, historicamente, uma resposta *ex post* ao aumento do desemprego para níveis económica, política e socialmente intoleráveis.⁵⁷⁰

Os neoliberais insistem, porém, nos malefícios resultantes da existência do sistema público de segurança social.

Invocam, por um lado, que ele contribuiu para tornar mais atractiva a entrada no mercado de trabalho, o que terá provocado um aumento da população trabalhadora enquanto percentagem da população total, e não será alheio também às alterações da composição da população activa acima referidas.

Sustentam, por outro lado, que da existência desse sistema resulta uma diminuição do custo relativo do lazer perante o trabalho, exactamente porque as pessoas temporariamente sem emprego continuariam, durante um período de tempo mais ou menos longo, a ver satisfeitas as suas necessidades básicas, o que lhes permitiria aguardar mais tempo sem procurar novo posto de trabalho e ser mais exigentes na aceitação de postos de trabalho alternativos.

De acordo com este raciocínio, a maior mobilidade e o grau crescente de exigência dos que procuram emprego é que seriam responsáveis pelo aumento das taxas de desemprego. Também por esta via chegam os monetaristas à conclusão de que o desemprego seria, substancialmente, *desemprego voluntário*, sustentando que, em mercados de trabalho concorrenciais, o emprego e o desemprego efectivos revelariam as verdadeiras preferências dos trabalhadores entre trabalhar e dedicar o seu tempo a usos alternativos.⁵⁷¹

569 Cfr. SHERMAN/EVANS, *ob. cit.*, 244/245.

570 Cfr. J. TOBIN, "Stabilization...", *cit.*, 26.

571 Às teses neoliberais pode bem aplicar-se o que Keynes observou acerca da teoria "clássica": "muitas pessoas tentam solucionar o problema do desemprego com uma teoria baseada no pressuposto de que não há desemprego." (cfr. J. KEYNES, "The Means to Prosperity", *cit.*, 350).

A análise das propostas neoliberais leva-nos à conclusão de que elas significam o regresso às concepções pré-keynesianas, segundo quais a *diminuição dos salários reais* é a condição indispensável e decisiva para que possa reduzir-se o desemprego e possa promover-se o (pleno) emprego. Fora desta condição, as políticas assentes na expansão da procura global apenas gerariam inflação sem criarem postos de trabalho suplementares. Na síntese de Hayek, “o problema do emprego é um problema de salários”, pelo que a sua solução exige “o restabelecimento de um mercado do trabalho que proporcione salários compatíveis com uma moeda estável”.⁵⁷²

Os monetaristas e os “novos economistas clássicos” vão mais longe, no seu radicalismo, do que tinham ido os próprios “clássicos”: aqueles perderam o realismo de que deram provas alguns destes últimos, entre os quais sobressai A. C. Pigou, que nunca defendeu uma política de redução dos salários nem sequer a anulação ou a redução do subsídio de desemprego.

No entanto, mesmo durante a Grande Depressão, os fiéis mais ortodoxos dos dogmas liberais e da capacidade de auto-regulação das economias capitalistas combateram os subsídios de desemprego (existentes na Grã-Bretanha desde 1906), argumentando que o simples facto da sua existência encorajava a resistência dos sindicatos à baixa dos salários para o nível de equilíbrio. Ora, se as taxas dos salários pudessem baixar, argumentavam os ortodoxos, o equilíbrio restabelecer-se-ia automaticamente. E, durante a crise financeira de 1931, o Governador do Banco de Inglaterra, por instigação dos meios financeiros dos EUA, ameaçou mesmo o governo trabalhista de que certos créditos poderiam ser cancelados se o subsídio de desemprego não fosse abolido.⁵⁷³

Ao fim e ao cabo, o que os monetaristas pretendem é que, como nos primeiros tempos do industrialismo, o reequilíbrio (com o inerente pleno emprego, acreditam eles) se faça à custa da *diminuição dos salários reais*.

A verdade, porém, é que o liberalismo económico funcionou nas condições históricas dos séculos XVIII e XIX, consideravelmente diferentes das actuais. Vejamos: *a*) a tecnologia industrial era relativamente rudimentar e adaptada a empresas de pequena dimensão; *b*) a concentração capitalista era inexistente ou pouco relevante; *c*) os trabalhadores não estavam organizados (ou dispunham de organizações de classe de existência precária, débeis e inexperientes) e não gozavam da totalidade dos direitos civis e políticos (o que lhes dificultava e reduzia o acesso ao aparelho de estado e ao poder político e, conseqüentemente, a obtenção das regalias económicas e sociais de que hoje desfrutam); *d*) os governos – imunes às exigências e aos votos populares – podiam, por isso mesmo, ignorar impunemente

572 Cfr. F. HAYEK, “Inflation...”, cit., 298.

573 Cfr. ROBINSON/EATWELL, *ob. cit.*, 47.

os sacrifícios (e os sacrificados) das crises cíclicas da economia capitalista, qualquer que fosse a sua duração e intensidade.

É claro que a 'solução' de impor aos trabalhadores o ónus de 'pagar a crise' só funcionou porque o capitalismo era então, sem disfarces, "um sistema em que os que não podiam trabalhar também não podiam comer".⁵⁷⁴

Resta saber se esta 'solução' - uma espécie de "solução final", que, como se vê, apesar de resultar das 'leis sagradas' do mercado, não é 'natural', nem 'automática', nem 'neutra' - fará sentido em economias que usam tecnologias avançadas. A resposta afirmativa não faz qualquer sentido. Com efeito, ninguém admitirá que uma unidade de produção informatizada e utilizando *robots* e outras técnicas de automação vai deitar fora os equipamentos (caríssimos) compatíveis com estas tecnologias apenas porque, conjunturalmente, os salários estão baixos. E ninguém admitirá que um empresário responsável vá lançar um novo empreendimento com tecnologia trabalho-intensiva ultrapassada, apenas porque, conjunturalmente, os salários estão baixos.

Parece inegável, por outro lado, que, à medida que os trabalhadores foram conquistando o direito ao sufrágio universal e a generalidade dos direitos civis e políticos (liberdade de expressão, direito de associação, liberdade sindical, etc.), o *laissez-faire* começou a experimentar dificuldades crescentes, que culminaram com a Grande Depressão dos anos 1929-1933 e o risco de um colapso iminente do próprio capitalismo.

Resta saber, por isso mesmo, se aquela 'solução final' será compatível com a realidade social e política dos actuais países capitalistas industrializados, em que os trabalhadores assalariados - que por certo não se deixarão facilmente convencer a votar numa política de desemprego em massa - constituem a grande maioria da população e dominam (talvez só numericamente...) os 'mercados políticos'. Se se respeitarem as regras democráticas (entre as quais o reconhecimento das liberdades sindicais), os governos, dependentes do voto popular, não poderão continuar alheios às vicissitudes do ciclo económico. Não falta quem defenda que uma das marcas do génio de Keynes residiu, precisamente, no reconhecimento da necessidade (e na tentativa) de conciliar a democracia política com a economia de mercado capitalista, função última do *welfare state*.

8. OS "MONOPÓLIOS SINDICAIS" E AS "IMPERFEIÇÕES" DO MERCADO DE TRABALHO

Ignorando as lições da história, os neoliberais vêm sustentando a necessidade de expurgar o mercado de trabalho das "imperfeições" que lhe foram sendo intro-

duzidas: o subsídio de desemprego, a garantia do salário mínimo, os direitos decorrentes da existência de um sistema público de segurança social.

Na perspectiva dos neoliberais, os sindicatos é que devem assumir toda a responsabilidade pela criação das condições para o pleno emprego da mão-de-obra. Quer dizer: enquanto houver trabalhadores desempregados, os sindicatos têm de aceitar a redução dos salários nominais. Este seria o único meio de forçar a mobilidade da mão-de-obra entre as indústrias e de elevar as margens de lucro, redistribuindo os trabalhadores de modo a que a distribuição da oferta de mão-de-obra acompanhe a distribuição da respectiva procura, favorecendo assim o aumento desta por parte das empresas. Friedrich Hayek afirma abertamente: “é necessário que a responsabilidade de estabelecer um nível de salários compatível com um nível de emprego elevado e estável seja de novo firmemente colocada onde deve estar: nos sindicatos”.⁵⁷⁵

Colocada assim a questão, um pequeno passo basta para concluir pela necessidade de domesticar (desmantelar) os “agressivos monopólios sindicais”, que Friedman acusa de, ao exigirem salários elevados, contribuírem para restringir o número de postos de trabalho. Por isso, não hesita em proclamar que “as vitórias que os sindicatos fortes conseguem para os seus membros são obtidas acima de tudo à custa dos outros trabalhadores”.⁵⁷⁶

Outra linha de ‘argumentação’ põe em relevo que “os sindicatos começam a tornar-se incompatíveis com a economia de livre empresa” e que, “se se quer preservar o sistema de livre empresa, será necessário (...) reduzir o poder monopolístico dos sindicatos operários”.⁵⁷⁷ O fantasma da ‘ingovernabilidade’ (que sempre justifica o apelo a um qualquer *leviathan*) vem sendo agitado contra os sindicatos.

As ideias de Hayek são elucidativas a este respeito.

Por um lado, condena a ideia de que é do interesse público que os sindicatos sejam restringidos o menos possível na prossecução dos seus objectivos, porque foi em nome dela que os ‘monopólios sindicais’ acabaram por adquirir “privilégios únicos, de que não goza qualquer outra associação ou indivíduo”, situação que equivaleria a aceitar que, no domínio das relações de trabalho, os fins justificam os meios.

575 Cfr. F. HAYEK, “Inflation...”, cit., 298.

576 Cfr. M. e Rose FRIEDMAN, *Liberdade para escolher*, cit., 305-307. Os monetaristas não propõem, porém, a eliminação dos monopólios económicos, dos grandes conglomerados transnacionais, que têm reforçado o seu poder (poder de mercado, poder financeiro, poder político) e que ‘governam’ o capitalismo à escala mundial, apesar de todas as legislações ‘anti-monopolistas’. E nenhum deles acreditará que a simples força das suas ideias faça regressar o mundo ao ‘paraíso perdido’ do capitalismo de concorrência (cuja existência, como a de todos os ‘paraísos’, é pura matéria de fé...).

577 Cfr. G. HABERLER, “Inflación...”, cit., 90/91 e “Política...”, cit., 165-173.

Por outro lado, ele considera “especialmente perigoso” o poder alcançado pelos sindicatos, poder que, a seu ver, se traduz na “coerção de homens sobre outros homens”, na “coerção de trabalhadores pelos seus companheiros trabalhadores”. Só porque se tem admitido que eles exerçam um tal poder de coerção “sobre aqueles que querem trabalhar em condições não aprovadas pelos sindicatos” é que estes se tornaram capazes de exercer igualmente uma poderosa coerção sobre os empregadores. “Pessoalmente – conclui Hayek –, estou convencido de que o poder dos monopólios sindicais é, juntamente com os modernos métodos de tributação, o principal factor de desencorajamento do investimento privado em equipamento produtivo.”

A aceitação da pretensão dos sindicatos de aumentar os salários tendo em conta os aumentos da produtividade - hoje geralmente considerada socialmente justa e economicamente vantajosa - significa, para Hayek, o reconhecimento do direito de expropriar uma parte do capital das empresas. Vejamo-lo nas suas próprias palavras: “O reconhecimento do direito do trabalhador de uma empresa de participar, enquanto trabalhador, numa quota dos lucros, independentemente de qualquer contribuição que ele tenha feito para o seu capital, faz dele proprietário de uma parte da empresa. Neste sentido, tal exigência é, sem dúvida, puramente socialista e, o que é mais, não baseada em qualquer teoria socialista do tipo mais sofisticado e racional, mas no mais grosseiro tipo de socialismo, vulgarmente conhecido por sindicalismo.”

À luz do que fica dito, compreende-se que Hayek pergunte “até onde se permitirá que os grupos organizados de trabalhadores industriais utilizem o poder coercivo que adquiriram de forçar no resto do país uma mudança nas instituições fundamentais em que assenta o nosso sistema económico e social.” E, perante uma tal subversão das instituições, compreende-se que responda: “Há um momento em que todos os que desejam a preservação do sistema de mercado baseado na livre empresa têm que desejar e apoiar sem ambiguidade uma recusa frontal daquelas exigências [as exigências sindicais], sem vacilar perante as consequências que esta atitude possa ter a curto prazo”.⁵⁷⁸

Igualmente claras são as reflexões de Gottfried Haberler num artigo muito conhecido sobre política de salários, emprego e estabilidade económica.

Nele pode ler-se que muitas das dificuldades por ele consideradas das mais relevantes das economias capitalistas actuais (“salários monetários rígidos à baixa” e “pressão constante à alta das taxas de salário monetário”) devem ser imputadas à “legislação do salário mínimo, aos planos de segurança social, aos subsídios de desemprego mais liberais”. E estas são realidades apontadas como o fruto da acção

do que em outro artigo o mesmo autor chama os “opressivos monopólios do trabalho”, um dos “vícios [*sic*] dos países mais desenvolvidos” que “muitos países subdesenvolvidos foram mais rápidos a adoptar”.⁵⁷⁹

Não admira, por isso, que Haberler defenda que “o poder das organizações operárias cresceu até um ponto em que os sindicatos começam a ser incompatíveis com a economia de livre empresa”. O que justificaria, em sua opinião – que abona com posição idêntica de Milton Friedman –, que, “se se quer preservar o sistema de livre empresa, e se se quer evitar os controlos drásticos, será necessário mudar as actuais políticas salariais e reduzir o poder monopolístico dos sindicatos operários”.⁵⁸⁰

Mesmo no Reino Unido, país onde o movimento sindical era tradicionalmente considerado uma instituição quase tão intocável como a realeza, a Sr^a. Thatcher, enquanto Primeira Ministra, não hesitou em acusar os sindicatos de quererem “destruir o estado”, erigindo-os desse modo em *inimigo interno* sobre o qual toda a repressão se pretende legitimada. Tal como nos primórdios da revolução industrial, quando os novos assalariados industriais eram apontados e tratados como “bárbaros que ameaçam invadir a cidade”.⁵⁸¹

9. A CRÍTICA MONETARISTA AO “PRINCÍPIO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL COLECTIVA”

O ideário liberal rejeita o objectivo de redução das desigualdades, em nome de um qualquer ideal de equidade e de justiça: as políticas que buscam realizar a justiça social distributiva são sempre encaradas como um *atentado contra a liberdade individual*.

Milton Friedman é muito claro: “a este nível, a igualdade entra vivamente em conflito com a liberdade”. É ele escolhe a liberdade, confiando em que esta assegure o maior grau de igualdade possível. Por um lado, porque “uma sociedade que põe a igualdade – no sentido de igualdade de resultados – à frente da liberdade acabará por não ter nem igualdade nem liberdade”. Por outro lado, porque “uma sociedade que põe a liberdade em primeiro lugar acabará por ter, como feliz subproduto, mais liberdade e mais igualdade”.⁵⁸²

É o regresso à tese smithiana de que o mecanismo do mercado realiza “a concordância admirável do interesse e da justiça”, tornando indissociáveis a liberdade (económica), a eficiência económica e a equidade social.

579 Cfr. G. HABERLER, “Inflación...”, cit., 90/91.

580 Cfr. G. HABERLER, “Política...”, cit., 165-173.

581 Ver M. DESAI, *Testing...*, cit., 224.

582 Cfr. M. e Rose FRIEDMAN, *Liberdade para escolher...*, cit., 202.

Neste domínio da filosofia social, o neoliberalismo exclui da esfera da responsabilidade do estado as questões atinentes à justiça social, negando, por isso, toda a legitimidade das *políticas de redistribuição do rendimento*, orientadas para o objectivo de reduzir as desigualdades de riqueza e de rendimento, na busca de mais equidade, de mais justiça social, de mais igualdade efectiva entre as pessoas.

No que toca à obrigatoriedade dos descontos para a segurança social, os neoliberais consideram-na, como se diz acima, um atentado contra a liberdade individual, cometido em nome do objectivo de garantir as pessoas contra determinadas situações (desemprego, doença, invalidez, velhice). E sustentam que esse atentado é tanto mais grave e intolerável quanto é certo que, na sua perspectiva, este objectivo ficará melhor acautelado (com menores custos financeiros e menores custos sociais) se cada pessoa (ou cada família) o assumir, como responsabilidade própria, tomando, em conformidade, as medidas adequadas.

Milton Friedman não hesita em classificar o *princípio da responsabilidade social colectiva* como “uma doutrina essencialmente subversiva.” A seu ver, o deprimente esbanjamento de recursos financeiros é ainda o menor de todos os males resultantes dos programas paternalistas de segurança social. “O maior de todos os seus males é o efeito maligno que exercem sobre a estrutura da nossa sociedade. Eles enfraquecem os alicerces da família; reduzem o incentivo para o trabalho, a poupança e a inovação; diminuem a acumulação do capital; e limitam a nossa liberdade. Estes são os principais factores que devem ser julgados”.⁵⁸³

Entre “os custos maiores da extensão das *governmental welfare activities*”, Friedman destaca ainda “o correspondente declínio das actividades privadas de caridade”, que proliferaram no Reino Unido e nos EUA no período áureo do *laissez-faire*, na segunda metade do século XIX. Esta é uma opinião só compreensível à luz do entendimento, segundo o qual “a caridade privada dirigida para ajudar os menos afortunados” é “o mais desejável” de todos os meios para aliviar a pobreza e é “um exemplo do uso correcto da liberdade”.

O ilustre laureado com o Prémio Nobel da Economia está a pensar, evidentemente, na liberdade daqueles que ‘fazem’ a caridade. Mas menospreza a liberdade dos que se vêem na necessidade de ‘estender a mão à caridade’. No entanto, estes são, justamente, os que mais se vêem privados da sua *dignidade* e da sua *liberdade* como pessoas, o mais elevado dos valores a proteger, segundo o ideário liberal. Ao

583 Cfr. M. e Rose FRIEDMAN, *últ. ob. cit.*, 172-178. Os monetaristas sustentam que as transferências sociais, reduzindo o custo do ócio (do não-trabalho), são uma autêntica *subvenção à preguiça*. Utilizando o comentário de Galbraith perante as opções da Administração Reagan neste domínio, talvez possamos sintetizar deste modo a ‘filosofia’ dos neoliberais: “os ricos não trabalham o suficiente porque não ganham o suficiente; os pobres trabalham pouco porque ganham demasiado”.

defender que a única igualdade a que os homens têm direito é “o seu igual direito à liberdade”, o liberalismo friedmaniano não pode garantir a todos os homens a liberdade e a dignidade a que cada um tem direito. A proposta friedmaniana de regresso ao passado não contém a promessa de nenhum ‘paraíso’, mas contém a ameaça de nos fazer regressar ao ‘inferno perdido’ do apogeu do *laissez-faire*.

Fiel à sua matriz ideológica, Friedman defende, com toda a clareza, a necessidade de “derrubar definitivamente este estado-providência ao serviço dos ricos e das classes médias”, advogando a ideia de que, em vez dele, “é altura de as democracias ocidentais retomarem os incentivos para produzir, empreender, investir”.⁵⁸⁴ As vantagens da sua proposta seriam as vantagens do ‘estado liberal’: “A extinção do actual sistema de Segurança Social eliminaria os efeitos que presentemente se fazem sentir relativamente à falta de incentivo para a procura de trabalho, o que representaria, igualmente, um maior rendimento nacional corrente. Conduziria à poupança individual e, portanto, à formação de taxas de capital mais elevadas e de uma taxa de crescimento do rendimento mais acelerada. Estimularia o desenvolvimento e a expansão de planos de pensões privados, aumentando deste modo a segurança de muitos trabalhadores”.⁵⁸⁵

Os neoliberais voltam, assim, as costas à cultura democrática e igualitária da época contemporânea, caracterizada não só pela afirmação da *igualdade civil e política* para todos, mas também pela busca da *redução das desigualdades* entre os indivíduos no plano económico e social, no âmbito de um objectivo mais amplo de libertar a sociedade e os seus membros da *necessidade* e do *risco*, objectivo que está na base dos sistemas públicos de segurança social.

10. SÍNTESE DA CONTROVÉRSIA ENTRE KEYNESIANISMO E NEOLIBERALISMO

O debate entre monetaristas e keynesianos, de que deixamos algumas notas nas páginas anteriores, é um debate antigo, tão antigo como a economia política enquanto disciplina científica. Apresenta-se hoje, por força das circunstâncias - que não são as mesmas de há dois séculos -, com novas personagens, novos temas, (alguns) novos argumentos, um novo enquadramento institucional. Mas ele não é mais do que a continuação do debate entre, por um lado, os defensores da teoria quantitativa-*laissez faire*-*mão invisível*-lei de Say (com destaque para A. Smith, David Hume, Ricardo e, mais tarde, Cassel, Irving Fisher e mesmo o primeiro

584 Entrevista ao *Nouvel Observateur* de Abril de 1981.

585 Cfr. M. e Rose FRIEDMAN, [2], 172-174.

Keynes) e, por outro lado, a corrente constituída pelos críticos da teoria quantitativa tradicional (Cantillon, Thornton, Wicksell, von Mises, o Hayek dos anos trinta, Myrdal e o Keynes do *Treatise on Money*) e pelos críticos da lei de Say (na tradição de Malthus, Marx, Hobson e o Keynes da *General Theory*).

A - Deixaremos a seguir algumas observações sobre questões teóricas abordadas na controvérsia entre os adeptos das duas correntes de pensamento económico que marcaram o século XX, embora seja nossa convicção que só à luz de uma perspectiva ideológica será possível entender o que verdadeiramente está em causa neste debate que foi considerado o mais importante debate do século XX, ao menos no que diz respeito à ciência económica.

Na sua nova veste, o debate reanimou-se, poderá dizer-se, em 1956, com a publicação de "The Quantity Theory of Money - A Restatement", de Milton Friedman, a que se seguiu, logo em 1957, a publicação de "The Theory of Consumption Function". Em 1963, Friedman publicaria outros dois trabalhos: um, em colaboração com Anna Schwartz, em que procura mostrar empiricamente que a procura de moeda é relativamente estável e quantitativamente insensível às variações da taxa de juro; outro, em colaboração com David Meiselman, em que desenvolve análise empírica destinada a mostrar que a velocidade de circulação da moeda é uma variável mais estável que o multiplicador keynesiano. Com a *Presidential Address* de Milton Friedman (1967), encerra-se esta primeira fase do monetarismo. A segunda fase inicia-se com a publicação, em 1970, de "A Theoretical Framework for the Monetary Analysis", a que se seguiram outros estudos em 1971 e em 1972. Com a entrada em cena da *teoria das expectativas racionais*, começou - por volta de 1972 - a terceira fase do monetarismo.⁵⁸⁶

Quando, em 1956, Friedman 'redescobriu' a teoria quantitativa, ela apareceu como "uma loucura peculiar de Chicago, indulgentemente desdenhada por alguns, mas considerada como não perigosa"⁵⁸⁷ (57). Mas em 1970 M. Friedman afirmava que o quadro teórico que informava a sua análise monetária era a teoria quantitativa da moeda. E o certo é que, por razões que tentámos enunciar em outro momento, o êxito do monetarismo foi fulgurante, especialmente junto dos responsáveis pela política económica e junto da opinião pública não especializada. Para este êxito terá contribuído a simplicidade atraente do que Modigliani chamou "monetarism for the masses": os principais problemas a nível macroeconómico têm origem nas políticas de estabilização de inspiração keynesiana, geradoras de grande instabilidade monetária; a solução para os nossos males reside na adopção

586 Cfr. M. BLAUG, *La metodologia...*, cit., 244-248.

587 Cfr. M. DESAI, *Testing...*, cit., 2.



de uma regra fixa, simples, que regule mecanicamente o crescimento da oferta de moeda.⁵⁸⁸ Alguns terão pensado que o monetarismo, fortalecido com os êxitos imediatos, viria tomar conta das novas gerações de economistas. Mas logo em 1970 um autor de certo peso no campo monetarista (Karl Brunner) reconhecia que, embora as ideias monetaristas se tivessem tomado “quase respeitáveis” e as suas propostas fundamentais acerca do papel da moeda e da política monetária tivessem vindo a ser progressivamente aceites ou pelo menos seriamente ponderadas, “a posição monetarista permanece como uma problemática não clarificada nem consolidada quer no que toca ao seu grau de confirmação empírica quer no que se refere à sua formulação analítica”.⁵⁸⁹ Ainda em 1970 Harry Johnson avançava a ideia de que o monetarismo, “ao pôr de pé os seus contornos intelectuais, para alcançar plena respeitabilidade científica, terá de comprometer-se irremediavelmente com a sua oposição keynesiana”. E rematava: “I expect it to peter out”.⁵⁹⁰

E, como reacção à tentativa de Milton Friedman de definir (com o importante artigo de 1970) a base teórica susceptível de enquadrar as suas posições de raiz empírica, alguns monetaristas (K. Brunner e A. Meltzer) não hesitaram em proclamar (1972) que o monetarismo estava a descaracterizar-se, aproximando-se da matriz analítica do keynesianismo. Segundo eles, as concepções apresentadas por Friedman acerca do mecanismo de transmissão arrastavam-no para uma concórdia genérica com os neokeynesianos: tais concepções “ou são enganadoras ou são uma inversão completa da tese por ele muitas vezes sustentada”.⁵⁹¹

Se os adeptos do monetarismo põem em causa a sua solidez no plano teórico, não admira que o fizessem também os seus adversários. Ao comentar, em 1972, os trabalhos de Milton Friedman de 1970 e 1971, James Tobin conclui igualmente que “os dois artigos não proporcionam ao monetarismo, quer nas suas teses de curto prazo, quer nas de longo prazo, um sólido suporte teórico”.⁵⁹² Em 1974, Jerome Stein era igualmente preceptivo: “não há uma teoria satisfatória do monetarismo”.⁵⁹³ Em 1980, Mark Blaug insistia neste ponto de vista: “a crescente debilidade das formulações iniciais da posição monetarista, bem como a crescente disposição dos monetaristas para se adaptarem a formas keynesianas de análise dão indícios da derrocada da contra-revolução monetarista”.⁵⁹⁴ Em 1981, o editor do

588 Cfr. F. MODIGLIANI, “Keynesianism...”, cit., 4.

589 Apud J. STEIN, “Unemployment...”, cit., 868.

590 Cfr. H. JOHNSON, “The Keynesian...”, cit., 12.

591 Cfr. BRUNNER/MELTZER, “Friedman’s Monetary...”, cit., 846.

592 Cfr. J. TOBIN, [9], 863.

593 Cfr. J. STEIN, [1].

594 Cfr. M. BLAUG, [1], 242.

Times (17.7.81) afirmava que, tendo sido a década de setenta a década do monetarismo, a década de oitenta se preparava para remeter as suas propostas para a secção da história do pensamento económico dos manuais de economia.

É possível que o monetarismo esteja em perda de velocidade. Mas a verdade é que continua aí e não é possível ignorá-lo nem no plano teórico nem no terreno das políticas económicas. E, no entanto, cremos que podemos definir hoje um monetarista como Friedman se vem definindo desde 1956 e como Mark Blaug o definiria em 1985: "Monetarista é alguém que acredita na teoria quantitativa da moeda".⁵⁹⁵

B - O debate entre keynesianos e monetaristas - que foi particularmente vivo no início dos anos setenta do séc. XX⁵⁹⁶ - tem continuado até aos nossos dias.

Parece correcto afirmar-se que, até 1970, os trabalhos de Milton Friedman apontavam no sentido de que o cerne da divergência entre keynesianos e monetaristas residia na diferença de pontos de vista acerca da elasticidade-juro da procura de moeda. E assim o entendia a generalidade dos autores.⁵⁹⁷ As críticas à 'demonstração empírica' até aí apresentada por Milton Friedman⁵⁹⁸ levaram-no à elaboração de um quadro teórico que desse sentido às regularidades estatísticas por ele apuradas. Nesses trabalhos teóricos⁵⁹⁹ Milton Friedman acaba, no entanto, por afastar-se da sua tese inicial segundo a qual a procura de moeda é "interest inelastic", aproximando-se assim das posições keynesianas.

O "empirismo ingénuo de Milton Friedman"⁶⁰⁰ foi desde o início alvo de muita contestação, quer no plano metodológico quer no que se refere aos resultados a que chegou e às conclusões que deles extraiu.⁶⁰¹ No entanto, Friedman insistia, em 1970, em que "as diferenças básicas entre economistas são empíricas, não teóricas". Relativamente a uma das questões centrais da problemática monetarista - o papel da moeda na actividade económica -, a controvérsia travada entre keynesianos e monetaristas diz respeito, em sua opinião, "a diferentes respostas implícitas ou explícitas a ques-

595 Cfr. M. BLAUG, *História...*, cit., II, 489.

596 A esse debate dedica largo espaço o vol. 80 (1972) do *Journal of Political Economy*, inserindo (pp. 837-950) artigos de K. Brunner e A. Meltzer, J. Tobin, P. Davidson, Don Patinkin e M. Friedman. A mesma problemática constituiu o tema de uma conferência organizada pela Brown University (1975), cujas intervenções integram um livro editado por Jerome Stein (cfr. J. STEIN, [2]), do qual constam comunicações de F. Modigliani e A. Ando, de K. Brunner e A. Meltzer, de J. Stein, de J. Tobin e W. Buiter, com comentários de vários autores (Anna Schwartz, Robert Gordon e Milton Friedman).

597 Cfr., por todos, E. SHAPIRO, *ob. cit.*, 448.

598 Cfr. J. TOBIN, "The Monetary interpretation...", cit. e "Money and Income...", cit..

599 Cfr. M. FRIEDMAN, "A Theoretical...", cit., "A Monetary Theory...", cit. e "Comments...", cit..

600 A expressão é de M. BLAUG, *La metodologia...*, cit., 243.

601 Esta problemática é analisada com grande profundidade em M. DESAI, *Testing...*, cit., 93-204.

tões empíricas".⁶⁰² Não admira, por isso, que a guerra das verificações empíricas das teses de uma e de outra das correntes em presença tenha continuado até hoje, acumulando "montanhas de evidência empírica" (M. Blaug). Depois de todo este esforço, há quem entenda que "o suporte empírico do monetarismo é muito mais fraco do que parece".⁶⁰³ Outros concluem que "uma observação mais atenta da literatura revela uma tendência regular para o estreitamento da distância existente entre os distintos pontos de vista, e em especial para o crescente reconhecimento das limitações que apresentam todas as contrastações (confirmações) ao uso da eficiência relativa das políticas financeira e monetária".⁶⁰⁴

C - Poderá dizer-se, aliás, que este longo debate ainda em curso tem permitido a ambas as partes aprender algo com a outra, daí resultando maior rigor na formulação teórica e na justaposição das respectivas propostas e alguma aproximação de pontos de vista em determinados aspectos que vêm constituindo objecto de debate.⁶⁰⁵ Tal não é mais do que o resultado natural de uma atitude de espírito que Solow traduziu nestes termos coloquiais: "Toda a ortodoxia, incluindo a minha, necessita com frequência de um pontapé no traseiro para evitar que se torne auto-indulgente e aplique a si própria normas pouco exigentes".⁶⁰⁶

Poucos aceitarão hoje, por exemplo, a tese de que a controvérsia possa equacionar-se na oposição *monetaristas/fiscalistas*, pondo a ênfase nos diferentes pontos de vista acerca de qual a política mais adequada para se conseguir a estabilização da economia: a *política monetária*, segundo os monetaristas, que a consideram o instrumento mais eficaz para controlar a oferta de moeda, principal factor determinante do nível de rendimento; a *política financeira*, segundo os keynesianos, que vêm na acção sobre as receitas e as despesas públicas o caminho mais seguro para controlar a procura global, da qual depende, essencialmente, a seu ver, o nível do rendimento.

Na verdade, nenhum não-monetarista afirmará hoje que "money does not matter". Em 1973, Samuelson criticava o *Radcliffe Committee* porque, tendo mostrado não ser verdade que *money alone matters*, daí concluiu que *money does not matter*, e

602 Cfr. M. FRIEDMAN, "A Theoretical...", cit., 234/235. A mesma ideia é retomada por Friedman em "Comments on Tobin and Buiter", cit., 315. No prefácio que fez para a edição das comunicações apresentadas à Conferência organizada pela Brown University a que nos referimos atrás, Jerome Stein diz que "as propostas mais importantes dos monetaristas são uma espécie de observação empírica cuja validade é ainda objecto de controvérsia, em vez de uma teoria em oposição directa à análise neo-keynesiana" (cfr. J. STEIN, *Monetarism...*, cit., 2).

603 Cfr. M. DESAI, *Testing...*, cit., 12.

604 Cfr. M. BLAUG, *La metodologia...*, cit., 243.

605 Há quem admita que poderá chegar-se a uma síntese das duas correntes. Nesta hipótese, "na medida em que se verifique esta síntese científica, o monetarismo perderá a magnética simplicidade essencial ao seu atractivo ideológico" (cfr. J. TOBIN, "Inflation and Unemployment...", cit., 42).

606 Apud G. FEIWEL, "Samuelson...", cit., 180.

criticava do mesmo modo os “fossil-keynesians” (*fiscal policy only matters*) por não reconhecerem o papel da moeda na macroeconomia moderna.⁶⁰⁷ Ao contrário, o reconhecimento generalizado entre os neokeynesianos de que a quantidade de moeda em circulação desempenha um papel importante na determinação da produção, do rendimento e dos preços justifica a afirmação de Franco Modigliani, parafraseando Milton Friedman, de que “we are all monetarists now”.⁶⁰⁸ Num estudo publicado em 1976, Modigliani reconhece que, em geral, ambas as escolas admitem que tanto a política monetária como a política financeira podem influenciar o rendimento monetário e o rendimento real, ao menos durante algum tempo. A velha questão de saber se *only money matters* ou se *money does not matter* é, pois, segundo Modigliani, “na melhor das hipóteses, uma questão secundária, uma questão mais de ênfase do que de princípio”.⁶⁰⁹

O “keynesianismo de Neanderthal” (M. Blaug) perdeu credibilidade, registando-se, também aqui, um ‘regresso a Keynes’, uma vez que não se vê fundamento para atribuir a Keynes qualquer ideia de que *money does not matter*, ponto que não sofrerá quaisquer dúvidas, especialmente após os trabalhos de A. Leijonhufvud.⁶¹⁰ E muitos autores que se reclamam do keynesianismo defendem que ele só ganhou com esta “redescoberta da moeda”, abandonando formulações reducionistas da década de cinquenta em benefício de um grau mais elevado de sofisticação.⁶¹¹

Por outro lado, já em 1966 Milton Friedman abandonava o “Monetarismo de Neanderthal” (M. Blaug), admitindo expressamente que a política financeira pode afectar, a curto prazo, a composição e o nível do rendimento e, a longo prazo, o nível dos preços, ideia que retoma (em 1968) no célebre diálogo com Walter Heller (“I don’t believe that money is all that matter”) e que reafirma em 1970: “Considero a afirmação de que ‘money is all that matters’ como uma interpretação fundamentalmente errada das nossas conclusões”.⁶¹²

A partir dos anos setenta, é este o entendimento generalizado entre os monetaristas, que reconhecem hoje à política financeira a vantagem de poder ser accionada com maior rapidez que a política monetária. É legítimo, pois, concluir, com W. Baumol e A. Blinder, que “só o machismo e o hábito animam hoje esta controvérsia”.⁶¹³

607 Cfr. P. SAMUELSON, “Monetarism...”, cit., 53-59.

608 Cfr. F. MODIGLIANI, “The Monetarist Controversy...”, cit., 1. Para evitar más interpretações acerca da coerência dos neokeynesianos, James Tobin faz questão de que se diga “we are all monetarists now, and we always were” (cfr. J. TOBIN, “Comment on the Paper...”, cit., 56).

609 Cfr. F. MODIGLIANI, “Keynesianism...”, cit., 6.

610 Cfr. A. LEIJONHUFVUD, *On Keynesian...*, cit., VI, n. 2.

611 Cfr. SAMUELSON/NORDHAUS, *ob. cit.*, 404/405. Cfr. também M. BLAUG, *La metodologia...*, cit., 247.

612 Cfr. M. FRIEDMAN, “Interest Rates...”, cit., 153; “Reply”..., cit., 335 e “A Theoretical...”, cit., 217.

613 Cfr. BAUMOL/BLINDER, *ob. cit.*, 257.

D - Em outro aspecto fundamental - o da estabilidade ou instabilidade das economias capitalistas - o debate provocou alguma aproximação entre keynesianos e monetaristas, embora sem eliminar as diferenças entre ambos.

Keynes deixou bem clara a sua opinião de que uma das propriedades essenciais do sistema capitalista, "embora sujeito a flutuações severas no que se refere à produção e ao emprego", era a de "não ser violentamente instável".⁶¹⁴ Os primeiros keynesianos, no entanto, talvez tenham exagerado a instabilidade das economias capitalistas. Por um lado, com base na ideia de uma procura de moeda muito elástica em relação à taxa de juro (com situações frequentes próximas da *liquidity trap*); por outro lado, admitindo uma procura agregada de bens e serviços não significativamente sensível às variações da taxa de juro, particularmente no respeitante ao investimento privado (mais influenciado pelos *animal spirits* do que pelos cálculos baseados no custo do capital).

A experiência histórica e vários estudos econométricos (referentes sobretudo à economia americana) parecem apontar no sentido de moderar este ponto de vista. "Os valores estimados dos parâmetros - defende Modigliani⁶¹⁵ - implicam uma economia bastante menos instável do que o assumido pelos primeiros keynesianos, mas ainda não uma economia muito estável".

Em favor dos pontos de vista de inspiração keynesiana, sempre poderá dizer-se que as despesas privadas não deixarão de apresentar um grau considerável de instabilidade, mesmo que se aceitem as conclusões de certas teorias acerca da função-consumo diferentes das de Keynes (*permanent income hypothesis, life cycle hypothesis*). Com efeito, um (por vezes forte) factor de instabilidade reside nas taxas altamente instáveis da 'acumulação de capital', quer por parte dos empresários, quer por parte dos consumidores, sob a forma de bens duradouros. Esta instabilidade afecta directamente as indústrias produtoras deste tipo de bens, e, através delas, o conjunto da economia, traduzindo-se em forte desperdício de recursos humanos e de equipamentos se, perante uma quebra do investimento privado, as autoridades competentes não adoptarem as medidas adequadas para evitarem a persistência de

614 Vale a pena referir o trecho da *General Theory*: "Uma das propriedades essenciais do sistema económico em que vivemos é a de não ser violentamente instável, embora esteja sujeito a flutuações severas no que se refere à produção e ao emprego. Na verdade, este sistema parece apto a permanecer durante um lapso de tempo considerável num estado de actividade inferior ao normal, sem que haja tendência marcada para o relançamento da actividade económica ou para o afundamento completo. Além disso, resulta claramente que o pleno emprego ou mesmo uma situação vizinha do pleno emprego é tão rara como efémera. As flutuações podem amortecer-se bruscamente, mas parece que elas se amortecem antes de terem adquirido uma amplitude extrema; e a nossa sorte normal consiste numa situação intermédia que não é nem desesperada nem satisfatória". Cfr. J. KEYNES, *The General Theory...*, cit., 249/250.

615 Cfr. F. MODIGLIANI, "Keynesianism...", cit., 12-19.

baixos níveis de produção e de elevados índices de desemprego. Perante *econormas* em que predominam os preços administrados, consideravelmente rígidos à baixa, nada justifica o longo tempo de crise que seria necessário aguardar para que a economia regressasse automaticamente ao nível de equilíbrio, tanto mais que os resultados das políticas de estabilização nos países capitalistas industrializados e a qualidade dos conhecimentos e meios técnicos ao dispor dos economistas abonam hoje em favor dos defensores das políticas anti-cíclicas.

Mas também é verdade que o debate contribuiu para que muitos keynesianos admitam que as políticas estabilizadoras podem, na prática, revelar-se desestabilizadoras e susceptíveis de ser manobradas ao sabor do 'ciclo político'. Por outro lado, talvez os primeiros keynesianos tenham sobrestimado as capacidades do multiplicador, concluindo da discussão travada com os seus adversários que era necessário reforçar as exigências na elaboração teórica e na articulação prática das políticas de gestão da procura. E concluindo também que era correcto relativizar a confiança nas potencialidades dessas políticas, moderando as ambições e a euforia dos que, embalados com os êxitos do período posterior ao segundo conflito mundial (êxitos por eles creditados por inteiro às políticas de gestão fina da economia), enterravam prematuramente o ciclo económico como coisa do passado e anunciavam o advento do *capitalismo post-cíclico*.⁶¹⁶

Embora pondo em relevo que vários estudos relativos ao comportamento das economias capitalistas no período entre o fim da Segunda Guerra Mundial e 1973 abonam fortemente em favor das políticas de estabilização levadas a cabo nos EUA e em outros países capitalistas industrializados⁶¹⁷, alguns dos mais representativos neokeynesianos vêm advogando há anos a conveniência de introduzir "algumas limitações ao uso da *discretion*, particularmente em termos de se esclarecer mais pre-

616 Cfr. SAMUELSON/NORDHAUS, *ob. cit.*, 405.

617 Cfr. F. MODIGLIANI, "The Monetarist...", *cit.*, 11-17 e R. GORDON, *ob. cit.*, 361/362. Analisando algumas dificuldades sentidas a partir de 1973, Modigliani explica-as como resultado dos *choques externos* (nomeadamente os *supply shocks* ligados à subida do preço do petróleo), perante os quais "nem mesmo a melhor gestão da procura agregada pode compensar tais choques sem uma certa dose de desemprego a par de uma certa dose de inflação". A isto devem acrescentar-se os erros cometidos no domínio da política económica, por falta de experiência em lidar com este tipo de *choques*, por deficiente conhecimento teórico e por influência negativa das teses monetaristas da *constant rate rule of money growth*, influência que se fez sentir em 1974/75, tanto nos EUA como na Europa (cfr. F. MODIGLIANI, "Keynesianism...", *cit.*, 4).

A mesma defesa das políticas keynesianas perante as dificuldades do período posterior a 1973 é feita por J. TOBIN, "Keynesian Theory...", *cit.*, 10: "As políticas de gestão da procura não produziram certamente as guerras no Médio Oriente, a vitória de Komeiny no Irão, os 'choques' relativos à oferta e aos preços como resultado de dedisões da OPEP ou de outras coalições de produtores de matérias-primas. Abandonar definitivamente a política de controlo da procura à luz destes acontecimentos extraordinários significaria ampliar e prolongar os custos económicos à escala mundial".

cisamente os objectivos a cuja prossecução deviam dirigir-se os poderes discricionários e os processos através dos quais esses objectivos serão alcançados".⁶¹⁸

Reconhecendo algumas das suas limitações no plano teórico e no plano da definição e da execução das políticas, os keynesianos empenham-se hoje em conhecer melhor "how the real world works" (W. Heller), muito conscientes de que, sendo desejável que ele funcione ainda melhor, o sistema capitalista (a economia dos países capitalistas industrializados desenvolvidos) funciona melhor depois dos anos trinta. E porquê? A resposta é clara: "Quanto mais activas, informadas e conscientes de si próprias se tomaram as políticas monetárias e financeiras, tanto mais estáveis e próximas do pleno emprego se foram tornando, em geral, as economias a que elas se aplicaram".⁶¹⁹

Como é clara a resposta marcadamente diferente dada por Milton Friedman. Em diálogo com Walter Heller, ele retoma, em 1968, a argumentação que já invocara em 1953 em Estocolmo, numa conferência em que tentava mostrar as razões que faziam da economia americana uma economia "depression proof". Diz Friedman: "Creio que a razão por que o mundo tem funcionado bastante melhor, a razão por que não temos tido depressão neste período, não se deve às virtudes positivas do *fine-tuning* que temos seguido, mas ao facto de termos evitado os erros mais graves do período inter-guerras. Esses erros mais salientes foram as severas deflações ocasionais da quantidade de moeda". Recordando a sua tese sobre as causas da Grande Depressão (a diminuição de cerca de um terço da quantidade de moeda em circulação nos três ou quatro anos posteriores a 1929), Friedman conclui que, "desde então, não permitimos - e não o permitiremos no futuro previsível - que as autoridades monetárias cometam o tipo de erros que as nossas autoridades monetárias cometeram nos anos trinta".⁶²⁰

E - Os neokeynesianos continuam a pôr em causa a existência de uma conexão estreita e estável entre as variações da taxa de crescimento da oferta de moeda e as variações do nível da produção e do rendimento. Os monetaristas, por seu turno, continuam fiéis à sua tese de que a moeda é o factor determinante das variações do nível de rendimento. Embora considere fundamentalmente errada a identificação das suas conclusões através da afirmação de que "money is all that matters", Milton Friedman afirma claramente: "Considero a descrição da nossa posição como 'money

618 Cfr. F. MODIGLIANI, "Some empirical...", cit., 244. É uma posição que decorre da aceitação do ponto de vista segundo o qual a taxa de crescimento da oferta de moeda influencia, em alguma medida, o nível do rendimento. Contra a sugestão de Modigliani têm-se invocado, porém, alguns argumentos dignos de atenção (cfr. E. SHAPIRO, *ob. cit.*, 457/458).

619 Cfr. W. HELLER, *ob. cit.*, 332.

620 Cfr. M. FRIEDMAN, "Reply"..., cit., 336.

is all that matters for changes in nominal income and for *short-run* changes in real income' como um exagero, mas que dá o tom exacto das nossas considerações".⁶²¹

A maior ou menor relevância atribuída ao papel da moeda no sistema económico influencia também a diferente posição de monetaristas e keynesianos acerca da explicação (das origens) da inflação e da prioridade que uns e outros lhe atribuem entre os objectivos da política económica. Os keynesianos, embora levem hoje a inflação muito mais a sério do que há vinte anos, continuam a considerar prioritária a luta contra o desemprego (*desemprego involuntário*) e a prossecução do pleno emprego. Os monetaristas, pelo contrário, continuam a defender os seus pontos de vista de que uma grande parte do desemprego é *desemprego voluntário*, de que a *taxa natural de desemprego* só pode baixar através de medidas estruturais de longo prazo que nada têm a ver com as políticas de pleno emprego; de que a tentativa de alcançar taxas de desemprego inferiores à taxa natural de desemprego implica o preço insustentável de taxas de inflação muito elevadas e crescentes; de que, em conformidade, deve ser atribuída prioridade absoluta ao combate à inflação e à prossecução da estabilidade monetária.

F - É claro que ninguém poderá hoje defender que a essência da controvérsia a que nos vimos referindo radica no diferente entendimento acerca de quais os instrumentos mais adequados da política monetária (o controlo da oferta de moeda, defendido pelos monetaristas, ou o controlo das condições de concessão do crédito - nomeadamente as taxas de juro -, advogado pelos keynesianos). Nem sequer pode reduzir-se esta controvérsia à 'velha' distinção entre *monetaristas e fiscalistas*.

Mas cremos que continua a ser verdadeira a afirmação de que os monetaristas favorecem a política monetária (identificada como o conjunto de instrumentos ao dispor das autoridades para controlar a oferta de moeda) e de que os keynesianos continuam a preferir a política financeira à política monetária, à qual insistem em atribuir, basicamente, o controlo da taxa de juro e das condições do mercado de crédito, especialmente pela via das operações *de open market*. Para os keynesianos, é maior a eficácia da política financeira, uma vez que as variações do nível das despesas públicas, dos impostos e das transferências garantem um controlo mais directo sobre o volume da procura global do que as variações das taxas de juro, às quais correspondem variações incertas e aleatórias da procura (o investimento privado pode ser muito pouco sensível às variações da taxa de juro).

Os monetaristas continuam a defender, no essencial, que a política financeira, se não provocar variações da quantidade de moeda, não exerce qualquer influência sobre a procura real global, o rendimento nominal ou o nível dos preços: os efeitos

621 Cfr. M. FRIEDMAN, "A Theoretical...", cit., 216/217.

da política financeira - defende Milton Friedman⁶²² - são "sem dúvida temporários e provavelmente de menor importância".

Enquanto os monetaristas desvalorizam a importância da procura (cujas variações associam basicamente às variações da quantidade de moeda em circulação), os neokeynesianos continuam a privilegiar a importância da procura agregada na determinação da produção, do rendimento e do emprego (e das suas flutuações, i.é, dos ciclos económicos), ligando as variações da procura agregada aos fluxos de entrada na economia (investimento privado, despesas públicas, receitas das exportações) e aos fluxos de saída da economia (aforro, cobrança de impostos, despesas em bens importados). Em conformidade, os neo-keynesianos mantêm a sua tese de que o aumento das despesas públicas reais e o incremento da procura agregada se traduz, em períodos de depressão, em aumento da produção, do emprego e do rendimento nacional que se projectará ao longo de vários anos (mecanismo do multiplicador), no pressuposto de que a elasticidade da oferta em períodos de desemprego de recursos produtivos será suficientemente elevada para responder ao aumento da procura agregada (os preços poderão subir a curto prazo, mas baixarão a médio e a longo prazos, ao contrário do que pressupõe a *long-run quantity theory*).⁶²³

G - Com o advento da teoria das expectativas racionais, assistiu-se a uma valorização, no quadro da teoria económica, do problema da distinção entre *curto prazo* e *longo prazo*, do problema do tempo e do problema da perspectivação do futuro (ou da formulação das expectativas acerca do futuro) por parte dos agentes económicos. E estas foram questões que ganharam relevo também no âmbito da controvérsia entre keynesianos e monetaristas.

Os keynesianos adoptam, desde Keynes, uma óptica de curto prazo. Segundo Joan Robinson, Keynes costumava dizer que o estudo das "questões de longo prazo eram coisa de estudantes".⁶²⁴ E ficou famosa a sua sentença de que "a longo prazo estaremos todos mortos".

Milton Friedman, por sua vez, torna claro que "tende a adoptar uma perspectiva de longo prazo e a colocar maior ênfase nas consequências últimas e permanentes das políticas do que nas consequências transitórias, imediatas e possíveis".⁶²⁵ E dos seus trabalhos teóricos resulta que a dicotomia curto prazo/longo prazo marca

622 Cfr. M. FRIEDMAN, "Comments on the Critics", cit., 915-917. Cfr. também BRUNNER/ MELTZER, "An aggregative...", cit.,

623 Cfr. J. TREVITHICK, *Como viver...*, cit., 115-123; MODIGLIANI/ANDO, "Impacts...", cit.; TOBIN/BUITER, *ob. cit.*, 302/303.

624 Cfr. J. ROBINSON, *Filosofia...*, cit., 88.

625 Cfr. M. FRIEDMAN, "Why Economists Disagree"..., cit., 8.

de forma decisiva a 'tensão' do debate que vem travando com os keynesianos. Mas se, para os monetaristas friedmanianos, "only long run matters", para os defensores das expectativas racionais, como vimos, não tem qualquer sentido a distinção curto prazo/longo prazo. Todos os monetaristas, no entanto, desvalorizam os efeitos de curto prazo da política económica (os *first round effects*) apostando nas mudanças institucionais de longo prazo e valorizando os seus efeitos cumulativos (*steady state effects* ou *ultimate effects*).⁶²⁶

Os keynesianos assumem que a sua teoria económica e a sua política económica assentam sobre problemas de curto prazo. Esclarecem alguns que o keynesianismo se preocupa com o equilíbrio entre a oferta e a procura agregadas, década após década, ano após ano, trimestre após trimestre, mas não diz grande coisa acerca dos processos de longo prazo relativos ao desenvolvimento económico, os quais não colocam, em regra, problemas do lado da procura, mas problemas do lado da oferta (acumulação do capital, nível de educação e de preparação profissional da população, espírito empresarial, investigação para o desenvolvimento, etc.).⁶²⁷ Outros, porém, sustentam que o longo prazo não passa de uma sucessão de períodos de curto prazo, não existindo de modo independente: a economia funciona com certos problemas e restrições e o modo como se resolvem os problemas de cada momento ou de cada período curto é que condiciona a evolução futura da economia. O conceito monetarista de longo prazo não passaria, para alguns, de "um mito teórico-utópico no qual se resolveram todos os problemas do presente".⁶²⁸

Entendem os monetaristas que o curto prazo não é relevante porque é de muito curta duração. Para os keynesianos, trata-se de saber, exactamente, o que é o curto prazo (semanas? meses? anos?). Isto porque é no curto prazo que se registam as situações de desequilíbrio com os respectivos custos sociais.

Na óptica monetarista, ao abstrair-se do curto prazo para centrar a análise nas condições do equilíbrio de longo prazo (segundo eles a única solução de equilíbrio possível) abstrai-se também das variações de curto prazo das variáveis reais (produção, desemprego), ignorando-se os custos sociais que lhes são inerentes. Eles constituiriam como que o castigo necessário para a remissão dos 'pecados' dos períodos anteriores ('pecados por obras', porque concretizados nas políticas activas anti-cíclicas de inspiração keynesiana).

626 Cfr. BRUNNER/MELTZER, "An aggregative...", cit., 97.

627 Neste sentido, na síntese de J. TOBIN, "Keynesian Theory...", cit., 4, "a economia keynesiana não pode remediar a miséria do Bangladesh ou da Tanzânia: o seu problema assenta claramente na baixa produtividade e não certamente em uma procura insuficiente".

628 Cfr. P. MELLER, *ob. cit.*, 404-406, onde podem ver-se outras referências.

Mas os keynesianos perguntam: como se compara a perda de bem-estar no presente com o eventual bem-estar mais elevado no futuro? E quanto dura este presente de penitência? E quando chega o futuro redentor? Os keynesianos entendem que uma das tarefas da política económica consiste precisamente em reduzir ao mínimo os custos de ajustamento de curto prazo, porque estes custos existem, "mesmo quando os agentes económicos tenham expectativas racionais durante mil anos seguidos".⁶²⁹

H - Os melhores especialistas defendem actualmente - com a concordância do próprio Milton Friedman - que o que verdadeiramente separa os monetaristas dos não-monetaristas⁶³⁰ é o papel diferente que uns e outros atribuem às políticas de estabilização.⁶³¹

Defendem estes últimos o fundamental da mensagem keynesiana, segundo a qual as economias capitalistas, dada a instabilidade das despesas privadas, são economias (altamente) instáveis, pelo que *carecem* de ser estabilizadas, *podem* ser estabilizadas e *devem* ser estabilizadas, mediante o recurso a adequadas políticas monetárias e financeiras.

Sustentam os primeiros que a economia privada é intrinsecamente estável, o que torna dispensável qualquer política de estabilização; que políticas deste tipo, ainda que consideradas necessárias, não deverão ser levadas a cabo, já que delas só poderão resultar factores adicionais de instabilidade; que deve desconfiar-se da capacidade dos governos para escolher as medidas adequadas e para as pôr em prática em tempo oportuno e até às últimas consequências, pelo que deverá afastar-se a sua intervenção com objectivos anti-cíclicos, mesmo que se aceitassem como globalmente positivos os resultados das políticas de estabilização.

Mas o que verdadeiramente está em causa nesta controvérsia são diferentes concepções *a priori* acerca da *natureza das economias capitalistas* e acerca das *funções que devem caber ao estado capitalista* no domínio da economia. Na síntese de Mark Blaug, a persistência da controvérsia "só pode explicar-se em termos de um certo 'núcleo' muito profundo de desacordo a respeito da capacidade de auto-ajustamento do sector privado das economias mistas e, por conseguinte, a respeito da medida em que as políticas financeira e monetária são, de facto, estabilizadoras ou desestabilizadoras".⁶³²

629 Assim, F. Hahn, *apud* P. MELLER, *ob. cit.*, 405.

630 Utilizamos estas designações apesar de reconhecermos que a distinção por elas insinuada pode conter elementos equívocos. Cfr. R. GORDON, *ob. cit.*, 336.

631 Vejam-se, a este respeito, as sínteses de F. MODIGLIANI, "Liquidity...", *cit.*, e "Keynesianism...", *cit.*; R. GORDON, *ob. cit.*, 336ss; BAUMOL/BLINDER, *ob. cit.*, 255ss; D. LAIDLER, "Monetarism...", *cit.*, 18ss; F. HAHN, *ob. cit.*, 7/8; VANE/THOMPSON, *ob. cit.*, 190 ss; P. PITTA e CUNHA, *ob. cit.*, 431/432.

632 Cfr. M. BLAUG, *La metodologia...*, *cit.*, 243.

Os keynesianos entendem que os mecanismos automáticos actuam com (muito) atraso, funcionam lentamente e não são de inteira confiança quanto aos resultados. A defesa da possibilidade de existirem situações de equilíbrio abaixo do pleno emprego não é mais do que a afirmação de que não existe nenhum mecanismo nas economias capitalistas que garanta o pleno emprego de todos os recursos.

Os monetaristas, ao contrário, pressupõem a existência de um "frictionless Friedmanesque world without price, wage and exchange rigidities" (W. Heller), que representa o regresso às concepções pré-keynesianas da estabilidade do sistema (eventuais perturbações têm a sua origem nas políticas anti-cíclicas e passam sempre por variações da quantidade de moeda) e da sua capacidade para regressar automaticamente à única posição de equilíbrio admissível: o equilíbrio de pleno emprego.

Nestes termos, é razoável que os neokeynesianos continuem a entender ser necessário que o estado capitalista se assuma como protagonista da vida económica, enquanto agente activo do crescimento e regularizador das flutuações cíclicas da economia, empenhado na prossecução dos objectivos do pleno emprego e da redistribuição do rendimento.

Diferentemente, a "Chicago-style market economics" (Samuelson) insiste na afirmação da sua fé no *laissez faire* e na sua desconfiança relativamente à intervenção do estado na economia, à margem de regras e de limites rigorosamente definidos e no âmbito de soluções institucionais que garantam o cumprimento daquelas regras e o respeito destes limites.

O que está em causa, em última instância, é um dos pontos fundamentais do neoliberalismo reinante: a ideia de que o mercado é o *único mecanismo racional* de afectação de recursos escassos a usos alternativos, nele se realizando o *princípio universal de racionalidade* inerente à natureza humana, que o marginalismo imprime no código genético do *homo oeconomicus* (um agente racional maximizador).

Os monetaristas vão mais longe e sustentam que o mecanismo dos preços é o único instrumento com base no qual se podem analisar e explicar todos os fenómenos sociais, reduzindo toda a vida humana a um problema de preços que o mercado resolve espontânea e naturalmente, da única forma racional (e justa). Karl Brunner afirma-o de forma impressiva: "o princípio básico do monetarismo é a reafirmação da relevância da teoria dos preços para compreender o que acontece na *aggregate economics*. O nosso ponto fundamental reside em que a teoria dos preços é o paradigma crucial - na realidade o único paradigma - que os economistas têm. Podemos utilizar este paradigma para explicar toda a gama de fenómenos sociais. Não acredito numa espécie de 'shoe box approach' segundo a qual os problemas se distribuem por diferentes disciplinas, como a ciência política, a economia, a sociologia. Isto não faz muito sentido. A classificação não se refere a disciplinas alternativas. Pode ser

entendida utilmente como referindo-se a diferentes espécies de problemas - diferentes assuntos - susceptíveis de ser abordados com a mesma análise social básica desenvolvida no domínio da ciência económica.⁶³³

I - A oposição entre o keynesianismo e as correntes monetaristas radicalizou-se, como já vimos, com o desenvolvimento das teses da *nova economia clássica* (NCE), a ponto de os defensores desta corrente entenderem que *não há lugar para Keynes depois de Lucas*. O "Lucasian world" assumido pelos adeptos da NCE é, já o dissemos, uma economia cujos pilares fundamentais são o "instantaneous and continuous market clearing" e a hipótese das expectativas racionais, perante a qual a política económica não só é ineficaz como não faz qualquer sentido.

Alguns neokeynesianos reconhecem que se trata de "uma construção altamente engenhosa, e isso talvez explique porque é que ela exerce um tão grande poder de atracção sobre as jovens gerações de macroeconomistas".⁶³⁴

Outros reconhecem que esta "contra-revolução" (Samuelson) veio obrigar os neokeynesianos a encarar com mais cuidado o problema das expectativas e o problema da reacção das pessoas às políticas económicas. Compreendeu-se que as pessoas 'aprendem a lição' rapidamente, pelo que a solução para os problemas de ontem pode não valer para problemas idênticos de hoje. Há que ter cuidado com a aplicação mecânica de soluções pré-fabricadas e 'prontas-a-usar'.⁶³⁵

Os neokeynesianos admitem mesmo, em geral, que os pressupostos da perfeita flexibilidade dos preços e das expectativas racionais podem 'funcionar' bem na abordagem de *auction markets* altamente organizados, como certos mercados financeiros (bolsas de valores, nomeadamente). Mas recusam a possibilidade da sua aplicação à generalidade dos mercados de bens e serviços e ao mercado do trabalho, caracterizados por amplos e estruturais factores de rigidez, por imperfeições de vária ordem e pela presença de grande número de contratos a longo prazo (explícita ou implicitamente), que não se compadecem com a imediata flexibilidade das condições neles fixadas.⁶³⁶ Os neokeynesianos recusam, pois, em absoluto, por "escandalosamente contrários à realidade", os pressupostos em que assenta esta "revolução de palácio dentro do campo monetarista" (Modigliani), rejeitando, do mesmo modo, as suas conclusões sobre a "policy ineffectiveness" e a inutilidade da política económica.

633 Depoimento em A. KLAMER, *ob. cit.*, 183/184.

634 Cfr. F. MODIGLIANI, "Keynesianism...", *cit.*, 26.

635 Cfr. SAMUELSON/NORDHAUS, *ob. cit.*, 420.

636 Cfr. F. MODIGLIANI, "Keynesianism...", *cit.*, 25 28 e SAMUELSON/NORDHAUS, *ob. cit.*, 420/421.

Recusando qualquer fundamento à *do nothing rule* friedmaniana e à ideia da *morte da política económica* (implícita nas teses dos adeptos da NEC), os nekeynesianos permanecem fiéis à necessidade da política económica e acreditam na possibilidade de aperfeiçoar a sua base teórica e as suas técnicas, a sua capacidade de previsão, de diagnóstico e de acção correctiva. À pergunta de Samuelson "Was the keynesian revolution all a big mistake?"⁶³⁷, a resposta dos nekeynesianos é frontalmente negativa. "Devemos rejeitar categoricamente - escreve Modigliani⁶³⁸ - o apelo monetarista para atrasar o relógio quarenta anos abandonando a mensagem fundamental da *General Theory*. Devemos antes concentrar os nossos esforços para tentar que as políticas de estabilização sejam no futuro mais eficazes do que o têm sido no passado".

Tendo em conta a realidade da economia dos EUA e da generalidade dos países capitalistas desenvolvidos já durante o 'reinado' das dourinas neoliberais (coexistência de taxas elevadas de desemprego com a estagnação económica), James Tobin sustentou, em 1989, que essa realidade "atribui renovada credibilidade à teoria e à política keynesianas".⁶³⁹ Dir-se ia, parafraseando o título de um livro de G. K. Shaw, que a 'revolução keynesiana' tem que assumir, no quadro do capitalismo contemporâneo, a natureza de uma "revolução permanente".⁶⁴⁰

J - Poderemos dizer que esta "furiosa controvérsia" foi um "debate inútil"? A pergunta foi formulada por Mark Blaug em 1980. E a resposta deste autor não andarà longe da positiva. "Retrospectivamente - escreve ele⁶⁴¹ -, o debate das duas últimas décadas entre keynesianos e monetaristas há-de considerar-se como uma das controvérsias mais frustrantes e irritantes de toda a história do pensamento económico, uma controvérsia que recorda com frequência as piores disputas medievais. (...) Grande parte do debate consiste em falar entre linhas e por vezes é difícil apurar o que realmente se está a discutir, dificuldade sentida inclusive pelos mais directos protagonistas da discussão".

637 Cfr. P. SAMUELSON, "Evaluation...", cit., 5.

638 Cfr. F. MODIGLIANI, "The Monetarist Controversy...", cit., 18.

639 Cfr. J. TOBIN, "Keynesian Theory...", cit., 10.

640 Cfr. G. SHAW, *Keynesian Economics...*, cit.. No contexto do processo de integração económica por que passa a Europa comunitária, não faltam razões, no entanto, para se prever a necessidade de profundas alterações no instrumental analítico e nas técnicas da política económica. Em um número da *Rivista di Politica Economica* de Abril/1989, dedicado a "Keynes and the Economic Policies in the 80's", escreve Mario ARCELLI, "Keynes and...", cit., 71: "Amanhã, o processo de integração europeia, no sentido da união monetária, poderá privar os países da sua autonomia do domínio da política monetária e reduzir a capacidade para utilizar políticas financeiras na hipótese de a harmonização dos sistemas fiscais vir a concretizar-se. Haverá então lugar para outras políticas económicas e para os problemas de coordenação das grandes áreas internacionais. E difícil antecipar o futuro, mas é razoável esperar que novos tipos de análises e novos instrumentos conceptuais irão apoiar as decisões, num mundo que será muito diferente do de Keynes".

641 Cfr. M. BLAUG, *La metodologia...*, cit., 242-248.

Por nossa parte, cremos que uma certa 'violência', um certo 'furor' que tem marcado, frequentemente, este debate é consequência de ele se travar, em boa medida, no terreno dos *pré-supostos*, das *concepções a priori*, das *convicções*. O que está em causa, ao fim e ao cabo, são diferentes concepções acerca da economia e da sociedade e, de modo particular, acerca do papel do estado perante a economia e perante a sociedade. Os monetaristas e os neoliberais em geral são fiéis ao ideário liberal do *laissez faire*, da *mão invisível* e da *lei de Say*; os keynesianos não confiam nos mecanismos automáticos da economia e atribuem ao estado um papel importante no domínio da promoção do desenvolvimento económico, do combate ao desemprego e da promoção do pleno emprego, no domínio da redistribuição do rendimento e da segurança social.

Estamos, pois, perante um debate em que qualquer dos intervenientes dificilmente pode despir as suas vestes ideológicas. Cremos, por isso, que valerá a pena, a concluir o nosso trabalho, tentar analisar sob este ângulo o debate de que nos ocupámos. Não ignoramos os riscos inerentes a uma tal empresa. Mas acreditamos que vale a pena enfrentá-los, abandonando, como propõe Meghnad Desai, "the aesthetic and scientific satisfaction of conducting a debate objectively and at leisure".⁶⁴²

Acreditamos que o esclarecimento da matriz ideológica das questões mais marcantes da controvérsia entre as duas correntes do pensamento económico ajudará a esclarecer melhor o alcance do debate teórico que procurámos acompanhar. Como James Tobin, pensamos que "as recomendações monetaristas em matéria de política económica resultam menos de considerações teóricas ou de resultados empíricos do que de óbvios juízos de valor. As preferências consistentemente reveladas nessas recomendações são no sentido de minimizar o sector público e de pagar um preço elevado em termos de desemprego para estabilizar os preços".⁶⁴³

642 Cfr. M. DESAI, *Testing...*, cit., 13. Ao fazê-lo, talvez estejamos, afinal, a seguir na esteira de Keynes, ao menos para quem faça uma leitura da 'revolução keynesiana' como a que dela faz Joan Robinson, que merece o nosso acordo: "Ao tornar impossível acreditar por mais tempo na conciliação automática de interesses conflitantes num todo harmonioso, a *General Theory* pôs a claro o problema da escolha e do julgamento que os neoclássicos tinham conseguido escamotear. A ideologia que pretende acabar com todas as ideologias esborrou-se. A ciência económica tornou-se uma vez mais economia política" (Cfr. J. ROBINSON, *Filosofia...*, cit., 86).

643 Cfr. J. TOBIN, "Reply...", cit., 336.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABOUCAR, Alan – “Through the (Economics) Glass Darkly”, em *Problèmes Économiques*, nº 2 194, 10.10.90, 1-6.
- AGUIAR, Joaquim – “Para uma análise sistémica da produção de teorias nas ciências sociais: o caso da economia política”, em *Análise Social*, nº 35/36, Vol. IX, 1972, 689-789.
- ALBELDA, Randy, Christopher GUNN and William WALLER (eds.) - *Alternatives to Economic Orthodoxy*, M.E.Sharpe, N. York, 1987.
- ALMEIDA, Aníbal – *Prelúdio a uma Reconstrução da Economia Política*, Separata do *Boletim de Ciências Económicas*, FDUC, Coimbra, 1989.
- ARAÚJO, Fernando - *ADAM SMITH – O conceito mecanicista de liberdade*, Coimbra, Almedina, 2001.
- ARCELLI, Mário – “Keynes and Economic Policies in the 80’s”, em *Rivista di Politica Economica*, Ano LXXIX, nº 4, Abril/1989, 65-71 (participação do A. no debate sobre o tema).
- ATKINSON, Lloyd C. - *Economics - The Science of Choice*, Richard D. Irwin Inc., Homewood, 1982.
- AVELÁS NUNES, A. J. – *Do capitalismo e do socialismo*, Coimbra, Textos Vértice, Atlântida Editora, 1972;
- *Crescimento Económico e Distribuição do rendimento (reflexões sobre o caso brasileiro)*, Centro de Estudos Fiscais, Cadernos de Ciência e Técnica Fiscal (143), Lisboa, 1986;
 - *O Keynesianismo e a Contra-revolução Monetarista* (separata do *Boletim de Ciências Económicas*), Coimbra, Almedina, 1991;
 - *Noção e Objecto da Economia Política*, Coimbra, Almedina, 1996;
 - *Os fisiocratas ou o início da Ciência Económica*, separata do *Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra* (Volume comemorativo do 75º tomo), Coimbra, 2002;
 - *Adam Smith e a teoria da distribuição do rendimento*, separata do *Boletim de Ciências Económicas*, Coimbra, 2003;
 - *Mercantilismo/Mercantilismos*, separata de *Estudos em Memória do Professor Doutor António Marques dos Santos*, Volume II, Almedina, Coimbra, 2005;
 - *Breves Reflexões sobre algumas questões suscitadas pelo Tableau Économique*, separata do *Boletim de Ciências Económicas*, Coimbra, 2005;
 - *A filosofia social de Adam Smith*, separata do *Boletim de Ciências Económicas*, Coimbra, 2005;
 - “Ricardo e Marx: Dois Economistas Comprometidos - Continuidade e rotura”, separata de *Estudos Jurídicos e Económicos em Homenagem ao Professor Doutor António de Sousa Franco*, ed. da FDUL, Coimbra Editora, Coimbra, 2006.
- BARRE, Raymond – *Économie Politique*, Vol. I, 8ª ed., Paris, PUF.

BAUMOL, William and Alan BLINDER - *Economics: Principles and Policy*, 5ª ed., Harcourt Brace Jovanovich, N. York, 1991.

BLAUG, Mark - *História do Pensamento Económico* (2 vols.), trad. port. da 5ª ed. inglesa (1985) de *Economic Theory in Retrospect* (1ª ed., 1961), Dom Quixote, Lisboa, 1989/1990;

- *A Metodologia da Economia*, trad. port. da 2ª ed. inglesa (*Methodology of Economics*, 1992), Gradiva, Lisboa, 1994 (1ª ed. ing., 1980); há também trad. cast., *La metodología de la Economía*, trad. cast., Alianza Editorial, Madrid, 1985;

- *Economic Theories, True or False? — Essays in the History and Methodology of Economics*, Edward Elgar, Aldershot, 1990.

BLINDER, Alan S. - "Keynes, Lucas, and Scientific Progress", em *The American Economic Review (Papers and Proceedings)*, vol. 77, n.º 2, Maio/87, 130-136.

BOULDING, Kenneth - *Towards a New Economics - Critical Essays on Ecology, Distribution and Other Themes*, Edward Elgar, Aldershot, 1992.

BOWLES, Samuel - "Economists as servants of Power", em *The American Economic Review - Papers and Proceedings*, Vol. LXIV, n.º 2, Maio/1974, 129-132.

BRENNAN, H. G. and A. M. C. WATERMAN (eds.) - *Economics and Religion: Are They Distinct?*, Kluwer Academic Publishers, Boston, 1994.

BROCHIER, Hubert - "Les besoins humains", em *Esprit*, Dez/1969, 870ss.

BROCKWAY, George P. - *The End of Economic Man (Revised)*, W.W. Norton & Co., N. York, 1993.

BRUNNER, Karl and Allen H. MELTZER - "Friedman's Monetary Theory", em *Journal of Political Economy*, vol. 80, Set-Out/1972, 837-851;

"An aggregative Theory for a Closed Economy", em J. L. STEIN,

BÜRGENMEIER, Beat - *Socio - Economics: An Interdisciplinary Approach (Ethics, Institutions, and Markets)*, Kluwer Academic Publishers, Boston, 1992.

CADILHE, Miguel - "Matematismos (Reflexões sobre Matemática, Economia e Gestão)", em *Anuário de Economia Portuguesa - 1991*, Associação Portuguesa de Economistas.

CALDWELL, Bruce - *Appraisal and criticism in economics: a book of readings*, Allen & Unwin, Londres, 1984;

- *Beyond Positivism: Economic Methodology in the Twentieth Century*, Allen & Unwin, Londres, 1984;

- *The Philosophy and Methodology of Economics* (3 vols.), Edward Elgar, Aldershot, 1993.

CAPORASO, James A. and David P. LEVINE - *Theories of Political Economy*, Cambridge University Press, Cambridge (Mass.), 1992.

CARPI, J. A. Tomas - *Poder, Mercado y Estado en el capitalismo maduro*, tirant lo blanch, Valência, 1992.

CASTRO, Armando: *As ideias económicas no Portugal Medieval (séc. XIII a XV)*, Instituto de Cultura Portuguesa, Lisboa, 1978;

- *Doutrinas económicas em Portugal (séc. XVI a XVIII)*, Instituto de Cultura Portuguesa, Lisboa, 1978.
- CERRONI, Umberto - *Introduzione alla Scienza Sociale*, Editori Riuniti, Roma, 1976.
- CODDINGTON, Alan - *Keynesian Economics - The Search for First Principles*, Allen and Unwin, Londres, 1983.
- CROUCH, Colin and David MARQUAND (eds.) - *Ethics and Markets: Co-operation and Competition within Capitalist Economies*, Blackwell Publishers, Oxford, 1993.
- DAHRENDORF, Ralf - *Ensaios sobre o liberalismo*, trad. port., Ed. Fragmentos, Lisboa, 1993.
- DASGUPTA, Amiya K. - *La teoria económica da Smith a Keynes*, trad. it., Il Mulino, Bolonha, 1987 (a 1ª ed. inglesa, *Epochs of Economic Theory*, é de 1985).
- DEANE, Phyllis - *Scope and Method of Economic Science*, em R. ALBELDA *et alii*, *ob. cit.*, 35 - 47.
- DELMAS, Bernard et Thierry DEMALS - "Karl Marx et la physiocratie", em *Économies et Sociétés*, Série Oeconomia, Histoire de la Pensée Économique, n.º 22-23 (Fev/1995), 149-173.
- DENIS, Henri: *Histoire de la Pensée Économique*, Paris, PUF, 2ª ed., 1967, 5-28 (há trad. port., *História do Pensamento Económico*, Editorial Gleba, Lisboa, s/d);
- *A formação da ciência económica*, trad. port., Livros Horizonte, Lisboa, s/d (1976?);
- *Logique hégélienne et systèmes économiques*, PUF, Paris, 1984.
- DESAI, Meghnad - *Testing Monetarism*, Frances Pinter, Londres, 1981;
- "Men and Things", em *Economica*, vol. 53º, nº 209, Fev/1986, 1 - 10.
- DEYON, Pierre - *O Mercantilismo*, trad. port., Gradiva, Lisboa, 1983.
- DOBB, Maurice - *Introdução à Economia*, trad. port., 2ª ed., Editorial Inquérito, Lisboa, s/d;
- *Economia Política y Capitalismo*, trad. cast., Fondo de Cultura Económica, México, 1966;
- *Economia do bem-estar e economia socialista*, trad. port. Europa-América, Lisboa, 1976;
- *Teorias do valor e distribuição desde Adam Smith*, trad. port., Ed. Presença, Lisboa, 1977.
- DOPFER, Kurt (coord.) - *La economía del futuro - Hacia un nuevo paradigma*, trad. cast., FCE, México, 1978 (1ª ed. inglesa, 1976).
- DROZ, Jacques, (Dir.), *Histoire Général du Socialisme*, PUF, Paris, vol. I, 1972.
- ENGELS, Frederico - *Anti-Dübring*, trad. port., Edições Afrodite, Lisboa, 1971.
- ETZIONI, Amitai - *The Moral Dimension: Toward a New Economics*, The Free Press, N. York, 1990 (1ª ed., 1988).
- FEIWEL, George R. - "Samuelson y la era posterior a Keynes", em *El Trimestre Económico*, Vol. XLIX, nº 193, Jan-Mar/1982, 145-188;
- "Equilibrium business cycle theory and the real world", em *Economia*, vol. 8, n.º 2, Maio/1984, 333-360.

- FREY, Bruno S. - *Economics as a Science of Human Behaviour (Towards a New Social Science Paradigm)*, Kluwer Academic Publishers, Boston, 1992.
- FRIEDMAN, Milton - *Essays in Positive Economics*, University of Chicago Press, 1953;
- "Interest Rates and the Demand for Money" (original de 1963/64), em M. FRIEDMAN, *Dollars and Deficits...*, cit., 141-155;
 - "What Prices Guideposts?" (original de 1966), em M. FRIEDMAN, *Dollars and Deficits*, cit., 79-121;
 - "The Role of Monetary Policy", em *The American Economic Review (Papers and Proceedings)*, vol. LVIII, n.º 1, Março/1968, 1-17;
 - "Money: Quantity Theory", em *International Encyclopedia of the Social Sciences*, vol. 10, N. York, 1968, 432-447;
 - "Reply" (resposta a W. W. Heller), em Richard T. GILL, *ob. cit.*, 333-336;
 - "Why Economists Disagree", em M. FRIEDMAN, *Dollars and Deficits*, cit., 1-16;
 - *Dollars and Deficits - Inflation, Monetary Policy and the Balance of Payments*, Prentice Hall, N. Jersey, 1968;
 - *The Optimum Quantity of Money and Other Essays*, Aldine, Chicago, 1969;
 - "A Theoretical Framework for the Monetary Analysis", em *Journal of Political Economy*, vol. 78.º, Março/1970, 193-238;
 - "A Monetary Theory of Nominal Income", em *Journal of Political Economy*, vol. 79.º, n. 2, Março-Abril/1971, 323-337;
 - "Comments on the Critics", em *Journal of Political Economy*, vol. 80.º, Setembro-Outubro/1972, 906-950;
 - "Comments on Tobin and Buiter", em J. L. STEIN, *Monetarism*, cit., 310-317;
 - "Inflation and Unemployment: The New Dimension of Politics", em *Journal of Political Economy*, vol. 85.º, 1977, 451-472 [as referências no texto reportam-se à edição de The Institute of Economic Affairs, 2.ª impressão, 1977, de *The 1976 Alfred Nobel Memorial Lecture*];
- FRIEDMAN, Milton e Rose - *Capitalism and Freedom* (1.ª ed., 1962), The University of Chicago Press, 9.ª impressão, 1969;
- *Liberdade para escolher*, trad. port., Europa-América, Lisboa, s/d (1ª ed. americana, 1979).
- FURTADO, Celso - *O Mito do Desenvolvimento Econômico*, Ed. Paz e Terra, 3ª ed., Rio de Janeiro, 1974 (1ª ed., 1974);
- *Prefácio a Nova Economia Política*, Dinalivro, Lisboa, s/d (1977?).
- GALBRAITH, J. K. - *The Affluent Society*, The New American Library, 1958 (há trad. port., *A sociedade da abundância*, Sá da Costa, Lisboa, 1967);
- *The New Industrial State*, Hamish Hamilton, Londres, 1967;
 - "Economics in the Industrial State: Science and Sedative. Economics as a System of Belief", em *The American Economic Review - Papers and Proceedings*, Vol. LX, n.º 2, Maio/1970, 469 - 478;

- "Power and the useful economist", em *The American Economic Review*, Vol. LXIII, Março/1973, 1 - 11;
- *Escritos de Economia*, trad. port., Editorial Notícias, Lisboa, 1985.
- *A Economia Política - Uma História Crítica*, trad. port., Europa - América, Lisboa, 1989 (1ª ed. am., 1987).
- GARRETT, J. R. Almeida - *Pagamentos Internacionais*, Coimbra Editora, Coimbra, 1959, 15-70.
- GILL, Richard T. - *Economics*, 3ª ed., Goodyear Publishing Company, Santa Monica, 1978.
- GILL, Stephen and David LAW - *The Global Political Economy - Perspectives, Problems and Policies*, Harvester Wheatsheaf, Londres, 1988.
- GODELIER, Maurice - *Rationalité et irrationalité en économie*, Maspero, Paris, 1968.
- GODINHO, Vitorino Magalhães - *O socialismo e o futuro da Península*, Livros Horizonte, Lisboa, 1969.
- GONNARD, René : *Histoire des Doctrines Économiques*, Paris, 1930;
- "Des Doctrines Mercantilistes au XVII^e Siècle au Portugal", Extrait de la *Revue d'Histoire Économique et Sociale*, Paris, 1935.
- GORDON, Robert J. - *Macroeconomics*, Little Brown and Co., Boston, 1978.
- GORDON, Wendel and John ADAMS - *Economics as Social Science - An Evolutionary Approach*, The Riverdale Company, Riverdale, 1989.
- GRAY, John - *The Moral Foundations of Market Institutions*, IEA Health and Welfare Unit, Londres, 1992.
- GREEN, David G. - *The New Conservatism - The Counter Revolution in Political, Economic and Social Thought*, St. Martin's Press, N. York, 1987.
- GREEN, Rosario (ed.) - *Los mitos de Milton Friedman*, Editorial Nueva Imagen, México, 1983.
- GURLEY, John G. - "The State of Political Economics", em *The American Economic Review - Papers and Proceedings*, Vol. LXI, nº 2, Maio/1971, 53 - 61.
- HABERLER, Gottfried - [1] - "Inflación y Desarrollo Económico", em *Revista de Economía y Estadística*, 1958, n.º 3, 81-83;
- [2] - "Política de salarios, empleo y estabilidad monetaria", em *Información Comercial Española*, Agosto-Setembro/1969, 165-173.
- HAHN, F. H. - "Monetarism and Economic Theory", em *Economica*, vol. 74, nº 185, Fev/1980, 1-17.
- HAUSSMAN, Daniel M. - *The inexact and separate science of economics*, Cambridge University Press, 1994 (1ª ed., 1992).
- HAYEK, Friedrich A. - "The Use of Knowledge in Society", em *The American Economic Review*, vol. XXXV, n.º 4, Set/1945, 519-530;

- "Full Employment, Planning and Inflation" (original de 1950), em F. HAYEK, *Studies...*, cit., 270-279;
- "Inflation Resulting from the Downward Inflexibility of Wages (original de 1958), em F. HAYEK, *Studies...*, cit., 295-299;
- "Unions, Inflation and Profits" (original de 1959), em F. HAYEK, [4], 280-294;
- "Inflation: The Path to Unemployment", em *INFLATION. Causes, Consequences and Cures*, IEA Reading 14, The Institute of Economic Affairs, Londres, 1974, 115-120;
- *Studies in Philosophy, Politics and Economics* (1.^a ed., 1967), Routledge and Kegan Paul, Londres, 1978;
- *The Trend of Economic Thinking (Essays on Political Economists and Economic History)*, The Collected Works of F. A. Hayek, W. W. BARTLEY III and Stephen KRESGE (eds.), Vol. III, Routledge, Londres, 1991.
- HEILBRONER, Robert L. - "Economics as a 'value-free' Science", em *Social Research*, Vol. 40, n.º 1, 1973, 129 - 143;
- *Naturaleza y lógica del capitalismo*, trad. cast., Ediciones Península, Barcelona, 1990 (1.^a ed. americ., 1985).
- HEY, John D. (ed.) - *The Future of Economics*, Blackwell Publishers, Cambridge (Mass.), 1992.
- HICKS, John - "Revolutions' in Economics", em S. LATSIS (ed.), *ob. cit.*, 207 - 218;
- "É a Economia uma ciência?", em *Estudos de Economia*, Vol. V, n.º 2, Jan - Março/ 1985, 131 - 142.
- HOGDSON, Geoff - *The Democratic Economy — A New Look at Planning, Markets and Power*, Penguin Books, Londres, 1984.
- HUNT, E. K. and J. G. SCHWARTZ (eds.) - *A Critique of Economic Theory*, Penguin Books, Londres, 1972.
- HUTCHISON, T. W. - "On the History and Philosophy of Science and Economics", em S. LATSIS. (ed.), *ob. cit.*, 181 - 205;
- *The Politics and Philosophy of Economics*, Basil Blackwell, Oxford, 1981.
- JAMES, Émile: *História Sumária do Pensamento Económico*, trad. port., Coimbra Editora, Coimbra, 1970, Vol. I.
- JOHNSON, Harry G. - "The Keynesian Revolution and the Monetarist Counter-Revolution", em *The American Economic Review (Papers and Proceedings)*, vol. 61, Maio/1971, 1-14;
- *Inflation and the Monetarist Controversy*, North-Holland, Amsterdam-London, 1972.
- JOHNSON, H.G. and A.R. NOBAY (eds.), *Issues in Monetary Economics*, Oxford University Press, 1974.
- KALDOR, Nicholas - "The New Monetarism", em *Lloyds Bank Review*, n.º 97, Junho/ 1970, 1-18.
- KATOZIAN, Homa - *Ideology and Method in Economics*, MacMillan, Londres, 1980.

- KEYNES, J. M. - "The Means to Prosperity" (1924), em J. KEYNES, *The Collected Writings...*, cit., t. IX;
- "The End of Laissez-Faire" (1924), em J. KEYNES, *The Collected Writings...*, cit., t. IX;
- "The General Theory of Employment, Interest and Money" (1936), em J. KEYNES, em *The Collected Writings...*, cit., vol. VII;
- "The General Theory of Employment", em *The Quarterly Journal of Economics*, Fev/1937, 209-223;
- *The Collected Writings of John Maynard Keynes* (29 volumes), MacMillan, Londres, 1973.
- KLEIN, Philip A. (ed.) - *The Role of Economic Theory*, Kluwer Academic Publishers, Boston, 1994.
- KOLM, Serge-Christophe - *Le libéralisme moderne*, PUF, Paris, 1984.
- KUTTNER, Robert - "The Poverty of Economics", em R. ALBELDA *et alii*, *ob. cit.*, 18 - 34.
- LAFAY, Jean - "Les économistes en auto-analyse", em *Problèmes Économiques*, n° 2 109, 25.1.89, 29 - 32.
- LAIDLER, David - "Monetarism : An Interpretation and Assessment", em *The Economic Journal*, vol.91, Mar/1981, 1-28.
- LANGE, Oskar - *Economia Politica* (2 vols), trad. it., Editori Riuniti, Roma, 1970 (1ª ed. polaca, 1958).
- LARANJEIRO, Carlos, *Capital, juro e lucro*, Separata do *Boletim de Ciências Económicas*, Coimbra, 1985.
- LARRÈRE, Catherine, *L'invention de l'économie au XVIII^e siècle*, PUF, Léviathan, Paris, 1991.
- LATSIS, Spiro (ed.) - *Method and Appraisal in Economics*, Cambridge University Press, 1980 (1ª ed., 1976).
- LEFEBVRE, Henri - *Sociologie de Marx*, PUF, Paris, 1966.
- LEIJONHUFVUD, Axel - *On Keynesian Economics of Keynes - A Study in Monetary Theory*, Oxford University Press, N. York, 1968.
- LÉON, Pierre (Dir.) - *História Económica e Social do Mundo*, trad. port., Sá da Costa, Lisboa, 1983, vol. II, tomo I, 183-203.
- LEONTIEF, Wassily - "Theoretical Assumptions and Nonobserved Facts", *Presidential Address à 83ª Reunião Anual da A.E.A.* (29.12.1970), em *The American Economic Review*, Vol. LXI, 1971, 1 - 7;
- "Academic Economics", em *Science*, Vol. 217, de 9.7.1982, 104 - 107.
- LOMBARDINI, Siro - *Il Metodo della Scienza Economica: Passato e Futuro*, UTET, Turim, 1983.
- LÓPEZ-SUEVOS, Ramón, *Excedente Económico e Análise Estrutural*, Separata do *Boletim de Ciências Económicas*, Coimbra, 1978.

- LUTZ, F. A. and Lloyd W. MINTS (eds.) – *Readings in Monetary Theory*, Londres, 1952.
- MACEDO, J. Borges de – Artigo “Mercantilismo”, em SERRÃO, Joel, *Dicionário de História de Portugal* (4 vols.), Iniciativas Editoriais, Lisboa, 1971.
- MAGALHÃES, José Calvet de – “História do Pensamento Económico em Portugal”, em *Boletim de Ciências Económicas*, vols. VIII a XI.
- MAGNUSSON, Lars (Ed.) – *Mercantilist Economics*, Kluwer Academia Publishers, Boston, 1993.
- MARCHAL, Jean – *Cours d'Économie Politique*, 4ª ed., Paris, 1955, vol. I, 72-85.
- MARX, Karl – Prefácio a *Para a Crítica da Economia Política*, em MARX/ENGELS, *Obras Escolhidas*, Edições Avante, Tomo I, 1982, 529ss;
– *Misère de la Philosophie*, trad. fr., Éditions Sociales, Paris, 1972.
- MEEK, Ronald, *The Economics of Physiocracy – Essays and Translations*, Harvard University Press, 1963;
– *Economia e Ideologia*, trad. cast., Ed. Ariel, Barcelona, 1972 (especialmente pp. 33-55);
– *Studies in the Labour Theory of Value*, 2ª ed., Lawrence and Wishart, Londres, 1979 (especialmente pp. 45-81).
- MEIER, Gerald – *Emerging from Poverty – The Economics that Really Matters*, Oxford University Press, N. York, 1984.
- MELLER, Patricio – “Keynesianismo y monetarismo : discrepancias metodologicas”, em *Desarrollo Economico – Revista de Ciencias Sociales*, Buenos Aires, Vol. 26, nº 103, Out-Dez/1986, 389-420.
- MILIBAND, David – “The New Politics of Economics”, em CROUCH, C. and MARQUAND, D. (eds.), *Ethics and Markets: Co-operation and Competition within Capitalist Economies*, Blackwell, Oxford, 1993, 21-30.
- MINI, Piero V. – “John Maynard Keynes e il ‘metodo’ in economia”, em *Rivista di Politica Economica*, Ano LXXVIII, Nov/1988, 1 221 - 1 238.
- MODIGLIANI, Franco – “Liquidity Preference and the Theory of Interest and Money” (edição originária em *Econometrica*, 1944, 45-88), texto revisto em LUTZ/MINTS, *ob. cit.*, 186-239;
– “Some Empirical Tests of Monetary Management and the Rules versus Discretion”, em *The Journal of Political Economy*, vol. LXXII, nº 3, Jun/1964, 211-245;
– “The Monetarist Controversy or, Should we Forsake Stabilization Policies?”, em *The American Economic Review*, vol. 67, nº 2, Março/1977, 1-19;
– “Keynesianism, Monetarism and the Case for or against Active Stabilization Policies”, em *The Debate over Stabilization Policy*, Cambridge University Press, Londres, 1986, 3-39.
- MODIGLIANI, Franco and Albert ANDO – “Impacts of fiscal actions on aggregate income and the monetarist controversy: Theory and Evidence”, em J. STEIN, *Monetarism...*, cit., 17-42.

MYRDAL, Gunnar - *Aspectos políticos da teoria econômica*, trad. bras., Zahar editores, Rio de Janeiro, 2ª ed., 1985 (trad. da ed. inglesa, *The Political Element in the Development of Economic Theory*, Routledge & Kegan Paul, Londres, 1961. A 1ª ed., em língua sueca, é de 1930);

- *Teoria Económica y Regiones Subdesarrolladas*, trad. cast., FCE, México, 1959;

- *Asian Drama: An Inquiry into the Poverty of Nations* (3 vols.), A Twentieth Century Fund Study, Random House, N. York, 1968;

- *Against the Stream*, MacMillan, Londres, 1974 (1ª ed., 1973);

- *A objectividade nas ciências sociais*, trad. port., Assirio & Alvim, Lisboa, 1976.

NAPOLEONI, Claudio - *Dizionario di Economia Politica*, Edizioni di Comunità, Milão, 1956, artigo "Economia (Scienza)";

- *A Teoria Económica no Século XX*, trad. port., Ed. Presença, Lisboa, 1973;

- *Fisiocracia, Smith, Ricardo, Marx*, trad. cast., Oikos - Tau, Barcelona, 1974 (a 1ª ed. it. é de 1973);

- *Curso de Economía Política*, 3ª ed., Oikos - Tau, Barcelona, 1977 (trad. cast. de *Elementi di Economia Politica*, La Nuova Italia Editrice, Florença, 1973);

- *O valor na ciência econômica*, trad. port., Ed. Presença, Lisboa, 1980 (1ª ed. it., 1977);

- *Discorso sull'economia politica*, Torino, Boringhieri, 1985.

NELL, Edward - "Economics: The Revival of Political Economy", em R. ALBELDA *et alii*, *ob. cit.*, 89 - 103.

NORTH, Douglass C. - "Structure and Performance: The Task of Economic History", em *Journal of Economic Literature*, Vol. XVI, Set/1978, 963 - 978.

NUNES, Manuel Jacinto - "Hayek e o novo liberalismo", em *Diário de Notícias*, 18.2.1988.

PATINKIN, Don - "Keynesian Monetary Theory and the Cambridge School", em *Banca Nazionale del Lavoro Quarterly Review*, Junho/1972.

PERROUX, François - *Pouvoir et Économie*, Bordas, Paris, 1973.

PILLING, Geoffrey - *The Crisis of Keynesian Economics - A Marxist View*, Barnes and Noble Books, N. Jersey, 1986.

PITTA e CUNHA, Paulo de - *Expansão e Estabilidade - Os Dilemas da Política Macroeconómica*, Lisboa, 1972.

PLASSARD, Jacques - "L'emploi des mathématiques dans l'étude économique", em *Problèmes Économiques*, nº 2.194, 10.10.90, 6 - 10.

QUESNAY, François, *Quadro Económico*, Lisboa, 1969 (tradução e Notas da Drª Teodora Cardoso, prefácio do Prof. Bento Murteira).

RIBEIRO, J. J. Teixeira - *Economia Política* (lições copiogr. ao 2º ano da FDUC), Coimbra, 1959;

- *Objecto da economia política*, Separata do Vol. XXIII do *Boletim de Ciências Económicas*, Coimbra, 1980;

- *Sobre o Socialismo*, Coimbra Editora, Coimbra, 1991.

- RICARDO, David - *Princípios de Economia Política e de Tributação*, trad. port., F.C. Gulbenkian, Lisboa, 1975.
- ROBBINS, Lionel - *An Essay on the Nature and Significance of Economic Science* (1ª ed., 1932), 2ª ed., MacMillan, Londres, 1935;
- *Politics and Economics (Papers in Political Economy)*, MacMillan, Londres, 1963;
 - "On Latsis's Method and Appraisal in Economics: A Review Essay", em *Journal of Economic Literature*, Vol. XVII, Set/1979, 996-1004;
 - "Economics and Political Economy", em *The American Economic Review - Papers and Proceedings*, Vol. 71, nº 2, Maio/1981, 1-10.
- ROBINSON, Joan - *Economia Marxista*, trad. bras., Ed. Fundo de Cultura, Rio de Janeiro, 1960 (1ª ed. inglesa, 1942);
- *Filosofia Económica*, trad. cast. de *Economic Philosophy*, C. A. Watts & Co., Londres, 1962, Editorial Gredos, Madrid, 1966;
 - *What are the Questions? and Other Essays (Further Contributions to Modern Economics)*, M.E. Sharpe, N. York, 1980;
 - "Time in Economic Theory", em *Kyklos*, Vol. 33, nº 2/1980, 219 - 229.
- ROBINSON, Joan and John EATWELL - *An Introduction to Modern Economics*, McGraw - Hill, Londres, 1972.
- ROSANVALLON, Pierre - *La crise de l'État-providence*, Éditions du Seuil, 2.ª ed., Paris, 1984.
- ROTHSCHILD, Kurt W. - "Political Economy or Economics? — Some Terminological and Normative Considerations", em *European Journal of Political Economy*, nº 5 (1989), 1 - 12;
- *Ethics and Economic Theory — Ideas, Models, Dilemmas*, Edward Elgar, Aldershot, 1993.
- ROWER, Raymond de: "Ancient and Medieval Thought", em *International Encyclopedia of Social Sciences*, artigo "Economic Thought", 430-435.
- SAMPEDRO, José Luis - "De la tecnocconomia a la economia estructural", em *Estudios de Economía*, Vol. IV, nº 2, 1984, 185 - 198.
- SAMUELSON, Paul - "Monetarism Evaluated" (1ª public. em 1973), texto revisto em Richard T. GILL, *ob. cit.*, 319-329;
- "Evaluation on Reaganomics as a Scientific Macroeconomics", Lisboa, 1984.
- SAMUELSON, Paul e William NORDHAUS - *Economia*, 12ª e 14ª edições, McGraw - Hill, Lisboa, 1988 e 1993.
- SAWYER, Malcolm C. - *The Challenge of Radical Political Economy — An Introduction to the Alternatives to Neo-Classical Economics*, Harvester Wheatsheaf, Londres, 1989.
- SCHUMPETER, Joseph - *Capitalism, Socialism and Democracy*, Allen & Unwin, Londres, 1943;
- "Science and Ideology", em *The American Economic Review*, Vol. 39, nº 2, Março/1949, 345 - 359;

- *História del Análisis Económico*, trad. cast., Ariel, Barcelona, 1971 (1ª ed. americana, 1954).

SEDAS NUNES, Adérito - *História dos Factos e das Doutrinas Económicas*, 2ª parte, ISCEF, Lisboa, 1958/59 (copiog.).

SELIGMAN, Edwin R. A. - "Bullionists", artigo na *Encyclopedia of the Social Sciences*, 1948, vol. 3-4, 60-64.

SEN, Amartya K. - "Rational Fools : A Critique of the Behavioral Foundations of Economic Theory", em *Philosophy and Public Affairs*, 6 (1977), 317.144.

SHACKLETON, J. R. - "Economists and Unemployment", em *National Westminster Bank Quarterly Review*, Fevereiro/1982 [utiliza-se a trad. franc. publicada em *Problèmes Économiques*, n.º 1.777, 9.6.1982, 3-11].

SHAPIRO, Edward - *Macroeconomic Analysis*, 3ª ed., N. York, 1974.

SHAW, G.K. - *Keynesian Economics - The Permanent Revolution*, Edward Elgar, 1988.

SHERMAN, Howard - *Foundations of Radical Political Economy*, M. E. Sharpe, N. York-Londres, 1987.

SHERMAN, Howard J. and Evans, Gary R. - *Macroeconomics - Keynesian, Monetarist and Marxist Views*, Harper and Row, N. York, 1984;

- *Monetarist, Keynesian and New Classical Economics*, Basil Blackwell, Oxford, 1982.

SIDERI, Sandro - *Trade and Power*, Rotterdam University Press, 1970, 69-96. Há trad. port., *Comércio e Poder*, Edições Cosmos, Lisboa, 1978.

SMITH, Adam, *Riqueza das Nações* - trad. port., ed. Fundação Calouste Gulbenkian, 2 vols., Lisboa, 1981 e 1983.

SOLOW, Robert M. - "On Theories of Unemployment", em *The American Economic Review*, vol. LXX, n.º 1, Março/1980, 1-11.

STANILAND, Martin - *What is Political Economy? A Study of Social Theory and Underdevelopment*, Yale University Press, New Haven, 1985.

STEIN, Jerome, L. - "Unemployment, Inflation and Monetarism", em *The American Economic Review*, vol. 64, n.º 6, Dez/1974, 867-887;

- *Monetarism* (J. L. STEIN, Ed.), Amsterdam - New York - Oxford, North-Holland, 1976;

STIGLER, Georges - "The Politics of Political Economists", em *The Quarterly Journal of Economics*, Vol. LXXIII, n.º 4, Nov/1959, 522 - 532.

STOFFAËS, Christian - *A crise da economia mundial*, trad. port., Dom Quixote, Lisboa, 1991 (1ª ed. fr., 1987).

SWEEZY, Paul - *Teoria do Desenvolvimento Capitalista*, trad. bras., Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1956 (é trad. da 4ª ed. americana; a 1ª ed. é de 1942);

- *Socialismo*, trad. Brasil., Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1967;

- "Toward a Critique of Economics" (1ª versão, 1969), em *Modern Capitalism and Other Essays*, Modern Reader/Monthly Review Press, N. York, 1972, 53 - 63.

- TOBIN, James – “The Monetary Interpretation of History (A Review Article)” (original de 1965), em J. TOBIN, *Essays...*, cit., 471-496;
- “Money and Income: Post Hoc Ergo Propter Hoc?”, em *Quarterly Journal of Economics*, vol. LXXXIV, nº 2, Maio/1970, 301-317 (resposta a M. Friedman e replica de J. Tobin na mesma revista, pp. 318-327 e 328/329, respectivamente);
- “Inflation and Unemployment”, em *The American Economic Review*, vol. LXII, 1972, 1-18;
- “Reply – Is Friedman a Monetarist?”, em J. STEIN, *Monetarism*, cit., 332-336;
- “Comment on the Paper by Professor Laidler”, em *The Economic Journal*, vol. 91, Março/1981, 29-42;
- “The Monetarist Counter-Revolution Today – An Appraisal”, em *The Economic Journal*, vol. 91, Março/1981, 29-42;
- “Stabilization Policy Ten Years After”, em *Brookings Papers on Economic Activity*, nº 1/1980 [utiliza-se a versão publicada em *Problèmes Économiques*, nº 1.762, 24.2.1982, 26-32];
- *Essays in Economics* (Vol. 1: Macroeconomics), The MIT Press, 1987;
- “Keynesian Theory: Is it still a useful Tool in the Economic Reality of Today”, em *Rivista di Politica Economica*, Ano LXXIX, nº IV, Abril/1989, 3-10.
- TOBIN, James and Willem BUITER – “Long-run effects of fiscal and monetary policy on aggregate demand”, em J. STEIN, *Monetarism*, cit., 273-309.
- TREVITHICK, James A. – *Como viver em inflação*, trad. port., Dom Quixote, Lisboa, 1981 (a partir da ed. inglesa de 1980).
- TSURU, Shigeto – “Hacia una nueva economía política”, em K. DOPFER, *ob. cit.*, 147-159.
- UNESCO – *A Ciência Económica*, texto elaborado por I. Sachs, trad. port. da 1ª ed. fr. de 1970, Livraria Bertrand, s/d (1972?).
- VACHET, André – *L'idéologie libérale — L'individu et sa propriété*, Anthropos, Paris, 1970.
- VANE, Howard R. and John L. THOMPSON – *Monetarism – Theory, Evidence and Policy*, Oxford University Press, 1979.
- VERCELLI, Alessandro – *Keynes dopo Lucas. I fondamenti della macroeconomia*, NIS, Roma, 1987.
- VINER, Jacob – “Mercantilist Thought”, em *International Encyclopedia of Social Sciences*, artigo “Economic Thought”, 435-443.
- WEEKS, John – *A Critique of Neoclassical Macroeconomics*, St. Martin's Press, N. York, 1989.
- WEISSKOPF, Walter A. – “The Image of Man in Economics”, em *Social Research*, Vol. 40, nº 3/1973, 547 - 563.

UMA INTRODUÇÃO À ECONOMIA POLÍTICA

Industrialização e Desenvolvimento

Antônio José Avelãs Nunes

Direito Tributário Internacional

Aplicado - Volumes I, II, III, IV

Coordenação:

Helena Taveira Tôres

Soberania e Constituição:

para uma Crítica do Constitucionalismo

Gilberto Bercovici

Ciência Feliz - 3ª edição

José Souto Maior Borges

Das Fontes às Normas

Riccardo Guastini

Introdução ao Estudo do Direito

Alysson Leandro Mascaro

Tû-Tû

Alf Ross

Lições de Sociologia do Direito

Alysson Leandro Mascaro

Crédito e Judiciário no Brasil

Uma análise de Direito & Economia

Jairo Saddi

Princípios e Limites da Tributação

Coordenação:

Roberto Ferraz

Direito das Telecomunicações e Tributação

Coordenação:

André Mendes Moreira

Antônio Reinaldo Rabelo Filho

Armênio Lopes Correia

Teoria do Sistema Jurídico

Cristiano Carvalho

Lógica: Pensamento Formal e

Argumentação - 4ª edição

Alaôr Caffé Alves

Introdução ao Latim Jurídico - Lucerna

Iuris

Hélcio Maciel França Madeira

Dárcio Roberto Martins Rodrigues

Direito do Consumidor - 2ª edição

Newton De Lucca

618189370



UNIVERSIDADE DE COIMBRA
Faculdade de Direito



1325913451



CANALETTO
The Grand Canal and
the Church of the Salute
1730

ANTÓNIO JOSÉ AVELÃS NUNES

UMA INTRODUÇÃO À
ECONOMIA POLÍTICA

“A ciência económica pressupõe sempre, a nosso ver, uma determinada *concepção do homem*. O que acontece é que a nossa disciplina nunca elaborou o enquadramento filosófico deste seu pressuposto implícito. Antes da revolução científica e da revolução industrial - antes, portanto, do desenvolvimento da Economia Política como ciência autónoma -, a filosofia e a teologia ocupavam-se do homem na sua totalidade. Mas aquelas revoluções e o desenvolvimento da Economia Política relegaram para um plano secundário a importância da reflexão teológico-filosófica, a única capaz de abranger em toda a dimensão a problemática da *natureza humana*.

Mais uma razão, se bem vemos, para que a ciência económica, enquanto ciência social, se assuma como um ramo da filosofia social, tomando o homem na sua verdadeira e única dimensão, a de pessoa confrontada com escolhas morais. (...)

A Economia Política não deve confundir-se com uma técnica e muito menos com uma técnica esotérica: os problemas da economia não são, na sua base, problemas técnicos que possam ser resolvidos por uma qualquer Economia técnica; são problemas políticos, que têm de ser equacionados e resolvidos na esfera da política. As realidades económicas, o processo económico em toda a sua complexidade devem ser analisados no contexto social, político e jurídico em que se inserem.”

António José Avelãs Nunes

QUARTIER LATIN

ISBN 85-7674-208-X



ANTÓNIO

JOSÉ

AVELÃS

NUNES

UMA INTRODUÇÃO À
ECONOMIA POLÍTICA

IR LATIN

Sala	7
Gab.	7
Est.	56
Tab.	18
N.º	17